Jornal **O DIA** SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | SÁBADO A SEGUNDA-FEIRA, 20, 21 E 22 DE ABRIL DE 2024 | Nª 25.635 | Preço banca: R$ 3,50

# Renda dos 10% mais ricos é 14,4 vezes superior à dos 40% mais pobres

Em 2023, os 10% da população brasileira com maiores rendimentos domiciliares per capita tiveram renda 14,4 vezes superior à dos 40% da população com menores rendimentos. Essa diferença é a menor já registrada no Brasil. Os dados fazem parte de uma edição especial da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada na sexta-feira (19) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O levantamento mostra que os 10% da população com maior rendimento domiciliar por pessoa tiveram, no ano passado, renda mensal média de R$ 7.580. Já os 40% dos brasileiros com menor rendimento obtiveram R$ 527. Ambos os valores são os maiores registrados para cada faixa de renda.

Em comparação mais extrema, o 1% da população com maior rendimento tinha renda mensal (R$ 20.664) que chegava a 39,2 vezes à dos 40% de menor renda. Em 2019, a diferença era de 48,9 vezes – a maior já registrada.

A diferença de 14,4 vezes entre os 10% das maiores faixas de renda e os 40% das menores é a mesma de 2022. Em 2019, antes da pandemia de covid-19, a relação estava em 16,9 vezes. O ponto mais desigual - 17 vezes - foi atingido em 2021, auge da pandemia. Página 3

## Governo propõe a servidores da educação reajuste de 9% em 2025

Página 4

## Fundo Phoenix compra estatal de energia de São Paulo por R$ 1 bi

Página 2

## Violência contra mulheres deficientes: inscrições abertas para curso de capacitação

Estão abertas as inscrições para o curso gratuito "O Atendimento à Mulher com Deficiência Vítima de Violência", uma iniciativa do Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD), que faz parte do programa Todas in-Rede. As vagas são limitadas e as inscrições podem ser feitas até 25 de abril pelo link https://apps.univesp.br/sdpd/.

A capacitação será ministrada pela Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), instituição vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SCTI), e é voltada para promotores, delegados, delegadas, assistentes sociais e demais profissionais que atuam na área de proteção.

Esses profissionais vão aprender sobre como receber, atender e orientar mulheres com deficiência que tenham sido vítimas de violência ou de violação de direitos a partir de um olhar empático. As aulas são online tanto para a rede de apoio à mulher vítima de violência, quanto para mulheres com deficiência.

São quatro profissionais especialistas no tema ministrando aulas na modalidade de Ensino à Distância (EaD) em quatro módulos, com aulas gravadas, indicação de material pedagógico e supervisão dos especialistas. Os temas abordados serão:

**Todas in-Rede**

O programa Todas in-Rede foi criado em 2020 e atua em duas frentes, disponibilizando curso voltado diretamente às mulheres com deficiência com temas sobre trabalho, renda, autonomia financeira, prevenção à violência, autoestima, liderança e direitos afetivos, sexuais e reprodutivos; e curso de capacitação voltado aos profissionais que atuam em redes de proteção e lidam com mulheres com deficiência que foram ou são vítimas de violência. Mais informações no site https://pessoacom deficiencia.sp.gov.br/.

## Anvisa tem maioria para manter proibição de cigarros eletrônicos

Foto/Divulgação/Ministério da Saúde

Página 4

## *Quem preserva biomas defende direitos humanos, diz relatora da ONU*

O que marca o Brasil é uma "impunidade endêmica". E, apesar de serem "criminalizados" e "destruídos por autoridades", defensores de direitos humanos são quem preserva biomas no país e também quem cobra a atuação da Justiça em casos de violência do Estado e oferece uma alternativa de "dignidade, solidariedade e respeito a todos". Página 13

## *Lula reúne articuladores do Congresso para encaminhar votações*

Página 4

*Esporte*

# Mitsubishi será terceira fabricante na Stock Car 2025

A Mitsubishi Motors estará oficialmente de volta à Stock Car Pro Series a partir de 2025, ano que deve revolucionar a competição com a chegada da nova geração de carros e o início da era SUV. A confirmação aconteceu na sexta-feira (19), no Autódromo de Interlagos, e marca o retorno da fábrica japonesa ao grid, no qual esteve entre 2005 e 2008. A Mitsubishi dividirá as pistas com Toyota e Chevrolet na temporada 2025 da Stock Car.

Para Mauro Correia, CEO da Mitsubishi Motors no Brasil, "é uma honra poder retornar à Stock Car. A Mitsubishi Motors sempre esteve muito ligada ao esporte. Apoiamos o esporte à vela, ciclismo, tênis e, claro, o esporte à motor. Promovemos há 25 anos a Mitsubishi Cup, maior rally cross country de velocidade da América Latina. Retornarmos à Stock Car, categoria que reúne os mais renomados pilotos em atuação no Brasil e ter o Eclipse Cross sendo pilotado por eles é muito importante para a nossa marca. Tenho certeza que faremos um excelente trabalho dentro dessa categoria tão marcante para o automobilismo brasileiro."

"Com a chegada da Mitsubishi, cumprimos uma etapa importante do nosso planejamento, que é trazer mais fábricas para o ecossistema da Stock Car. A chegada dessa marca sinaliza que estamos no caminho certo em termos de crescimento e antenados com o que a indústria, patrocinadores, equipes e fãs esperam de uma competição automobilística", disse Fernando Julianelli, CEO da Vicar, promotora da Stock Car. "Claro que a nossa decisão de passar a utilizar os SUVs a partir de 2025 nos tornou mais atraentes em termos mercadológicos. Somando isso ao nível de competitividade da categoria e à qualidade de nossa plataforma de entretenimento, acho que temos o pacote perfeito para qualquer montadora ou patrocinador", concluiu.

Foto/Divulgação

**Detalhe** *do Eclipse Cross, modelo da Mitsubishi no seu regresso à Stock Car*

A primeira incursão da Mitsubishi na Stock Car durou quatro temporadas. A estreia da marca aconteceu justamente em Interlagos, em 1º de maio de 2005. Dois meses depois, no saudoso Autódromo Internacional de Curitiba, veio a primeira vitória, conquistada pela lenda Ingo Hoffmann.

Ingo, aliás, foi um dos 37 pilotos que já representaram a Mitsubishi na Stock Car naquele quadriênio. Foi do 'Alemão' também o último pódio conquistado pela montadora na categoria, em 7 de dezembro de 2008, em Interlagos. Aquele também foi o derradeiro pódio de Ingo na Stock Car.

Em quatro temporadas, a Mitsubishi realizou 48 largadas e reuniu números muito relevantes: com 16 vitórias, 13 poles, 15 voltas mais rápidas e 38 presenças no pódio, além de dois títulos, conquistados por Cacá Bueno, o nome mais vitorioso da história da montadora na Stock Car.

Cacá faturou suas duas primeiras taças de campeão da categoria com a marca japonesa, em 2006 e 2007, e é o piloto recordista nas principais estatísticas de performance da Mitsubishi na Stock Car: maior número de vitórias, poles, voltas mais rápidas e pódios.

# TOYOTA GAZOO Racing disputa etapa da Croácia como líder no WRC

O WRC tem neste final de semana a disputa da quarta etapa da temporada 2024, o Rally da Croácia, prova que tem hegemonia da TOYOTA GAZOO Racing desde a entrada no Mundial de Rally, em 2021. Para este final de semana, além de Elfyn Evans, vice-líder do campeonato, e Takamoto Katsuta, o time contará com Sébastien Ogier, que retorna ao campeonato para sua segunda participação no ano.

Após triunfar com Kalle Rovanpera no Rally Safari, no Quênia, a TOYOTA GAZOO Racing lidera o campeonato de construtores por quatro pontos, e tem em Evans o segundo colocado do mundial de pilotos, apenas seis pontos distante do líder.

"Tivemos três eventos bastante exclusivos com desafios muito específicos e, agora que chegamos a alguns ralis europeus mais típicos de asfalto e cascalho, precisamos nos concentrar em tentar maximizá-los. O ano passado foi bom para nós no asfalto, inclusive na Croácia, portanto, é um rali pelo qual esperamos ansiosamente", disse Elfyn Evans.

A prova segue com base em Zagreb, capital croata, mas com o parque de apoio no centro comercial Westgate, na região noroeste da cidade. As provas ocorrerão no norte do país, próximo da fronteira com a Eslovênia, com diversos tipos de asfalto e níveis de aderência distintos e que podem ser alterados ainda por conta de chuvas.

O Rally da Croácia teve shakedown na quinta-feira e o início das especiais na sexta-feira, seguindo até o domingo, dia em que ocorre também o Power Stage.



**DÓLAR**

Comercial
Compra: 5,19
Venda: 5,19

Turismo
Compra: 5,23
Venda: 5,41

**EURO**

Compra: 5,53
Venda: 5,53

# Fundo Phoenix compra estatal de energia de São Paulo por R$ 1 bi

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae), última estatal de energia do estado de São Paulo, foi arrematada na tarde da sexta-feira (19) pela empresa Phoenix Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, que ofereceu R$ 70,65 por ação, com um ágio de 33,68% sobre o valor inicial mínimo pedido pelo governo de R$ 52,85.

O grupo arrematou toda a fatia que o estado tem na companhia. No total, a empresa arrematou 14,7 milhões de ações da Emae, numa transação que somou mais de R$ 1 bilhão.

O lance foi oferecido em leilão realizado na sede da B3, em São Paulo, e marcou a primeira desestatização do governo Tarcísio de Freitas.

A Emae foi disputada por três empresas: a Phoenix, que apresentou uma oferta inicial de R$ 58,15; a EDF Brasil Holding, com uma oferta inicial de R$ 56,30; e a Matrix Energy Participações, que ofereceu R$ 52,85 por ação. Mas depois dos lances iniciais, o certame seguiu para propostas em viva-voz, quando as proponentes vão aumentando seus lances ao vivo. E foi só após uma grande disputa lance a lance com a empresa EDF, em um total de 53 propostas em viva-voz, que a Phoenix acabou adquirindo a Emae.

"Quem assume a empresa hoje está pegando uma empresa bacana, com dinheiro em caixa e que tem apresentado resultados. Para nós, o resultado desse leilão foi extraordinário", disse o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, ao elogiar o certame, acrescentado que "o ágio superou nossa expectativa".

"É uma grande honra participar do processo de desestatização da Emae, uma empresa sem passivos financeiros e com grandes projetos de geração de energia, que servirão de suporte de desenvolvimento para o estado de São Paulo", disse o diretor-presidente da Emae, Marcio Rea.

Foto/Paulo Pinto/ABr

"Ao abrir suas operações para investidores privados haverá acesso a novas expertises e recursos adicionais para enfrentar os desafios do futuro", acrescentou.

O leilão foi realizado na modalidade de venda em lote único, com a oferta de 14,7 milhões de ações da empresa, controlada pelo estado. Para o leilão, as ofertas por ação não poderiam ser inferiores a R$ 52,85.

De economia mista, a Emae tinha sua composição acionária dividida entre o governo de São Paulo, a Companhia Metropolitana de São Paulo (Metrô), a Eletrobras e uma parcela minoritária com outros acionistas.

De acordo com o governador de São Paulo, outras empresas do estado serão concedidas ou vendidas ao setor privado. "Não vamos parar. Tem muita coisa vindo por aí. Tem outros projetos sendo estruturados. Tem o leilão da Sorocabana, da Nova Raposo, tem túnel Santos-Guarujá, tem PPP de habitação e de educação, tem loteria, tem o trem Intercidades Sorocaba-São Paulo, tem as linhas da CPTM e do Metrô. Queremos atrair investimentos e chegar à marca de R$ 220 bilhões de investimentos contratados. Nossa gestão quer diminuir despesas de custeio para que tenhamos mais capital e mais fôlego".

A empresa foi criada em 1998 com origem na Light (The São Paulo Railway, Light and Power Company Limited) após o processo de cisão da Eletropaulo. A principal atividade é a geração de energia por meio de quatro usinas hidrelétricas, localizadas em São Paulo, Salto, Cubatão e Pirapora do Bom Jesus.

No ano passado, as usinas operadas pela Emae geraram 1.663 gigawatt-hora (GWh) de energia, o suficiente para abastecer uma média de 825 mil residências na Grande São Paulo. A Emae tem ainda oito barragens e duas usinas elevatórias.

Outro papel importante da Emae é o controle dos níveis dos rios Tietê e Pinheiros, ajudando a prevenir alagamentos em épocas de chuva, com o bombeamento das águas do rio para o Reservatório Billings.

A empresa também opera o serviço de travessia de balsas na Represa Billings. Diariamente, transporta pessoas e veículos nas travessias Bororé, Taquacetuba e João Basso. A cada mês, são transportados gratuitamente cerca de 161 mil passageiros e 158 mil veículos. Segundo o governo, esse serviço continuará sendo oferecido de forma gratuita mesmo com a privatização da empresa.

Até o fim de 2023, a Emae gerou receita líquida de R$ 603 milhões e atingiu um valor de mercado de R$ 2,3 bilhões, segundo o governo de São Paulo. (Agência Brasil)

## CESAR NETO

www.cesarneto.com

**CÂMARA (São Paulo)**
André Souza é o nome do bispo [igreja Universal do bispo Edir Macedo] que será candidato, junto com os bispos André Santos e Sansão Pereira (Republicanos), uma vez que o bispo Atílio Francisco não será candidato à reeleição 2024

**PREFEITURA (São Paulo)**
Cristão católico, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) apoia as palavras - pela paz no Oriente Médio - do papa Bergoglio, uma vez que Israel fez um fraco ataque ao Irã. Em relação aos eleitorados pra sua reeleição, levará vantagem com judeus?

**ASSEMBLEIA (São Paulo)**
Ex-deputado Romeu Tuma Jr., atual presidente do conselho deliberativo do Corinthians, acusa o diretor de futebol Rubão Gomes - que foi seu chefe de gabinete na ALESP - de inventar que pode existir governo paralelo ao de Augusto Melo

**GOVERNO (São Paulo)**
Já virou caso de polícia, o Secretário (Segurança) Derrite (deputado federal PL) enaltecer a sua Polícia Militar, sem participação constitucional da Polícia Civil nos casos das prisões de membros do PCC em 2 empresas de ônibus na capital paulista

**CONGRESSO (Brasil)**
Senadores, deputados, governadores e vereadores Bolsonaristas apostam que o ato com o ex-presidente - neste 21 abril 2024 em Copacabana - vai bombar tanto quanto na av. Paulista, em São Paulo. Talvez seja proporcionalmente até maior

**PRESIDÊNCIA (Brasil)**
Médico anestesista, o vice-presidente Alckmin (ex-PSDB, no PSB) segue dosando as palavras e ações em relação a pacificações internas e externas no 3º governo Lula (dono do PT). Foi assim que ele se tornou o mais longevo governador (SP)

**PARTIDOS (Brasil)**
Donos e sócios preferenciais seguem fazendo contas em relação ao que perderam e ganharam durante a 'janela da infidelidade' na qual candidatos a vereança trocam de partido sem perder a cadeira. Em relação aos fundos, todos ganharam

**JUSTIÇAS (São Paulo)**
Novo Procurador Geral de Justiça (SP), Oliveira e Costa tá ponderando ser preciso que a Justiça Eleitoral acompanhe os filiados aos partidos que podem ser eleitos - vereadores, prefeitos e vices - pelas legendas pra atuarem pró crime organizado

**ANO 32**
O jornalista Cesar Neto assina esta coluna de política na imprensa [Brasil] desde 1993. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara [São Paulo] e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia [Estado São Paulo], como referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

# Leilão do Lote Litoral Paulista vai melhorar trajeto de 126 mil veículos

A concessão do lote de vias do litoral paulista levará melhorias a um percurso de mais de 126 mil veículos. Com o leilão realizado na terça-feira (16), a concessão rodoviária promoverá duplicação de faixas, instalação de rampas de escape e novas ciclovias.

Na rodovia Padre Manoel de Nóbrega, dois trechos foram concedidos. O que liga Praia Grande a Mongaguá tem fluxo diário médio de 24,8 mil veículos no sentido leste e 27,9 mil no sentido oeste. Já o trecho que liga Peruíbe a Pedro de Toledo recebe média de 20 mil veículos, considerando os trechos leste e oeste.

Outra rodovia concedida no Lote Litoral Paulista é a Pedro Eroles. O trecho recebe volume diário médio de 54,9 mil veículos. As melhorias na rodovia Pedro Eroles incluem implantação de terceira faixa, instalação de acostamentos e passarelas, bem como a duplicação de trechos que passam pelo município de Mogi das Cruzes.

Já o trecho da rodovia Dom Paulo Rolim Loureiro tem fluxo diário médio de 11,6 mil veículos. Os dados são do DER-SP (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo). Ao todo, as três rodovias passam por um total de dez municípios. A soma da população beneficiada pelas melhorias da concessão ultrapassa 1,1 milhão de habitantes.

**Concessão do Lote Litoral Paulista**

O projeto de concessão do Lote Litoral Paulista prevê investimentos de mais de R$ 2,5 bilhões para melhoria da operação e segurança das vias. Apesar de ter um prazo de 30 anos para a conclusão, 80% das duplicações serão feitas nos primeiros cinco anos da concessão.

**Oportunidades de R$ 220 bilhões**

O Governo de São Paulo tem previsão para 13 projetos em leilões ao longo de 2024. O primeiro deles foi o Trem Intercidades (TIC) Eixo Norte em fevereiro, que vai ligar a cidade de São Paulo a Campinas.

A carteira de projetos de concessões, desestatizações e parcerias da atual gestão estadual é estimada em mais de R$ 220 bilhões em capital privado, com 20 projetos qualificados e a previsão de 44 leilões até o final de 2026.

# Nova exposição do Museu do Café aborda história do hábito de consumo em cafeterias

O Museu do Café (MC), instituição da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo, recebe a exposição Café: na mesa ou no balcão?. A mostra temporária apresentará o surgimento e as transformações ocorridas no consumo público do café no Brasil, tendo como tema principal o ambiente das cafeterias, onde serão explorados os hábitos e os rituais que envolvem essa bebida que é um patrimônio nacional.

Por meio de jornais, iconografia, publicações, documentos audiovisuais e objetos, a curadoria pretende trazer um panorama com diversos momentos dessa história de mais de dois séculos, contextualizando o surgimento das cafeterias no mundo, sobretudo na Europa, mas com foco nas diferentes fases, influências e no desenvolvimento do hábito de tomar café pelos brasileiros, tema ainda pouco explorado e divulgado.

A linha do tempo do consumo do café em locais públicos no Brasil tem diversas curiosidades, com início ainda no século XIX, quando a referência era a Europa. A invasão dos cafés e dos botequins com ares portugueses, franceses e austríacos na Corte Imperial em 1840 e 1850 ditou as normas do que ficou conhecido por "café sentado". Nas décadas seguintes, esse modelo de estabelecimento se espalhou e popularizou em outras cidades como importante espaço de sociabilidade.

Já no século XX, com a aceleração da vida cotidiana e o encarecimento imobiliário, esses ambientes encolheram e passaram a adotar os balcões, com xícaras tomadas aos goles rápidos, o que caracterizou os chamados "cafés em pé". Além disso, a exposição ilustra, em conteúdo e de forma cenográfica, a importância dos usos culturais desses espaços, como a valorização dos cafés para convivência e trabalhos de artistas, músicos e compositores de samba-choro, ambientando o auge da era de ouro do rádio. Depois, nas últimas décadas desse século, surgem cafeterias mais preocupadas com a qualidade da bebida e especializadas em café expresso, drinks e outras bebidas derivadas, chegando, mais recentemente, ao boom do café especial.

A exposição "Café: na mesa ou no balcão?" ficará em cartaz até 28 de outubro de 2024 e estará aberta à visitação de terça a sábado, das 9h às 18h, e domingo, das 10h às 18h (fechamento da bilheteria às 17h). Os ingressos custarão R$ 16, com meia-entrada para estudantes e pessoas acima de 60 anos. A entrada será gratuita aos sábados e, todos os dias, para as crianças até 7 anos.

# Roubos caem 63% na 2ª semana de abril no centro de São Paulo

Os roubos caíram 63% na região das cenas abertas de uso, no centro de São Paulo, entre os dias 8 a 14 de abril em comparação ao mesmo período do ano passado. Em números absolutos, a redução foi de 120 ocorrências desta natureza registradas em 2023, para 57 em 2024.

Se comparado com 2022, quando foram 137 casos de roubos na segunda semana do mês, a queda é de 80%, sendo ainda mais significativa.

O número de furtos manteve-se o mesmo na comparação semanal do ano passado e este, com 161 registros. Em 2022, foram 205 ocorrências no período, o que representa uma queda de 44% dos casos nos anos subsequentes.

A região das cenas abertas de uso é monitorada desde abril do ano passado, quando passou a apresentar um diagnóstico semanal sobre a criminalidade no centro, abrangendo principalmente os bairros Santa Cecília e Campos Elíseos, na área do fluxo.

A atual gestão tem intensificado os trabalhos na região, tanto para aumentar a segurança da população, quanto para recuperar a área que costumava ser o cartão postal da cidade.

Houve um reforço do efetivo policial com mais de 400 policiais militares atuando nas ruas e mais 700 para a atividade delegada, totalizando 1,3 mil agentes. Operações policiais como a Resgate e AC35, da Polícia Civil, foram desencadeadas e três unidades da PM foram inauguradas.

O aumento das investigações e aprimoramento do sistema de inteligência da PM também têm sido essenciais no combate ao crime organizado e tráfico de drogas na região central.

Um exemplo desse trabalho é a prisão de suspeitos e envolvidos com a criminalidade. Na terça-feira (16), mais de 50 celulares foram recuperados de dois suspeitos. Na ação, a polícia ainda apreendeu R$ 16 mil em notas e uma arma.

# Capital lança evento de inovação e tecnologia no Edifício Martinelli

O lançamento de um importante evento da área da inovação e tecnologia será realizado no próximo dia 24, no Edifício Martinelli, região central de São Paulo. Trata-se do Tech Trends SP, que acontecerá em 25 e 26 de junho, no Expo Center Norte, e reunirá os principais destaques do meio para discutir ações de impacto responsáveis por moldar o dia a dia da cidade e seu futuro.

O anúncio da primeira edição contará com a participação do skatista internacional Bob Burnquist, que também atua com inovação nas tecnologias do Metaverso (espécie de nova camada da realidade que integra os mundos real e virtual), NFTs (certificados digitais de propriedade de itens) e Web 3 (conjunto de tecnologias que representa um novo marco durante a evolução da internet). Os secretários Bruno Lima (Inovação e Tecnologia) e Humberto Silva (adjunto da pasta), assim como o diretor de Investimentos e Novos Negócios da SP Negócios, Michael Sotelo Cerqueira, estarão presentes.

Esta primeira edição do evento abordará temas como inteligência artificial, cibersegurança, gamificação e GovTechs (empresas que atuam em parceria com o poder público para facilitar o acesso à informação e aos serviços), com o objetivo de proporcionar um ambiente de negócios integrado e conteúdos relevantes com grandes nomes do setor público e privado.

**Jornal O DIA S. Paulo**

**Administração e Redação**
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

**Jornalista Responsável**
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

**Assinatura on-line**
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

**Publicidade Legal**
**Atas, Balanços e Convocações**
**Fone: 3258-1822**

**Periodicidade:** Diária
**Exemplar do dia:** R$ 3,50
**Impressão:** Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

**E-mail: contato@jornalodiasp.com.br**
**Site: www.jornalodiasp.com.br**

# Renda dos 10% mais ricos é 14,4 vezes superior à dos 40% mais pobres

Em 2023, os 10% da população brasileira com maiores rendimentos domiciliares per capita tiveram renda 14,4 vezes superior à dos 40% da população com menores rendimentos. Essa diferença é a menor já registrada no Brasil. Os dados fazem parte de uma edição especial da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada na sexta-feira (19) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O levantamento mostra que os 10% da população com maior rendimento domiciliar por pessoa tiveram, no ano passado, renda mensal média de R$ 7.580. Já os 40% dos brasileiros com menor rendimento obtiveram R$ 527. Ambos os valores são os maiores registrados para cada faixa de renda.

Em comparação mais extrema, o 1% da população com maior rendimento tinha renda mensal (R$ 20.664) que chegava a 39,2 vezes à dos 40% de menor renda. Em 2019, a diferença era de 48,9 vezes – a maior já registrada.

**Redução da diferença**

A diferença de 14,4 vezes entre os 10% das maiores faixas de renda e os 40% das menores é a mesma de 2022. Em 2019, antes da pandemia de covid-19, a relação estava em 16,9 vezes. O ponto mais desigual - 17 vezes - foi atingido em 2021, auge da pandemia.

A série histórica do IBGE teve início em 2012, quando a relação era de 16,3 vezes. Desde então, os menores rendimentos cresceram em proporções superiores aos do topo da pirâmide. Por exemplo, os 5% menores rendimentos tiveram evolução de 46,5%, e os localizados entre 5% e 10% menores subiram 29,5%. Na outra ponta, a faixa dos 10% maiores cresceu 8,9%.

Em janela de tempo mais curta, também é possível encontrar um estreitamento da diferença. Em 2019, os 40% da população com menores rendas tiveram evolução nos rendimentos de 19,2%. Já os 10% com maiores rendimentos aumentaram registraram aumento de 1,51%.

Entre 2022 e 2023, enquanto o rendimento médio domiciliar por pessoa cresceu 11,5%, o segmento dos 5% mais pobres teve elevação de 38,5%.

**Fatores**

Para o analista da pesquisa, Gustavo Geaquinto, três fatores podem explicar o crescimento mais intenso da renda dos grupos mais pobres da população. Um deles está relacionado aos programas sociais, em especial o Bolsa Família, que chegou a R$ 600, com inclusão de R$ 150 por criança de até 6 anos e o adicional de R$ 50 por criança ou adolescente (de 7 a 18 anos) e por gestante.

Outra explicação é a expansão do mercado de trabalho, com a entrada de 4 milhões de pessoas no número de ocupados. "Pessoas que não recebiam o rendimento de trabalho passaram a receber".

O pesquisador cita ainda o aumento do salário-mínimo acima da inflação. "O que afeta não apenas o rendimento do trabalho, mas também o rendimento de aposentadorias e pensões e outros programas sociais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC - um salário-mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade).

Em 2023 o salário mínimo teve dois reajustes e, em maio, passou a valer R$ 1.320.

A pesquisa do IBGE classifica como rendimento todo o dinheiro obtido por meio de trabalho (considerando pessoas com 14 anos ou mais de idade), aposentadoria, pensão, aluguel e arrendamento, pensão alimentícia, doação e mesada de quem não é morador do domicílio, e a categoria outros, que inclui rentabilidades de aplicações financeiras, bolsas de estudos e programas sociais do governo - como Bolsa Família/Auxílio Brasil, seguro-desemprego e BPC.

**Massa de rendimento**

Outra forma de observar a desigualdade no país é ao analisar a distribuição da massa de rendimentos a cada segmento da população. Em 2023, essa massa foi a maior já estimada para o país, alcançando R$ 398,3 bilhões, um crescimento de 12,2% a mais que o de 2022, quando foi de R$ 355 bilhões.

A parcela da população brasileira com os 10% dos menores rendimentos respondiam por apenas 1,1% dessa massa. Ou seja, de cada R$ 100 de rendimento do país, R$ 1,1 era recebido por 10% da população com menor renda.

Já os 10% dos brasileiros no topo da pirâmide recebiam 41% da massa de rendimentos. Isto é, de cada R$ 100, R$ 41 foram recebidos pelos 10% de maior renda. Para se ter uma ideia do tamanho da concentração, os 80% dos brasileiros com menores renda detinham 43,3% da massa nacional.

Entre 2022 e 2023, a desigualdade entre topo e base da pirâmide piorou um pouco. A participação dos mais ricos passou de 40,7% para 41% da massa. Para os mais pobres houve acréscimo de 1 para 1,1%. Comparando antes e depois da pandemia, houve redução da desigualdade. A participação dos mais ricos caiu de 42,8% (recuo de 1,8 ponto percentual); e a dos mais pobres subiu de 0,8% (elevação de 0,3 ponto percentual).

**Índice de Gini**

A pesquisa do IBGE mostra o comportamento do Índice de Gini, uma ferramenta que mede a concentração de renda da população. O indicador varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de zero, menor a desigualdade.

O indicador de 2023 ficou em 0,518, o mesmo de 2022 e o menor já registrado pela série histórica iniciada em 2012. O ponto mais desigual foi em 2018, quando alcançou 0,545.

O analista Gustavo Geaquinto explica que se a análise fosse apenas com o rendimento proveniente do trabalho, haveria pequena variação positiva do Índice de Gini, ou seja, aumento da desigualdade. Mas o movimento foi compensado por efeitos de programas sociais.

"Esse efeito, sobretudo do Bolsa Família, contrabalançou isso, beneficiando principalmente os domicílios de menor renda, de forma a manter a estabilidade desse indicador", diz. (Agência Brasil)

# Paraná tem a quarta menor desigualdade de renda do Brasil, aponta pesquisa do IBGE

O Paraná encerrou 2023 com o quarto menor índice de desigualdade de renda entre os estados brasileiros, de acordo com as informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na sexta-feira (19). O índice de Gini paranaense, indicador que aponta a desigualdade de um país ou estado, ficou em 0,463. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 0, menor a desigualdade do local. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua.

O indicador médio no Brasil em 2023 ficou em 0,518. Considerado todos os estados, o Paraná ficou atrás apenas de Santa Catarina (0,418), Mato Grosso (0,452) e Rondônia (0,455). São Paulo aparece em 17º, com 0,504, Rio de Janeiro em 25º, com 0,540, e o Rio Grande do Sul em 5º, com 0,466.

O resultado também mostra a evolução do Paraná no combate à desigualdade de renda. Em 2022, o Estado era o sétimo estado com o menor índice do Brasil e conseguiu saltar três posições no ranking nacional de 2023, ficando em quarto lugar. Em 2012, no começo da série histórica, o índice era de 0,483, enquanto o nacional era de 0,540.

De acordo com o IBGE, houve uma tendência de redução da desigualdade entre 2012 e 2015 (de 0,540 para 0,524), mas a partir do ano seguinte o indicador aumentou até chegar ao maior valor da série histórica, em 2018 (0,545). Nos anos seguintes, oscilou entre estabilidade, queda e aumento até chegar ao menor nível (0,518) em 2022, o mesmo do último estudo.

A pesquisa divulgada pelo IBGE também apresenta informações sobre rendimento médio mensal das pessoas. Em 2023, o Paraná registrou uma renda média mensal per capita de R$ 2.046, o sexto melhor resultado do País, atrás apenas de Distrito Federal (R$ 3.215), São Paulo (R$ 2.414), Rio de Janeiro (R$ 2.305), Rio Grande do Sul (R$ 2.255) e Santa Catarina (R$ 2.224). A média brasileira ficou em R$ 1.848.

Na comparação com 2022, quando o rendimento médio dos paranaenses era de R$ 1.873, o crescimento foi de 9,24%, segundo o IBGE. Com essa evolução, a massa de rendimentos do Paraná, que é a soma de todas as rendas das pessoas ocupadas com algum tipo de trabalho em um determinado local, chegou a R$ 18,69 bilhões em 2023, o quarto maior do Brasil e o melhor do Sul do País.

Neste recorte, o Paraná fica atrás apenas de São Paulo (R$ 87,4 bilhões), Minas Gerais (R$ 29,99 bilhões) e Rio de Janeiro (R$ 29,51 bilhões). Na região Sul, Rio Grande do Sul registrou R$ 18,5 bilhões de massa de rendimentos e Santa Catarina, R$ 13,19 bilhões.

Esse indicador considera todas as origens de rendimento, ou seja, além dos provenientes do trabalho, há a categoria outras fontes, que é composta por aposentadoria e pensão, aluguel e arrendamento, pensão alimentícia, doação e mesada de não morador e outros rendimentos.

Um aspecto analisado é que as pessoas que tinham algum rendimento de trabalho equivaliam a 46% da população residente no País em 2023, um aumento ante o ano anterior (44,5%). No Paraná, a população com algum tipo de renda proveniente do trabalho representava 48,5% do total do Estado em 2022 e em 2023 esta proporção aumentou para 50,3%.

Outro destaque é que os rendimentos provenientes de aluguel e arrendamento tiveram valor médio de R$ 2.191, um aumento de 19,3% na comparação com o ano anterior (R$ 1.836). No Paraná, os rendimentos médios com aluguéis e arrendamentos em 2023 foram de R$ 2.741, o que representa um aumento de 46,6% em relação aos rendimentos desta mesma natureza em 2022, que eram de R$ 1.869. (AENPR)

# Itamaraty mostra preocupação com aumento da tensão entre Israel e Irã

O governo brasileiro informou na sexta-feira (19) que acompanha, "com grave preocupação", mais um episódio da escalada de tensão entre Israel e o Irã. O posicionamento foi divulgado há pouco pelo Ministério das Relações Exteriores.

A imprensa internacional informou que foram registradas explosões na província iraniana de Isfahan. De acordo com agências internacionais de notícias, as explosões foram provocadas por Israel em resposta aos ataques iranianos ao território israelense na semana passada.

"O Brasil continua a acompanhar, com grave preocupação, episódios da escalada de tensões entre o Irã e Israel, desta vez com o relato de explosões na cidade iraniana de Isfahan. O Brasil apela a todas as partes envolvidas que exerçam máxima contenção e conclama a comunidade internacional a mobilizar esforços no sentido de evitar uma escalada", declarou o Itamaraty.

De acordo com a pasta, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, transmitiu a preocupação do governo brasileiro pessoalmente ao chanceler do Irã, Hossein Amir-Abdollahian, durante encontro bilateral ocorrido na manhã de hoje na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York.

O governo do Irã negou, por meio de sua agência estatal de notícias, a ocorrência das explosões. Segundo a agência Irã Fars News, os sons foram, na verdade, de baterias antiaéreas que dispararam contra "objetos suspeitos". (Agência Brasil)

# Na Amazônia, 77% do garimpo está a menos de 500 m de cursos d'água

Levantamento do MapBiomas revelou que 77% das áreas de garimpo na Amazônia brasileira estão a menos de 500 metros de algum corpo d'água, como rios, lagos e igarapés. Os dados, referentes a 2022, mostram ainda que o bioma concentrava 92% de toda a área garimpada no país, um total de 241 mil hectares (ha), ou seja, 186 mil ha ficavam a menos de meio quilômetro de cursos d'água.

A MapBiomas é uma rede colaborativa, formada por ONGs, universidades e startups de tecnologia.

O coordenador técnico do mapeamento de mineração no MapBiomas, Cesar Diniz, alerta que toda a ilegalidade em torno da atividade garimpeira na região reforça a gravidade dos resultados encontrados. "O garimpo amazônico quase sempre é ilegal de alguma maneira, seja porque não tem licença, seja porque a licença que tem é inapropriada para a existência do garimpo, seja porque faça uso de substâncias proibidas, como o mercúrio e o cianeto", disse.

Com a proximidade aos rios, a dispersão dos poluentes relacionados ao garimpo é amplificada. "Essa atividade é de alto impacto e alto risco na sua essência. Na Amazônia, ainda pior, porque 77% dela está literalmente ao lado de um grande rio, que é um dispersor dos problemas trazidos pelo garimpo".

Segundo o técnico, o assoreamento gerado pela movimentação de terra na proximidade das bordas de rios e igarapés e a contaminação da água pelo mercúrio, e mais recentemente por cianeto, alcançam áreas muito maiores do que os locais específicos de atuação dos garimpeiros.

"Do jeito que a gente tem o garimpo hoje na Amazônia, ele é ilegal, está em franca expansão, faz uso de substâncias proibidas, é danoso ao meio ambiente, é danoso ao garimpeiro, é danoso aos ribeirinhos e aos índios e aumenta a mortalidade infantil. Está tudo errado", ressaltou.

**Soluções**

Para Diniz, a questão do garimpo ilegal não se resolve por falta de vontade política e de prioridade para a situação. "A postura precisa mudar, o senso de urgência e de critério precisa mudar. Se quiser resolver verdadeiramente o problema, precisa colocar a invasão garimpeira nas terras indígenas, unidades de conservação e proteção permanente como prioridade na agenda política brasileira", disse.

"A gente já sabe onde estão os garimpeiros, qual é o tamanho do problema, que tipo de substâncias eles usam, quem os financia, a gente já sabe de muita coisa. Não é por falta de informação que não se faz algo mais adequado. É verdadeiramente por falta de prioridade", acredita.

O levantamento do MapBiomas identificou também a quantidade de pistas de pouso em terras indígenas na Amazônia. A TI Yanomami lidera, com 75 pistas de pouso, seguida por Raposa Serra do Sol (58), Kayapoì (26), Munduruku e Parque do Xingu (com 21 pistas cada). As imagens de satélite mostram que no interior delas há proximidade entre as pistas e o garimpo.

No caso Yanomami, um terço das pistas - 28 do total de 75, ou 33% - está a menos de 5 quilômetros de alguma área de garimpo. Percentual semelhante (34%) foi encontrado na terra Kayapó (nove de 26 pistas). Já no caso da TI Munduruku, 80% das pistas (17 de 21) estão a menos de 5 quilômetros de áreas de garimpo.

**Lucro**

O garimpo está intrinsecamente relacionado aos cursos d'água e ao uso de substâncias químicas proibidas, porque esses elementos levam à redução dos custos da operação. Para o ouro, isso significa minerar em superfície, nos primeiros metros de sedimentos carregados e depositados pelos rios, os chamados depósitos aluvionares.

"Por isso que os garimpeiros estão onde estão. Se eles tentassem recuperar ouro de outra forma, o custo da operação seria muito maior, e não teria como uma rede de garimpeiros operacionalizar essa extração. É uma questão de lucro. Só se faz o que se faz porque é ali que se gasta menos na operação de extração", explicou.

Diniz reforça que o garimpo é uma atividade de risco e sempre terá. No entanto, a atividade não é ilegal, mas, segundo ele, precisa haver uma extração responsável. "Existem normas para garimpar. Não se pode garimpar com o uso de substâncias proibidas, por exemplo, mercúrio e cianeto; nem dentro de terras indígenas, porque é uma ilegalidade espacial. Não se pode dizer que está na fase de pesquisa do garimpo e já estar extraindo ouro, é um uso inapropriado de licença", apontou.

"Quem faz a mineração é responsável pelos seres humanos que ali estão trabalhando e pelos seres humanos que provavelmente, em algum grau de risco, poderão vir a se contaminar. E é responsável pelo meio ambiente. Esse é o problema do garimpo no Brasil. Ninguém é responsável por nada. Todo mundo faz o que quer de acordo com a sua cabeça e o seu método de extração", lamentou.

Diniz afirma que águas e regiões próximas ao garimpo que estejam contaminadas por mercúrio ou cianeto são impróprias para a vida humana. "Para indígenas e ribeirinhos, e para os próprios garimpeiros, a contaminação é um desafio à vida futura deles. Eles vão ter a diminuição da capacidade de se manter vivos e plenos por muito mais tempo", disse.

**Terra Indígena**

Da área garimpada na Amazônia, 10% fica dentro de terras indígenas (TI), ou seja, 25,1 mil hectares. Os territórios indígenas mais ocupados por garimpeiros são as TI Kayapó, Munduruku e Yanomami, que concentram 90% da área garimpada dentro de terras indígenas.

Nas terras Kayapó, a área garimpada ocupa 13,79 mil hectares - dos quais 70% (9,6 mil) ficam a menos de 500 metros de algum curso d'água. Na Munduruku, o garimpo ocupa 5,46 mil hectares - 39% dos quais (2,16 mil) a menos de 500 metros da água. Na Yanomami, são 3,27 mil hectares de garimpo e 2,10 mil hectares (64%) a menos de meio quilômetro dos cursos d'água.

No Brasil, de 1985 a 2022, as TI perderam menos de 1% de sua vegetação nativa, enquanto nas áreas privadas 26%. "As terras indígenas são as áreas mais preservadas da Amazônia. Ainda assim, no seu interior, a concentração de garimpos próximo aos cursos d'água é extremamente preocupante, uma vez que populações indígenas e ribeirinhas usam quase que exclusivamente dos rios e lagos para sua subsistência alimentar", alertou.

No caso do mercúrio, ele aponta que "até quem está comendo peixe em Santarém pode se contaminar com mercúrio, porque ele é bioacumulador, ele passa para a água, da água para o peixe, do peixe para o humano". Os garimpeiros devolvem ainda para dentro dos rios uma quantidade grande de sedimentos que havia sido dragado das margens do leito ou de regiões próximas ao rio, denuncia.

"Além de contaminar a água, isso troca as características físico-químicas da água. Ela deixa de ser, por exemplo, como as águas do rio Xingu, que são cristalinas de fundo escuro, e passam a ser leitosas amarronzadas, como a gente viu acontecer, por exemplo, em Alter do Chão, alguns anos atrás. Isso afeta até o turismo", disse Diniz. (Agência Brasil)

# Anvisa tem maioria para manter proibição de cigarros eletrônicos

A maioria dos diretores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) votou na sexta-feira (19) por manter a proibição aos cigarros eletrônicos no Brasil. Com esse placar, continua proibida a comercialização, fabricação e importação, transporte, armazenamento, bem como de publicidade ou divulgação desses produtos por qualquer meio, em vigor desde 2009.

Dos cinco diretores, três votaram a favor da proibição. Faltam os votos de dois diretores.

Os dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs), conhecidos como cigarros eletrônicos, são chamados de vape, pod, e-cigarette, e-ciggy, e-pipe, e-cigar e heat not burn (tabaco aquecido). Dados do Inquérito Telefônico de Fatores de Risco para Doenças Crônicas Não Transmissíveis em Tempos de Pandemia (Covitel 2023) revelam que 4 milhões de pessoas já usaram cigarro eletrônico no Brasil, apesar de a venda não ser autorizada.

O diretor-presidente da Anvisa e relator da matéria, Antonio Barra Torres, votou favorável à manutenção da proibição desses dispositivos.

"O que estamos tratando, tanto é do impacto à saúde como sempre fazemos, e em relação às questões de produção, de comercialização, armazenamento, transporte, referem-se, então, à questão da produção de um produto que, por enquanto, pela votação, que vamos registrando aqui vai mantendo a proibição".

Antonio Barra Torres leu por cerca de duas horas pareceres de 32 associações científicas brasileiras, os posicionamentos dos Ministérios da Saúde, da Justiça e Segurança Pública e da Fazenda e saudou a participação popular na consulta pública realizada entre dezembro de 2023 e fevereiro deste ano, mesmo que os argumentos apresentados não tenham alterado as evidências já ratificadas pelas diretoras em 2022.

Em seu relatório, Barra Torres se baseou em documentos da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da União Europeia, em decisões do governo da Bélgica de proibir a comercialização de todos os produtos de tabaco aquecido com aditivos que alteram o cheiro e sabor do produto. Ele citou que, nesta semana, o Reino Unido aprovou um projeto de lei que veda aos nascidos após 1º de janeiro de 2009, portanto, menores de 15 anos de idade, comprarem cigarros.

Ele mencionou ainda que a agência federal do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos (U.S Food and Drug Administration) aponta que, mesmo com a fiscalização, há comércio ilícito desses produtos.

O diretor ainda apresentou proposições de ações para fortalecimento do combate ao uso e circulação dos dispositivos eletrônicos de fumo no Brasil.

**Manifestações pela proibição**

Durante a reunião da diretoria da Anvisa, foram ouvidas diversas manifestações a favor e contra a manutenção da proibição do consumo de dispositivos eletrônicos para fumar no Brasil. Foram exibidos 80 vídeos de pessoas físicas e jurídicas de diversas nacionalidades.

A maior parte dos argumentos favoráveis à manutenção da proibição foram relativos aos danos à saúde pública. A secretária da Comissão Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e seus Protocolos (Coniq) da Organização Mundial da Saúde (OMS), Adriana Blanco, manifestou preocupação com a saúde pública dos países que liberaram o consumo destes produtos e com o marketing estratégico da indústria do tabaco, especialmente com o aumento do consumo por jovens.

A representante da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), no Brasil, Socorro Gross, apontou que o Brasil é reconhecido internacionalmente pela política interna de controle do tabaco desde o século passado. "Essa medida protege, salva vidas, promove efetivamente a saúde pública e é um passo crucial para um ambiente mais saudável e seguro para todas as pessoas".

O presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), Hisham Mohamad, fez comparações sobre a piora da situação epidemiológica e o incremento do contrabando em alguns dos mais de 100 países onde a comercialização do produto foi liberada. "Constatamos um grande número de dependência especialmente das novas formas de nicotina que a indústria tem empregado. E em localidades onde foram liberados, como nos Estados Unidos, a maior parte vendida no comércio é de produtos ilegais".

O ex-diretor da Anvisa e ex-ministro da Saúde (2006-2007) José Agenor Álvares da Silva, relembrou o contexto em que o Brasil conseguiu banir a adição de flavorizantes que favorecem a adesão da população jovem ao fumo e inviabilizou a propaganda dos produtos fumígenos nos pontos de venda. "A Anvisa, que tanto deu exemplo na condução da discussão sobre as vacinas contra a Covid, tem agora uma oportunidade clara de mostrar para o Brasil e para o mundo o seu compromisso com a saúde pública do povo brasileiro", fez o apelo à diretoria da agência.

A diretora de análise epidemiológica e vigilância de doenças não transmissíveis do Ministério da Saúde, Letícia de Oliveira Cardoso, apontou que não existem estudos científicos que comprovem que os cigarros eletrônicos protegem, substituem ou amenizam os efeitos nocivos dos cigarros normais

**Contra a proibição**

Também foram apresentados argumentos pedindo a regulamentação do consumo pela Anvisa e pela venda dos produtos, apontando a redução de danos aos fumantes de cigarro comum, combate à venda de ilegal de produtos irregulares, sem controle toxicológico e de origem desconhecida. A gestora nas áreas de assuntos regulatórios, qualidade e logística Alessandra Bastos Soares defendeu a regulamentação adequada ao consumo de cigarros eletrônicos para que os consumidores que decidiram pelo uso possam fazê-lo em segurança. "Desejo que, no futuro, nenhum cidadão levante o seu dedo em riste acusando a Anvisa de omissão por não ter uma regra adequada para cuidar de um tema que já é tratado como pandemia do Vape", alertou.

Já o diretor da British American Tobacco (BAT) - Brasil, anteriormente conhecida como Souza Cruz, Lauro Anhezini Júnior, afirmou que consumidores estão sendo tratados como cidadãos de segunda classe. O representante da indústria de cigarros brasileira pediu que as decisões sejam tomadas com base na ciência. "Não é a ciência apenas da indústria, é a ciência independente desse país que também comprova que se tratam de produtos de redução de riscos. Cigarros eletrônicos são menos arriscados à saúde do que continuar fumando cigarro comum".

O diretor de Comunicação da multinacional Philip Morris Brasil (PMB), Fabio Sabba, defendeu que a atual proibição dos DEFs tem se mostrado ineficaz frente ao crescente mercado ilícito e de contrabando no país. "Ao decidir pela manutenção da simples proibição no momento que o mercado está crescendo descontroladamente, a Anvisa deixa de cumprir o seu papel de assegurar que esses 4 milhões de brasileiros ou mais consumam um produto enquadrado em critérios regulatórios definidos. É ignorar que o próprio mercado está pedindo regras de qualidade de consumo".

Além de representantes da indústria de tabaco, houve manifestações de proprietários de casas noturnas, bares e restaurantes e de usuários dos cigarros eletrônicos. O representante da Livres, uma associação civil sem fins lucrativos delicada à promoção da liberdade individual, Mano Ferreira, condenou a proibição anterior que não conseguiu erradicar o consumo desses produtos e, ao contrário, impulsionou o mercado ilegal e informal, especialmente entre os jovens.

A preocupação do presidente da Associação Brasileira de Bares e Casas Noturnas, Fábio Bento Aguayo, foi a dominação do comércio desse produto pelo crime organizado, facções criminosas e milícias. "O estado brasileiro deixa de ganhar, deixa de arrecadar recurso com tributos para combater essas atividades ilegais. Brigamos pela regulamentação para defender a sociedade para ter um produto que tem a garantia sobre a procedência dele".

**Histórico**

Desde 2009, uma resolução da Anvisa proíbe a comercialização dos dispositivos eletrônicos para fumar no Brasil. Porém, produtos ilegais podem ser adquiridos pela internet, em estabelecimentos comerciais regularizados e pelas mãos de ambulantes mesmo com a proibição de venda. O consumo, sobretudo entre os jovens, tem aumentado.

Em fevereiro deste ano, a Anvisa encerrou a consulta pública para que a sociedade pudesse contribuir para o texto sobre a situação de dispositivos eletrônicos para fumar no Brasil. A proposta de resolução colocada em discussão pela agência foi a de manutenção da proibição já existente. Durante a consulta pública, foram enviadas 13.930 manifestações, sendo 13.614 de pessoas físicas e 316 de pessoas jurídicas. Deste total, contribuições de fato, com conteúdo, aos dispositivos propostos pelo texto da consulta pública, foram 850.

Em 2022, a Anvisa aprovou, por unanimidade, relatório técnico que recomendou a manutenção das proibições dos Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEF) no Brasil e a adoção de medidas para melhorar a fiscalização para coibir o comércio irregular, bem como a conscientização da população sobre os riscos destes dispositivos. (Agência Brasil)

## Lula reúne articuladores do Congresso para encaminhar votações

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez uma reunião, seguida de almoço, com os três líderes do governo no Congresso Nacional e os ministros Rui Costa (Casa Civil), Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Paulo Pimenta (Comunicação Social). O encontro, na sexta-feira (19), serviu, oficialmente, para repassar a pauta de votações de interesse do governo no Legislativo e analisar o cenário político, em meio a uma elevação das tensões, especialmente entre o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e o responsável pela articulação política do Planalto, Alexandre Padilha.

Na semana passada, Lira insultou publicamente Padilha e o presidente Lula chegou a dar uma declaração em defesa do auxiliar.

"Foi uma reunião de rotina, não teve nada de emergência. Foi uma reunião que o presidente nos convidou, os líderes, para apresentar um balanço desse período de votações, nada que não esteja dentro da pauta que é prioridade para o governo. Ele pediu para a gente se empenhar na votação das matérias econômicas", declarou o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), em entrevista a jornalistas após o almoço com Lula. Os senadores Jaques Wagner (PT-BA), líder no Senado, e Randolfe Rodrigues (Rede-AP), líder no Congresso, também participaram do encontro.

Segundo José Guimarães, foi repassado ao presidente informações sobre o andamento das negociações em torno da extensão do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), até 2026, mas com limite de renúncia fiscal, além da expectativa em torno da apresentação dos projetos de lei de regulamentação da reforma tributária, a cargo do Ministério da Fazenda, e a análise, em sessão do Congresso Nacional, de vetos presenciais, incluindo, possivelmente, a manutenção ou derrubada do veto de Lula ao projeto de lei que restringe as saídas temporárias de presos. Outro veto a ser analisado é o que cortou R$ 5,6 bilhões de emendas parlamentares de comissão ao Orçamento deste ano.

"Nós vamos nos reunir com os líderes a partir da próxima semana e, enfim, tocar a vida porque é um semestre mais curto", observou Guimarães, em referência ao fato de que o segundo semestre deverá ter agenda legislativa paralisada no Congresso Nacional em meio a realização das eleições municipais em todo o país. Perguntado sobre a expectativa de uma nova reunião entre Lula e Arthur Lira, para afinar a relação, o líder do governo na Câmara disse que isso depende das agendas de ambos, mas defendeu o encontro.

"Eu acho que deve, sempre é bom. Tem três palavras que eu resumiria: diálogo, paciência e capacidade de articulação política para concluir o semestre", ponderou o líder, que também vê com bons olhos a possibilidade de uma conversa entre Lira e Padilha, se o presidente da Câmara quiser.

Guimarães também opinou sobre a necessidade de melhorar a relação de Lira, que coordena a pauta de votações na Câmara, com o governo. "Precisa fazer um consertinho aqui, outro consertinho ali, mas nada que atrapalhe a nossa vontade, e o presidente Lira tem tido essa vontade, de votar os projetos de interesse do país", pontuou.

**PEC do Quinquênio**

O líder do governo na Câmara ainda criticou duramente a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que avançou no Senado essa semana, e que estabelece um aumento contínuo no salários de agentes públicos de carreiras jurídicas, chamada PEC do Quinquênio. "Se essa PEC prosseguir ela vai quebrar o país, vai quebrar os Estados, não tem o menor fundamento", afirmou.

A PEC foi aprovada em votação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, criando um adicional por tempo de serviço de 5% do salário a cada cinco anos (quinquênio), até o limite de 35%. Esse percentual não entra no cálculo do teto constitucional - valor máximo que o servidor público pode receber. A medida beneficiaria as carreiras de juiz, promotores, advocacia pública federal e estadual, Defensoria Pública, delegados de polícia e conselheiros de tribunais de contas. (Agência Brasil)

# Governo propõe a servidores da educação reajuste de 9% em 2025

O governo federal apresentou, na sexta-feira (19), proposta de reestruturação da carreira dos servidores técnico-administrativos de universidades e institutos federais. As categorias estão em greve em boa parte do país. Pela proposta, será concedido aos servidores reajuste de 9%, a partir de janeiro de 2025, e de 3,5%, em maio de 2026. A informação foi divulgada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

A proposta foi apresentada na sede do MGI, em Brasília, durante a quarta reunião da Mesa Específica e Temporária que debate a reestruturação da carreira.

Para 2024, o governo já havia formalizado, para todos os servidores federais, proposta de reajuste no auxílio-alimentação, que passaria de R$ 658 para R$ 1 mil (51,9% a mais), de aumento de 51% nos recursos destinados à assistência à saúde suplementar (auxílio-saúde) e de acréscimo na assistência pré-escolar (auxílio-creche), de R$ 321 para R$ 484,90.

Segundo o ministério, se forem considerados o aumento nos benefícios e o reajuste de 9% concedido no ano passado, além da proposta feita nesta sexta-feira, os técnicos teriam um reajuste médio global de mais de 20% para a carreira.

De acordo com o MGI, a proposta apresentada nesta sexta-feira inclui ainda a verticalização das carreiras "com uma matriz única com 19 padrões; a diminuição do interstício da progressão por mérito de 18 para 12 meses; a mudança no tempo decorrido até o topo das carreiras, que passa a ser de 18 anos".

Os servidores técnico-administrativos da área de educação classificaram de "irrisória e decepcionante" a proposta apresentada pelo governo federal. Segundo o Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), as negociações pela manhã foram dedicadas à carreira dos técnicos. Na parte da tarde, segundo ele, a mesa de negociação trataria da carreira dos docentes.

Além de reivindicar, inicialmente, uma recomposição salarial que varia de 22,71% a 34,32%, dependendo da categoria, os servidores pedem a reestruturação das carreiras da área técnico-administrativa e de docentes; a revogação de "todas as normas que prejudicam a educação federal aprovadas nos governos Temer e Bolsonaro", bem como a recomposição do orçamento e o reajuste imediato dos auxílios e bolsas dos estudantes.

De acordo com o Sinasefe, a tendência é que a greve continue, pois o termo apresentado pelo governo, até o momento, não recompõe salários nem reestrutura as carreiras. "A proposta do governo foi de um reajuste de 9% para janeiro de 2025 e 3,5% para maio de 2026. Isso significa a manutenção do congelamento salarial para 2024", avalia o sindicato.

A decisão dos servidores da área de educação será oficializada após consulta às assembleias locais e apresentação durante a plenária nacional, ainda a ser convocada. (Agência Brasil)

# Dino quer ouvir Congresso sobre suposta ilegalidade em emendas

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino concedeu na sexta-feira (19) prazo de 15 dias para o Congresso se manifestar sobre o suposto descumprimento dos fundamentos da decisão da Corte que considerou inconstitucionais as emendas orçamentárias RP9, conhecidas como orçamento secreto.

Pela decisão, os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSB-MG), poderão enviar esclarecimentos à Corte. A presidência da República também foi intimada a se manifestar sobre o caso. O envio das informações não é obrigatório.

"Intimem-se o requerente [PSOL], bem como os interessados, presidente da República, presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal e presidente da Câmara dos Deputados, para, querendo, no prazo de 15 dias, se manifestarem acerca do noticiado pelos amigos da Corte", escreveu o ministro.

A decisão de Flávio Dino foi motivada por uma petição enviada ao Supremo pelas organizações Contas Abertas, Transparência Brasil e a Transparência Internacional. Segundo as entidades, o Congresso descumpre a decisão tomada em 2022, quando o STF proibiu o orçamento secreto.

Para as entidades, o Congresso continua utilizando indevidamente as emendas de relator na forma de "emendas Pix", por meio de transferências individuais, com baixo controle de transparência sobre a aplicação dos recursos, descumprindo os fundamentos que consideraram o orçamento secreto inconstitucional.

Após receber as manifestações, o ministro deverá decidir a questão. A data do julgamento não foi definida.

Em dezembro de 2022, a partir de uma ação protocolada pelo PSOL, o STF entendeu que as emendas do orçamento secreto são inconstitucionais. Após a decisão, o Congresso Nacional aprovou uma resolução que mudou as regras dos recursos distribuídos pelas emendas de relator para cumprir a determinação da Corte. (Agência Brasil)

# Brasil regula abate e processamento de animais para mercado religioso

A diversidade religiosa no Brasil é refletida diretamente na alimentação e no consumo da população, que, somadas à expansão das exportações de produtos de origem animal para países asiáticos, criaram um mercado do específico e cheio de potencial: o do abate religioso de animais para açougue.

Em países como Egito, Arábia Saudita, Kuwait e Emirados Árabes Unidos, grande parte da população é muçulmana, religião que traz, na sua essência, regras do que é permitido na forma de se relacionar com outros seres vivos.

Em árabe, a palavra *halal*, que significa lícito, define aquilo que é permitido, inclusive na hora de se alimentar. Para o consumo de animais, por exemplo, há espécies consideradas impuras, como o porco, e outras que precisam passar por um procedimento de purificação desde o abate até o corte, para que possam ser consumidas, como o frango e bovinos.

Nos países judaicos, como Israel, também há regras sobre o que é considerado apropriado, ou *kosher*, e há procedimentos específicos para cada etapa de beneficiamento dos produtos de origem animal.

Para atender esses mercados dentro e fora do Brasil, o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) definiu regras para solicitação, avaliação, concessão e revogação da autorização para abate e processamento de animais para açougue, de acordo com preceitos religiosos.

Para receber a autorização de funcionamento, esses estabelecimentos terão que fazer uma solicitação ao serviço de inspeção federal, por meio do sistema eletrônico do Mapa, com declaração da autoridade religiosa correspondente e especificação de regras que conflitem com normas brasileiras.

Para a autorização, é necessário que os procedimentos estejam de acordo com as leis que tratam do bem-estar dos animais de abate e também o atendimento dos requisitos sanitários no Brasil e do país de destino dos produtos.

Os procedimentos foram detalhados em uma portaria publicada no *Diário Oficial da União*, que entrará em vigor a partir do dia 2 de maio. (Agência Brasil)

# Red Sociedade de Crédito Direto S.A.

CNPJ nº 47.593.544/0001-78

## Relatório da administração

Prezado leitor, Em atendimento à exigência prevista nas normas do Banco Central do Brasil ("BACEN"), a Administração da RED Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia" ou "RED SCD") submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A RED SCD é uma Companhia que tem por objeto a oferta de empréstimos, financiamentos e antecipação de recebíveis como forma de concessão de fluxos de caixa para atendimento às necessidades de seus clientes. Obtivemos a autorização de funcionamento pelo BACEN em 16 de agosto de 2022 e realizamos as primeiras operações ao final desse mesmo ano. A Administração da Companhia atesta que tem capacidade econômica e financeira de oferecer tais produtos sem comprometer o limite do seu capital próprio, conforme determinado por seu órgão regulador. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 18 de março de 2023.

### Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em Reais - R$)

| | Notas | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|---|
| **Ativo Circulante** | | **3.096.328** | **3.214.933** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 100.074 | 108.097 |
| **Instrumentos financeiros** | 5 | **2.924.127** | **3.106.836** |
| Aplicações em operações compromissadas | | 2.445.861 | – |
| Títulos e valores mobiliários | | 478.266 | 3.106.836 |
| **Outros valores** | | **72.127** | – |
| Impostos e contribuições a compensar | | 69.159 | – |
| Despesas antecipadas | | 2.968 | – |
| **Ativo não circulante** | | **205.477** | **259.079** |
| Intangível | 6 | 205.477 | 259.079 |
| **Total do ativo** | | **3.301.805** | **3.474.012** |

| Passivo e patrimônio líquido | Notas | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|---|
| **Passivo circulante** | | **233.248** | **50.121** |
| **Outras obrigações** | 7 | **233.248** | **50.121** |
| Cobrança e arrecadação de tributos | | 73.965 | 8.885 |
| Fiscais e previdenciárias | | 135.368 | 30.052 |
| Outros | | 23.915 | 11.184 |
| **Patrimônio líquido** | | **3.068.557** | **3.423.891** |
| Capital Social | 8.1 | 3.500.000 | 3.500.000 |
| Prejuízos acumulados | | (431.443) | (76.109) |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | **3.301.805** | **3.474.012** |

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Para o semestre e exercício findos em 31/12/2023 e período de 16/08/2022 (data de constituição da Companhia) a 31/12/2022 (Valores expressos em Reais - R$)

| | Capital social integralizado | Prejuízos acumulados | Total |
|---|---|---|---|
| **Constituição em 16/08/2022** | | | |
| Integralização de capital | 3.500.000 | – | 3.500.000 |
| Prejuízo do período | – | (76.109) | (76.109) |
| **Saldos em 31/12/2022** | **3.500.000** | **(76.109)** | **3.423.891** |
| Prejuízo do exercício | – | (355.334) | (355.334) |
| **Saldos em 31/12/2023** | **3.500.000** | **(431.443)** | **3.068.557** |
| **Saldo em 01/07/2023** | 3.500.000 | 32.294 | 3.532.294 |
| Prejuízo do período | – | (463.737) | (463.737) |
| **Saldos em 31/12/2023** | **3.500.000** | **(431.443)** | **3.068.557** |

### Demonstrações do resultado Para o semestre e exercício findos em 31/12/2023 e período de 16/08/2022 (data de constituição da Companhia) a 31/12/2022 (Valores expressos em Reais - R$)

| | Notas | 01/07/2023 a 31/12/2023 | 01/01/2023 a 31/12/2023 | 16/08/2022 a 31/12/2022 |
|---|---|---|---|---|
| **Receita líquida de prestação de serviços** | 10 | 853.351 | 1.172.519 | 4.303 |
| **Outras receitas/despesas operacionais** | | | | |
| Despesas administrativas | 11 | (1.542.017) | (1.907.234) | (148.766) |
| Outras receitas (ou despesas) operacionais | | 35.187 | (8.727) | (9.031) |
| **Resultado operacional** | | **(653.479)** | **(743.442)** | **(153.494)** |
| **Receita financeira** | | | | |
| Receita financeira | 12 | 189.742 | 388.108 | 107.419 |
| **Resultado financeiro** | | **189.742** | **388.108** | **107.419** |
| **Resultado antes dos tributos** | | (463.737) | (355.334) | (46.075) |
| **Imposto de renda e Contribuição social** | 13 | | | |
| Provisão para Imposto de Renda | | – | – | (20.229) |
| Provisão para Contribuição Social | | – | – | (9.805) |
| **Prejuízo do exercício / período** | | **(463.737)** | **(355.334)** | **(76.109)** |
| **Prejuízo por ação** | | **(0,13)** | **(0,10)** | **(0,02)** |

### Demonstrações do resultado Para o semestre e exercício findos em 31/12/2023 e período de 16/08/2022 (data de constituição da Companhia) a 31/12/2022 (Valores expressos em Reais - R$)

| | 01/07/2023 a 31/12/2023 | 01/01/2023 a 31/12/2023 | 16/08/2022 a 31/12/2022 |
|---|---|---|---|
| Prejuízo do exercício / período | (463.737) | (355.334) | (76.109) |
| Outros resultados abrangentes | – | – | – |
| **Total do resultado abrangente** | **(463.737)** | **(355.334)** | **(76.109)** |

### Demonstrações dos fluxos de caixa Para o semestre e exercício findos em 31/12/2023 e período de 16/08/2022 (data de constituição da Companhia) a 31/12/2022 (Valores expressos em Reais - R$)

| | 01/07/2023 a 31/12/2023 | 01/01/2023 a 31/12/2023 | 16/08/2022 a 31/12/2022 |
|---|---|---|---|
| **Resultado líquido** | | | |
| Prejuízo do exercício / período | (463.737) | (355.334) | (76.109) |
| Amortizações | 26.801 | 53.602 | 8.934 |
| **Resultado líquido ajustado** | **(436.936)** | **(301.732)** | **(67.175)** |
| **Atividades operacionais** | **510.605** | **293.709** | **(3.056.715)** |
| Títulos e valores mobiliários | 486.155 | 182.709 | (3.106.836) |
| Impostos a recuperar | (30.444) | (72.127) | – |
| Outras obrigações | 54.894 | 183.127 | 50.121 |
| **Caixa líquido proveniente das / (aplicado nas) atividades operacionais** | **510.605** | **293.709** | **(3.123.890)** |
| **Atividades de investimento** | – | – | (268.013) |
| Aquisição de Intangível | – | – | (268.013) |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento** | – | – | **(268.013)** |
| **Atividades de financiamento** | – | – | 3.500.000 |
| Integralização de capital | – | – | 3.500.000 |
| **Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento** | – | – | **3.500.000** |
| **Aumento / (Redução) líquida de caixa e equivalente de caixa** | **73.669** | **(8.023)** | **108.097** |
| **Caixa e equivalentes de caixa** | | | |
| No início do exercício / período | 26.405 | 108.097 | – |
| No fim do exercício / período | 100.074 | 100.074 | 108.097 |
| **Aumento / (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa** | **73.669** | **(8.023)** | **108.097** |

### Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

**1. Contexto operacional:** A Red Sociedade de Crédito Direto S.A. (Companhia ou Red SCD) foi constituída em 16/08/2022 na forma de sociedade por ações, domiciliada no Brasil com sede na Avenida Cidade Jardim, 400, 21º andar, Jardim Paulistano, São Paulo, CEP 01454-901. A Red SCD tem por objeto social a prática de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com a utilização de recursos financeiros que tenham como única origem o capital próprio. Além desta atividade, também fazem parte do escopo a emissão de moeda eletrônica e prestação de serviços de análise de crédito e cobrança para terceiros. A Red SCD obteve autorização pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 16/08/2022, para funcionar como sociedade de crédito direto, de acordo com a publicação no Diário Oficial da União. Desta forma, em decorrência desta autorização, a Companhia passou a adotar os procedimentos aplicáveis às instituições regulamentadas por este regulador, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações e principais políticas contábeis materiais: 2.1. Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN, quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN:

| Pronunciamentos CPC | Resolução CMN |
|---|---|
| CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro | 4.924/21 |
| CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa | 4.818/20 |
| CPC 04 (R1) - Ativo Intangível | 4.534/16 |
| CPC 24 - Evento Subsequente | 4.818/20 |

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 18/03/2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e a sua moeda de apresentação. **2.3. Mensuração de valor:** o resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, utilizando o custo histórico para sua mensuração. **2.4. Continuidade operacional:** A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de incerteza material que possa gerar dúvida significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

**3. Principais políticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir: **a) Apuração do resultado:** O resultado é reconhecido pelo regime de competência, ou seja, tanto as receitas como as despesas são reconhecidas no período em que as mesmas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. **c) Títulos e valores mobiliários:** São avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/2001, emitida pelo BACEN, com base na intenção da Administração, em três categorias: • **Negociação:** Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e apresentados no Ativo Circulante independentemente de seu prazo de vencimento. Registrados ao custo de aquisição e acrescidos de rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período; • **Disponíveis para venda:** Adquiridos sem o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. Registrados ao custo de aquisição e acrescidos de rendimentos auferidos até a data do balanço, que são reconhecidos no resultado do período, e ajustados a valor justo em contrapartida a conta específica do Patrimônio Líquido. Os ganhos e perdas advindos do ajuste a valor justo são reconhecidos no resultado do período em decorrência de sua realização; • **Mantidos até o vencimento:** Adquiridos com a intenção e capacidade financeira de serem mantidos até o vencimento. Registrados ao custo de aquisição e acrescidos de rendimentos auferidos até a data do balanço no resultado do período. Eventuais perdas não temporárias no valor justo dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período e passam a compor sua nova base de custo. **d) Operações de crédito:** Conforme a Resolução do CMN nº 4.656/18, a Red SCD é instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio. **e) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

| Pronunciamento | Descrição | Aplicável a períodos anuais com início em ou após |
|---|---|---|
| Resolução BCB nº 304 de 20/03/2023 | Aprova o Regulamento que disciplina, no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro, o funcionamento dos sistemas de liquidação, o exercício das atividades de registro e de depósito centralizado de ativos financeiros e a constituição de ônus e gravames sobre ativos financeiros registrados ou depositados, e consolida normas sobre a matéria. | 01/05/2024 |
| IAS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores | Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. | 01/01/2024 |
| Resolução BCB nº 219/2022 | Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros (ativos e passivos financeiros), bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge. A referida Resolução substitui, entre outras normas, a Resolução CMN nº 2.682/1999, a Circular BACEN nº 3.068/2001 e a Circular BACEN nº 3.833/2017. | 01/01/2025 |
| Resolução BCB nº 178/2022 | Dispõe sobre critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento. Essa Resolução, assim como a Resolução BCB nº 219/2022, são medidas de convergência do BACEN aos padrões internacionais de contabilidade. | 01/01/2025 |

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção da norma listada acima tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

**4. Caixa e equivalentes de caixa:**

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Bancos - conta corrente | 100.074 | 108.097 |
| **Total** | **100.074** | **108.097** |

**5. Instrumentos financeiros:** Em 31/12/2023 e 2022 os títulos e valores mobiliários estão classificados como títulos para negociação, conforme demonstrados a seguir:

| **Recursos aplicados no Brasil** | **31/12/2023** | **31/12/2022** |
|---|---|---|
| Certificados de Deposito Bancário (CDB) - Pós-fixado (i) | 478.266 | 3.106.836 |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 (ii) | 2.445.861 | – |
| | **2.924.127** | **3.106.836** |

(i) Refere-se à aplicação financeira em CBD, mantida no Banco Itaú S.A. a taxa de 100% do CDI; (ii) As Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B) com vencimento em 15/08/2028, rendem 100% do IPCA + 6% a.a.

**6. Intangível:**

| | Taxa anual de depreciação | Saldo líquido 31/12/2023 | Saldo líquido 31/12/2022 |
|---|---|---|---|
| Licenças de software | 20% | 205.477 | 259.079 |
| | | 205.477 | 259.079 |

| | Movimentação 31/12/2023 | Movimentação 31/12/2022 |
|---|---|---|
| **Saldo inicial** | **259.079** | – |
| Adição | – | 268.013 |
| (-) Amortização | (53.602) | (8.934) |
| **Saldo final** | **205.477** | **259.079** |

**7. Outras obrigações:**

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| **Cobrança e arrecadação de tributos** | **73.965** | **8.885** |
| Operações de crédito-IOF a recolher | 73.965 | 8.885 |
| **Fiscais e previdenciárias** | **135.368** | **30.052** |
| IRPJ e CSLL a recolher | – | 27.624 |
| PIS e COFINS a recolher | 17.641 | – |
| ISS a recolher | 8.900 | – |
| Impostos e contribuições s/ salários | 21.872 | – |
| Outras obrigações tributárias | 10.320 | 2.428 |
| Provisões trabalhista | 76.635 | – |
| **Outros** | **23.915** | **11.184** |
| **Total das outras obrigações** | **233.248** | **50.121** |

**8. Patrimônio líquido: 8.1. Capital social:** A Companhia foi constituída em 16/08/2022, com capital social de R$ 3.500.000, divididos em 1.750.000 ações ordinárias e 1.750.000 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Em 30/08/2022 o acionista Hai Participações e Empreendimentos Ltda. manifestou seu interesse em converter as ações de sua titularidade em ações preferenciais as quais não tem direito a voto, tendo a prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da Companhia, sem prêmio e participação nos lucros distribuídos e juros sobre capital próprio em igualdade de condições com as ações ordinárias. A distribuição das ações é apresentada conforme o quadro abaixo:

| | 31/12/2023 Quantidade | % |
|---|---|---|
| HAI Participações e Empreendimentos Ltda | 1.750.000 | 50 |
| LAVAN Participações e Empreendimentos Ltda | 1.750.000 | 50 |
| **Total** | **3.500.000** | **100** |

**Reserva de legal:** Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, essa reserva, que não pode exceder 20% do capital social, tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. A reserva poderá deixar de ser constituída quando o saldo dessa reserva, atingir 20% do capital social, conforme determinado no estatuto social. **Destinação dos resultados:** O estatuto social determina que os dividendos mínimos anuais a serem distribuídos pela Companhia deverão corresponder a 5% (cinco por cento) do lucro líquido da Companhia relativo a cada exercício financeiro, após efetuadas as deduções necessárias relativas a todas as reservas legais e quaisquer investimentos contemplados em qualquer plano de negócios adotado pela Companhia para o exercício social seguinte. **9. Demandas judiciais:** Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais com risco de perda provável e/ou possível contra a Companhia.

**10. Receita líquida:**

| | 01/07/2023 a 31/12/2023 | 01/01/2023 a 31/12/2023 | 16/08/2022 a 31/12/2022 |
|---|---|---|---|
| Receita de tarifa com emissão de contrato | 1.005.463 | 1.388.477 | 4.750 |
| Impostos sobre receita | (152.112) | (215.958) | (447) |
| | **853.351** | **1.172.519** | **4.303** |

**11. Despesas administrativas:**

| | 01/07/2023 a 31/12/2023 | 01/01/2023 a 31/12/2023 | 16/08/2022 a 31/12/2022 |
|---|---|---|---|
| Despesas com processamento de dados | (1.061.661) | (1.389.415) | (113.509) |
| Despesas com serviços de terceiros | (38.079) | (48.741) | (26.323) |
| Despesas com Amortizações | (26.801) | (53.602) | (8.934) |
| Despesas com pessoal | (415.476) | (415.476) | – |
| | **(1.542.017)** | **(1.907.234)** | **(148.766)** |

**12. Resultado financeiro:**

| | 01/07/2023 a 31/12/2023 | 01/01/2023 a 31/12/2023 | 16/08/2022 a 31/12/2022 |
|---|---|---|---|
| Rendimento com títulos e valores mobiliários | 189.742 | 388.108 | 107.419 |
| **Total das receitas financeiras** | **189.742** | **388.108** | **107.419** |

**13. Imposto de renda e contribuição social:**

| | 01/07/2023 a 31/12/2023 | 01/01/2023 a 31/12/2023 | 16/08/2022 a 31/12/2022 |
|---|---|---|---|
| **Base do imposto de renda e contribuição social** | – | – | **108.939** |
| IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - 15% | – | – | (16.341) |
| Adicional do IRPJ - 10% | – | – | (3.888) |
| Total da Contribuição social | – | – | (9.805) |
| **(=) Imposto de renda e contribuição social** | – | – | **(30.034)** |

**14. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, todos realizados em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras considerando os critérios descritos na Nota Explicativa nº 2. **Valorização dos instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31/12/2023, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir. • **Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4):** Os saldos mantidos em contas correntes bancárias de liquidez imediata possuem valores de mercado idênticos aos saldos contábeis; • **Títulos e valores mobiliários (Nota Explicativa nº 5):** Os títulos e valores mobiliários aplicados são avaliados pelo valor de realização. **15. Operações com instrumentos derivativos:** A Companhia não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31/12/2023 e de 2022 não existiam saldos ativos ou passivos registrados por instrumentos derivativos ou quaisquer outras transações com instrumentos financeiros derivativos. **16. Gerenciamento de riscos:** As Sociedades de Crédito Direto - SCD, estão sujeitas a riscos de diferentes tipos e naturezas que são inerentes ao negócio. A fim de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar esses riscos, a Companhia conta com uma estrutura de Gestão Integrada de Riscos compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos realizados, que está em processo de implementação e visa assegurar a solidez e perenidade da Red SCD. **17. Eventos subsequentes:** Não houve eventos subsequentes relevantes que ocasionassem em ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2023. **18. Limites operacionais:** As sociedades de crédito direto devem observar permanentemente o limite mínimo de capital social integralizado e de patrimônio líquido de R$ 1.000 (um milhão de reais), conforme determinado no art. 6º da Resolução do CMN nº 5050/2022. Em 31/12/2023 a Companhia estava devidamente enquadrada em seu limite mínimo de capital social integralizado e de patrimônio líquido.

**DIRETORIA**

Ana Rosa Esteves
CRC: 1SP216644/O-8

Diretor Presidente: Claudio Andre Halaban

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Red Sociedade de Crédito Direto S.A.** São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações financeiras:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Red Sociedade de Crédito Direto S.A. (Companhia ou Red SCD)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Red Sociedade de Crédito Direto S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas; • Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2024.

**Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.**
CRC 2SP-031.269/O-1

**Fábio Rodrigo Muralo** — Contador CRC 1SP-212.827/O-0

**Leonardo Boiani Antoniazzi** — Contador CRC 1SP-255.559/O-5

---

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1047017-40.2022.8.26.0100. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Serviços Hospitalares. Requerente: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein. Requerido: Suzely Gama Lavoura Garcia. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1047017-40.2022.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Andrea de Abreu, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Suzely Gama Lavoura Garcia (CPF. 353.071.738-06), que Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 24.048,17 (maio de 2022), decorrente da Nota Fiscal de Serviço n° 12170919. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de abril de 2024. 19 e 22/04/2024

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1068732-78.2021.8.26.0002**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços. Requerente: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein. Requerido: Beatriz Moreira da Silva Martins. Edital de Citação. Prazo: 20 dias. Processo nº 1068732-78.2021.8.26.0002. A Dra. Márcia Blanes, Juíza de Direito da 15ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro/SP, Faz Saber a Beatriz Moreira da Silva Martins (CPF. 477.152.858-62), que Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 2.477,70 (novembro de 2021), decorrente do Contrato de Prestação de Serviços, conforme Matrícula nº 16020168. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de abril de 2024. 19 e 20 / 04 / 2024.

# Metalúrgica Golin S/A

CNPJ: 49.034.275/0001-35 - NIRE: 35300045955

**Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - CONVOCAÇÃO**

Na forma dos arts. 124 e 135, da Lei nº 6.404/76, convocamos e convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem na sede social da companhia na Estrada Velha de Guarulhos-Arujá, nº 306 - Jd. Cidade Aracília, Bairro Bonsucesso, no município de Guarulhos - Estado de São Paulo, nos termos do artigo 124, §1º, inciso I, da Lei 6.404/76, em 1ª convocação às **09:00** (nove horas) da manhã e, em 2ª convocação, às **09:30** (nove horas e trinta minutos) da manhã do dia **27/04/2024**, para em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia, conforme determina a Lei de Sociedades Anônimas em seu art. 132, incisos I a IV: **I - Em AGO** - Assembleia Geral Ordinária: **a)** Examinar, discutir e deliberar quanto ao Relatório Anual da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício social encerrado em 31/12/2023; **b)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **c)** Eleger os membros da Diretoria; **d)** Fixação dos Honorários dos membros da Diretoria. **II - Em AGE** - Assembleia Geral Extraordinária: **a)** Votar, na forma do art. 135, da Lei nº 6.404/76, a Reforma do Estatuto Social para inclusão de dois artigos relativos a direitos de venda conjunta de ações em caso de os acionistas majoritários alienarem o controle da Companhia, conforme proposta de redação encaminhada aos acionistas nos endereços eletrônicos e disponibilizada aos acionistas, na sede da companhia, por ocasião da publicação deste primeiro anúncio de convocação. Ressalta-se ainda, que o credenciamento dos acionistas presentes se iniciará com 30 (trinta) minutos de antecedência, ou seja, às **08:30** (oito horas e trinta minutos), mediante a assinatura do livro de presença e apresentação do documento de identidade, conforme dispõem os arts. 100, V, 126, inciso I e art. 127, da Lei das Sociedades Anônimas. Fica ainda registrado, para que surta todos os efeitos jurídicos previstos em lei, que aos acionistas será facultado a participação e o voto somente presencial, de modo que a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária se realizará no modelo presencial, sendo certo que os acionistas que queiram fazer se representar por instrumento de procuração no ato da Assembleia poderão fazê-lo na forma do art. 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, ou seja, por meio de procurador, constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado, além de que deverá necessariamente enviar o documento de procuração original até o ato de abertura e instalação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Fica destacado também que os representantes legais dos acionistas (pais, tutores, curadores, administradores de pessoas jurídicas, inventariantes, etc.), deverão, além de demonstrar a condição de acionista do representado, comprovar essa condição específica de representação por meio de documento próprio que a lei autorize. Outrossim, a rigor do art. 133, da Lei de Sociedades Anônimas, fica consignado que o relatório da administração sobre os negócios sociais; a cópia das demonstrações financeiras; o parecer dos auditores independentes e demais documentos pertinentes à ordem do dia, foram disponibilizados com antecedência de 30 (trinta) dias da data prevista para a realização da Assembleia Geral Ordinária no portal do acionista *(on-line)*, local em que os documentos poderão ser livremente acessados e obtidos por quaisquer acionistas interessados. Outrossim, conforme prescreve ainda os arts. 133, inciso V e art. 135, §3º, da Lei nº 6.404/76, os documentos pertinentes a matéria a ser debatida na Assembleia Geral Extraordinária e a proposta de alteração da redação do Estatuto Social, estão à disposição dos acionistas, na sede da companhia, por ocasião da publicação deste primeiro anúncio de convocação da assembleia-geral. Além disso, os referidos documentos foram publicados na edição dos dias 23, 24 e 25 de Março de 2024 do jornal O DIA SP, cumprindo assim as formalidades para a realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, conforme determina a lei de regência. É ainda relevante ressaltar que uma vez não tendo sido atingido o quórum mínimo de instalação de respectivamente 1/4 (um quarto) do capital votante para a Assembleia Geral Ordinária e 2/3 (dois terços) do capital votante para a Assembleia Geral Extraordinária, na primeira convocação às 09:00 (nove horas) da manhã, a segunda convocação às 09:30 (nove horas e trinta minutos) acarretará a instalação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária com qualquer número de acionistas presentes, os quais poderão tomar ciência e deliberar sobre os assuntos do dia, nos termos dos arts. 125 e 135 da Lei 6.404/76. Guarulhos, 15/04/2024. Sr. Décio de Araújo - Diretor Presidente.

# CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.

CNPJ/MF Nº. 42.206.269/0001-79 - NIRE Nº. 35300570286 - COMPANHIA FECHADA

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2024**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Em 05 de abril de 2024, às 09h00, na sede social da Companhia, localizada na Rua Pais Leme, 524, 4º andar, bairro Pinheiros, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da acionista representando a totalidade do capital social e a observância do prazo estabelecido no caput do artigo 133, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA e parágrafo 4º, do artigo 133, da LSA. **4. PUBLICAÇÕES PRÉVIAS:** O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, foram publicados no jornal O Dia (digital e impresso), respectivamente nas páginas 2 e 3, 5 e 6, no dia 20/03/2024. **5. MESA:** Presidente: Fábio Russo Corrêa. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **6. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(i)** as contas dos administradores, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2023; **(ii)** a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31/12/2023; **(iii)** tomar conhecimento da renúncia de membros do Conselho de Administração; **(iv)** eleger os membros do Conselho de Administração; **(v)** a instalação do Conselho Fiscal; e **(vi)** a fixação da remuneração de Administradores. **7. DELIBERAÇÕES:** A acionista detentora da totalidade do capital social da Companhia aprovou: **(i)** A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA e a dispensa da leitura dos documentos referidos no artigo 133 da LSA; **(ii)** O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, publicados conforme o item "Publicações Prévias" acima, já devidamente auditados por **KPMG AUDITORES INDEPENDENTES**, conforme Relatório datado de 19/03/2024; **(iii)** Considerando que há prejuízos acumulados apurados nas Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2023, a deliberação sobre a destinação dos resultados ficou prejudicada; **(iv)** Tomar conhecimento do pedido de renúncia formulado pelos membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia, os senhores: **PEDRO PAULO ARCHER SUTTER**, **ROBERTO PENNA CHAVES NETO** e **WALDO EDWIN PÉREZ LESKOVAR**, conforme cartas de renúncia apresentadas à Companhia nesta data, agradecendo aos mesmos pelos relevantes serviços prestados à Companhia enquanto exerceram referidas funções; **(v)** A eleição dos seguintes membros efetivos do Conselho de Administração: **(i) RODRIGO SIQUEIRA ABDALA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº. 08.100.245-3/IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº. 026.427.617-54; **(ii) MONIQUE HENRIQUES BARBATO DE SOUZA**, brasileira, casada, engenheira química, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 23.929.363-0 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o n.º 188.565.328-08; **(iii) ANA MARIA DE CASTRO ROVAI**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 26.381.931-0/SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº. 276.198.128-65; e **(iv) MARCUS VINÍCIUS VIEIRA MACEDO**, brasileiro, solteiro, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade RG nº. 264573493/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 268.163.238-23; todos com endereço profissional na Rua Pais Leme, 524, Andar 4, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05.424-904; com mandato até Assembleia Geral Ordinária de 2025 ("AGO/2025"), devendo permanecer em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos; Os membros do Conselho de Administração ora eleitos declaram terem conhecimento do artigo 147 da LSA, e alterações posteriores, e consequentemente, não estarem incursos em quaisquer dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividades mercantis, conforme Termos de Posse, Declaração de Desimpedimento e de Renúncia à Remuneração arquivados na sede da Companhia; **(vi)** A dispensa de instalação do Conselho Fiscal da Companhia, conforme facultado pelo artigo 161 da LSA e pelo artigo 26 do Estatuto Social; e **(vii)** A verba global e anual para a remuneração dos membros da Administração da Companhia no valor de até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios que sejam atribuídos aos administradores em razão da cessação do exercício do cargo de administrador, sendo certo que o montante aqui proposto inclui os valores referentes aos encargos sociais de FGTS que forem devidos, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual e, se for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme artigo 152 da LSA. Para o exercício social de 2024, a verba global e anual ora aprovada será destinada exclusivamente à Diretoria da Companhia, vez que os membros do Conselho de Administração renunciam à remuneração anual. **8. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 05 de abril de 2024. **Assinaturas**: Fábio Russo Corrêa, Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. Acionista: **(1) COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES**, por Waldo Edwin Pérez Leskovar. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Fábio Russo Corrêa - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil; Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 151.487/24-8 em 12.04.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

# PEC ENERGIA S.A.

CNPJ nº 07.157.459/0001-42

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022**

*(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

### BALANÇO PATRIMONIAL

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| **ATIVO** | | | | |
| **Circulante** | **131.598** | **149.632** | **146.531** | **160.458** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 490 | 1.048 | 540 | 2.045 |
| Contas a receber | 59.551 | 95.860 | 59.806 | 95.860 |
| Tributos a recuperar | 196 | 444 | 198 | 445 |
| Adiantamentos | 2.072 | 2.334 | 2.228 | 2.527 |
| Ativos disponíveis para venda | 69.289 | 49.946 | 83.759 | 59.581 |
| **Não circulante** | **38.668** | **36.956** | **45.971** | **45.275** |
| Depósitos judiciais e cauções | 189 | 280 | 336 | 426 |
| Ativos disponíveis para venda | 13.775 | 13.810 | 13.775 | 13.810 |
| Partes relacionadas | 607 | 1.242 | 530 | 380 |
| Investimentos | 9.321 | 7.406 | – | – |
| Imobilizado | 13.835 | 14.217 | 30.389 | 30.658 |
| Intangível | 941 | 1 | 941 | 1 |
| **Total do ativo** | **170.266** | **186.588** | **192.502** | **205.733** |
| **PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | | | |
| **Circulante** | **101.524** | **93.702** | **101.940** | **94.093** |
| Fornecedores | 4.339 | 4.507 | 4.553 | 4.684 |
| Partes relacionadas | 35.495 | 1.975 | 35.495 | 1.975 |
| Dividendos a pagar | 59.441 | 61.933 | 59.441 | 61.933 |
| Obrigações tributárias | 1.370 | 24.616 | 1.563 | 24.822 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 879 | 671 | 888 | 679 |
| **Não circulante** | – | **32** | **1.564** | **4.183** |
| Fornecedores | – | – | 1.564 | 1.564 |
| Partes relacionadas | – | 32 | – | 2.619 |
| **Patrimônio líquido** | 68.742 | 92.854 | 88.998 | 107.457 |
| Capital social | 3.002 | 3.002 | 3.002 | 3.002 |
| Reserva de capital | 89.252 | 89.252 | 89.252 | 89.252 |
| Reserva legal | 600 | 600 | 600 | 600 |
| Prejuízos acumulados | (24.112) | – | (24.112) | – |
| | **68.742** | **92.854** | **68.742** | **92.854** |
| Participação de não controladores | – | – | 20.256 | 14.603 |
| **Total do passivo e patrimonio líquido** | **170.266** | **186.588** | **192.502** | **205.733** |

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Receita operacional liquida | 249 | 546.117 | 6.329 | 557.602 |
| Custo dos produtos vendidos | – | (68.144) | (144) | (69.623) |
| Lucro (prejuízo) bruto | 249 | 477.973 | 6185 | 487.979 |
| Receitas (despesas) operacionais: | | | | |
| Gerais e administrativas | (30.115) | (12.846) | (30.384) | (13.703) |
| Resultado financeiro líquido | 4.476 | (1.613) | 4.515 | (1.815) |
| Equivalência patrimonial | 1.278 | 1.751 | – | (185) |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | (24.112) | 465.265 | (19.684) | 472.276 |
| Imposto de renda e contribuição social | – | (17.613) | (675) | (18.920) |
| **Lucro (prejuízo) do exercício** | **(24.112)** | **447.652** | **(20.359)** | **453.356** |
| Resultado atribuível a: | | | | |
| - Controladores | (24.112) | 447.652 | (24.112) | 447.652 |
| - Não controladores | – | – | 3.753 | 5.704 |
| **Lucro (prejuízo) líquido do exercício** | **(24.112)** | **447.652** | **(20.359)** | **453.356** |
| Quantidade de ações | 521.006 | 521.006 | | |
| **Lucro (prejuízo) líquido por ação em reais** | **(46,27)** | **859,21** | | |

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Lucro (prejuízo) do exercício | (24.112) | 447.652 | (24.112) | 447.652 |
| **Total do resultado abrangente do exercício** | **(24.112)** | **447.652** | **(24.112)** | **447.652** |

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais:** | | | | |
| Lucro do exercício | (24.112) | 447.652 | (24.112) | 447.652 |
| **Ajuste para reconciliar o lucro do período com recursos provenientes das atividades operacionais:** | | | | |
| Equivalência patrimonial | (1278) | (1.751) | – | – |
| Depreciação e amortização | 869 | 909 | 882 | 1.037 |
| Baixa de projeto disponível para venda | 6.567 | 68.395 | 6.566 | 69.874 |
| Baixa no ativo imobilizado | 693 | 166 | 693 | 759 |
| | **(17.261)** | **515.371** | **(15.971)** | **519.322** |
| **Aumento e diminuição do ativo e passivo circulante:** | | | | |
| Contas a receber | 36.309 | (95.860) | 36.054 | (95.860) |
| Adiantamento de fornecedores | 262 | 383 | 299 | 605 |
| Tributos a recuperar | 248 | (2) | 247 | (2) |
| Depósitos judiciais e cauções | 91 | – | 90 | (68) |
| Ativos disponíveis para venda | (25.875) | (28.273) | (30.709) | (31.199) |
| Fornecedores | (168) | (1.595) | (131) | (1.890) |
| Adiantamentos de clientes | – | (5.022) | – | (5.022) |
| Obrigações tributárias | (23.246) | 22.316 | (23.259) | 21.035 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 208 | 344 | 209 | 345 |
| | **(12.171)** | **(107.709)** | **(17.200)** | **(112.056)** |
| **Recursos provenientes das atividades operacionais** | **(29.432)** | **407.662** | **(33.171)** | **407.266** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimentos:** | | | | |
| Recebimento de dividendos | 1.280 | 2.176 | – | – |
| Partes relacionadas | 34.123 | 1.145 | 30.751 | 4.594 |
| Movimentação em Investida | (1.917) | (351) | – | – |
| Adições no imobilizado e intangível | (2.120) | (2.369) | (2.246) | (3.557) |
| **Recursos (utilizados) nas atividades de investimentos** | **31.366** | **601** | **28.505** | **1.037** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamentos** | | | | |
| Pagamento de dividendos | (2.492) | (407.827) | (2.492) | (407.827) |
| Participação de não controladores | – | – | 3.753 | 5.705 |
| Aporte de não controladores | – | – | 5.740 | – |
| Pagamento de dividendos a não controladores | – | – | (3.840) | (6.524) |
| **Recursos (utilizados) das atividades de financiamentos** | **(2.492)** | **(407.827)** | **3.161** | **(408.646)** |
| **Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa** | **(558)** | **436** | **(1.505)** | **(343)** |
| Caixa e equivalente de caixa no início do exercício | 1.048 | 612 | 2.045 | 2.388 |
| Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício | 490 | 1.048 | 540 | 2.045 |
| **Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa** | **(558)** | **436** | **(1.505)** | **(343)** |

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| | Capital social | Reserva de capital | Reserva Legal | Reserva de lucros | Lucros (prejuízos) acumulados | Patrimônio líquido atribuído aos controladores | Participação de não controladores | Total do patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | **3.002** | **89.252** | **600** | **22.108** | – | **114.962** | **15.422** | **130.384** |
| Lucro do exercício | – | – | – | – | 447.652 | 447.652 | 5.705 | 453.357 |
| Distribuição propostos e distribuídos | – | – | – | (22.108) | (447.652) | (469.760) | (6.524) | (476.284) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | **3.002** | **89.252** | **600** | – | – | **92.854** | **14.603** | **107.457** |
| Lucro (prejuízo) do exercício | – | – | – | – | (24.112) | (24.112) | 3.753 | (20.359) |
| Aporte de não controladores | – | – | – | – | – | – | 5.740 | 5.740 |
| Dividendos distribuidos para não controladores | – | – | – | – | – | – | (3.840) | (3.840) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2023** | **3.002** | **89.252** | **600** | – | **(24.112)** | **68.742** | **20.256** | **88.998** |

**Carlos Andre Arato Bergamo** — **Gilberto Lourenço Feldman** — **Regina Dorea de Santana** - Contadora - CRC 1SP 212769/O-4

# Bauko Rental Locação de Equipamentos S/A

CNPJ - 09.208.275/0001-90

**Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)**

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.S.ª., o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31/12/23 e 31/12/22.

| Balanço Patrimonial | 31/12/23 | 31/12/22 |
|---|---|---|
| **Ativo Circulante** | **19.534.903** | **17.805.385** |
| Bancos | 32.396 | 202.538 |
| Aplicações Financeiras | 19.348.907 | 17.596.747 |
| Contas a Receber | 147.500 | – |
| Impostos a Recuperar | 6.100 | 6.100 |
| **Não Circulante** | **494.949** | **634.539** |
| **Imobilizado** | | |
| Máquinas e Equipamentos | 1.284.196 | 1.645.601 |
| Outros Ativos | 51.566 | 51.566 |
| (-)Depreciação Acumulada | **(840.813)** | **(1.062.628)** |
| **Total do Ativo** | **20.029.852** | **18.439.925** |

| Balanço Patrimonial | 31/12/23 | 31/12/22 |
|---|---|---|
| **Passivo Circulante** | **1.459.376** | **1.745.286** |
| Fornecedores | – | 570 |
| Impostos a Recolher | 168.615 | 17.389 |
| Juros Capital Próprio | 1.290.761 | 1.290.761 |
| Adiantamentos de Clientes | – | 150.000 |
| Arrendamento Mercantil | – | 286.566 |
| **Não Circulante** | | |
| **Obrigações de Longo Prazo** | | |
| **Total Não Circulante** | | |
| **Patrimônio líquido** | | |
| | 15.000.000 | 15.000.000 |
| | 1.186.787 | 1.092.995 |
| | 2.383.688 | 601.643 |
| **Total do Patrimônio Líquido** | **18.570.476** | **16.694.638** |
| **Total do Passivo e Patrimônio Liquido** | **20.029.852** | **18.439.925** |

| Demonstração do Resultado | 31/12/23 | 31/12/22 |
|---|---|---|
| **Receita Operacional Bruta** | **782.596** | – |
| Receitas de Locação/Vendas de Imobilizado | **782.596** | – |
| **Deduções das Vendas** | | |
| Impostos S/ Vendas | | |
| **Receita Operacional Líquida** | **782.596** | – |
| Custo das Mercadorias Vendidas | **(4.904)** | – |
| **Lucro Bruto** | **777.692** | – |
| Despesas Operacionais | (128.126) | (134.612) |
| Despesas Depreciação | (144.511) | (245.629) |
| Despesas (-) Outras Receitas | 30.429 | 50.412 |
| **Lucro Operacional** | **535.484** | **(329.829)** |
| Resultado Financeiro Liquido | 2.191.457 | 2.292.200 |
| **Lucro Antes do IRPJ-CSLL** | **2.726.941** | **1.962.371** |
| Imposto de Renda | (619.458) | (405.186) |
| Contribuição Social | **(231.645)** | **(154.507)** |
| **Lucro líquido do exercício** | **1.875.838** | **1.402.678** |

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

| | Capital Social | Reserva Legal | Reserva de Lucros | Lucros Acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 01 de Janeiro de 2022** | **15.000.000** | **1.022.862** | **3.269.097** | – | **19.291.959** |
| Reserva legal | – | 70.134 | – | (70.134) | – |
| Distribução de Dividendos | – | – | (4.000.000) | – | (4.000.000) |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | 1.402.678 | 1.402.678 |
| Reserva de Lucros | – | – | 1.332.544 | (1.332.544) | – |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2022** | **15.000.000** | **1.092.996** | **601.641** | – | **16.694.638** |
| Reserva legal | – | 93.791 | – | (93.791) | – |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | 1.875.838 | 1.875.838 |
| Reserva de Lucros | – | – | 1.782.047 | (1.782.047) | – |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2023** | **15.000.000** | **1.186.787** | **2.383.688** | – | **18.570.476** |

**Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | |
| **Lucro Liquido do exercício antes do Imposto de renda e CSLL** | **2.726.941** | **1.962.371** |
| **Ajustes para conciliar o lucro ao caixa gerado pelas atividades operacionais** | | |
| Depreciação e amortização | 144.511 | 245.629 |
| Resultado líquido na venda de ativo imobilizado | | |
| | **2.871.452** | **2.208.000** |
| **Variação nas contas operacionais** | | |
| Contas a receber de clientes | (147.500) | 0 |
| Impostos a Recuperar | 0 | 31.990 |
| Fornecedores / Depósito Judicial | (587) | (204) |
| Impostos a Recolher | 151.226 | (15.043) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Pago | (851.103) | (559.693) |
| Adiantamento de Clientes | (150.000) | 150.000 |
| **Caixa Liquido gerado pelas atividades operacionais** | **1.873.488** | **1.815.050** |
| **Fluxo de caixa das atividades de Financiamento** | | |
| Arrendamento Mercantil | (291.470) | (491.256) |
| Dividendos Pagos | – | (4.000.000) |
| **Caixa liquido gerado pelas atividades de Financiamento** | **(291.470)** | **(4.491.256)** |
| **(Aumento) Redução no caixa e equivalente de caixa** | **1.582.018** | **(2.676.206)** |
| Demonstrativo da variação no caixa e equivalente de caixa | | |
| Saldo de caixa no INICIO do período | 17.799.285 | 20.475.491 |
| Saldo de caixa no FINAL do período | 19.381.303 | 17.799.285 |
| **(Aumento) Redução no caixa e equivalente de caixa** | **1.582.018** | **(2.676.206)** |

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**Contexto Operacional:** A Bauko Rental é uma sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social, locação de bens móveis, compra e venda de bens móveis, prestação de serviços de assistência técnica e de mão de obra para operação de máquinas de construção, terraplanagem e mineração, participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista e a importação de negócios. **Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e nas normas e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Sumário das Principais Práticas Contábeis:** O resultado é apurado e contabilizado pelo regime de competência, os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado, o imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas de acordo com as taxas de depreciação constantes nos Anexos I (bens relacionados na Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM anexo) e II (demais bens) da IN RFB nº 1700/2017. **Capital / Reserva Legal:** R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), representado por 10.214.990 ações ordinárias sem valor nominal conforme ata de AGE de 29 de Abril de 2011. Registrada na JUCESP sob o nº 207.849/11-0. A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício. **Imposto de Renda e Contribuição Social:** Calculados pelo regime de tributação lucro real considerando como base de calculo o lucro fiscal e os efeitos da lei 12.973/14 e Instrução Normativa 1515/14.

Osasco, Abril de 2024. — A Administração — Thais da Silva Gomes Ferreira - Contadora CRC 1SP330698/O-1

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

# TRANSBIA TRANSPORTES BALDAN S.A.

CNPJ/MF N.º 55.539.555/0001-06

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2023 E 31/12/2022**

**Balanço Patrimonial**

| Ativo | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Circulante** | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 106.377 | 19.909 |
| Contas a receber de clientes | 762.373 | 627.838 |
| Adiantamentos diversos | 474.996 | 29.414 |
| Outros créditos | - | 151.650 |
| Impostos a recuperar | 1.770.397 | 2.429.379 |
| **Total do ativo circulante** | **3.114.143** | **3.258.190** |
| **Não circulante** | | |
| Outros créditos | 127.981 | 68.264 |
| Imobilizado | 497.318 | 505.485 |
| | 625.299 | 573.749 |
| **Total do ativo não circulante** | **625.299** | **573.749** |
| **Total do ativo** | **3.739.442** | **3.831.939** |

| Passivo | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Circulante** | | |
| Fornecedores | 101.410 | 224.280 |
| Empréstimos e financiamentos | 192.011 | 2.676.463 |
| Empréstimo com partes relacionadas | 1.791.402 | - |
| Impostos e contribuições a recolher | 925.238 | 613.699 |
| Salários e contribuições sociais | 886.305 | 371.321 |
| Parcelamentos | 4.952.408 | 4.643.480 |
| Outras contas a pagar | 939.091 | 443.269 |
| **Total do passivo circulante** | **9.787.865** | **8.972.512** |
| **Não circulante** | | |
| Empréstimos e financiamentos | 68.642 | - |
| Empréstimos com partes relacionadas | 5.202.696 | 3.182.330 |
| Parcelamentos | 712.926 | 712.926 |
| **Total do passivo não circulante** | **5.984.264** | **3.895.256** |
| **Patrimônio líquido** | | |
| Capital social | 1.156.500 | 1.156.500 |
| Prejuízos acumulados | (13.189.187) | (10.192.329) |
| **Total do patrimônio líquido** | **(12.032.687)** | **(9.035.829)** |
| **Total do passivo** | **3.739.442** | **3.831.939** |

**Demonstração do Resultado**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Receita operacional líquida** | 13.407.965 | 14.982.284 |
| **Custo dos serviços prestados** | (11.235.268) | (13.383.677) |
| **Lucro bruto** | **2.172.697** | **1.598.607** |
| Despesas administrativas, comerciais e gerais | (2.942.662) | (2.482.272) |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | 62.300 | 3.300 |
| **Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos** | **(707.665)** | **(880.365)** |
| Receitas financeiras | 75.397 | 857.744 |
| Despesas financeiras | (2.364.591) | (1.368.832) |
| **Financeiras líquidas** | **(2.289.195)** | **(511.088)** |
| **Resultado antes dos impostos** | **(2.996.859)** | **(1.391.453)** |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | | |
| **Prejuízo do exercício** | **(2.996.859)** | **(1.391.453)** |

**Demonstração do Resultado Abrangente**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Prejuízo do exercício | (2.996.859) | (1.391.453) |
| **Resultado abrangente do exercício** | **(2.996.859)** | **(1.391.453)** |

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

| | Capital Social - Capital Integralizado | Capital Social - Ações em Tesouraria | Prejuízos Acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 1º/01/2022** | **1.200.000** | **(43.500)** | **(8.800.875)** | **(7.644.375)** |
| **Prejuízo Acumulado** | - | - | (1.391.453) | **(1.391.453)** |
| **Saldo em 31/12/2022** | **1.200.000** | **(43.500)** | **(10.192.328)** | **(9.035.828)** |
| **Prejuízo Acumulado** | - | - | (2.996.859) | **(2.996.859)** |
| **Saldo em 31/12/2023** | **1.200.000** | **(43.500)** | **(13.189.187)** | **(12.032.687)** |

**Notas Explicativas**

**1)** As demonstrações contábeis foram elaboradas e preparadas de acordo com a Lei 6.404/76 e normas do Conselho Federal de Contabilidade. **2)** O ativo imobilizado está sendo depreciado pelas taxas fiscais levando em consideração a política de vida útil dos bens. **3)** Parcelamentos em aberto são decorrentes de débitos de Pis, Cofins, Contribuição Previdenciária e ICMS. Sobre os débitos federais a Companhia está em buscando uma renegociação junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional na modalidade de Transação Tributária Individual.

**Diretoria**

**Walter Baldan Filho** - Diretor

**Cleber Baldan** - Diretor

**Contador**

**Antonio Geraldo Fernandes** - CRC/SP 1SP116714/0-1

# AVANÇO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS

**CNPJ Nº 43.297.852/0001-03 | NIRE Nº 35.300.007.956**

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 20/03/2024**

**Data, Hora, Local:** 20/03/2024, às 10:00 horas, na sede social sito na Capital do Estado de São Paulo. **Quórum:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Monica Giovanna Battaglio Zanatta, Presidente, e Antônio Jacinto Caleiro Palma, Secretário. **Aviso aos Acionistas:** Dispensada publicação (Artigo 133, § 4º, Lei 6404/76). **Convocação:** Dispensada publicação (Artigo 124, § 4º, Lei 6404/76). **Deliberações**: **A)** Quanto ao item "A" da Ordem do dia, foram aprovados Balanço Patrimonial, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023 publicados no Jornal O Dia SP, de forma física e digital, em 14/03/2024. **B)** Quanto ao item "B" da Ordem do Dia, foi decidido por unanimidade que (B.1) o valor de R$ 206.621,58 (duzentos e seis mil seiscentos e vinte e um reais e cinquenta e oito centavos) será destinado para Constituição da Reserva Legal; (B.2) o valor de R$ 981.452,53 (novecentos e oitenta e um mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e três centavos) serão distribuídos aos acionistas a título de dividendos; e (B.3) o valor de R$ 2.944.357,53 (dois milhões novecentos e quarenta e quatro mil trezentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e três centavos) serão transferidos para a Conta de Lucros Acumulados para futura destinação. **C)** Quanto ao item "C" da Ordem do Dia – Assuntos de Interesse Geral, nada mais foi tratado pelos acionistas. **Conselho Fiscal:** Dispensado. **Observações Finais: 1)** Ata lavrada pelo sumário dos fatos ocorridos e das decisões tomadas. **2)** Deliberações aprovadas por unanimidade, abstendo-se de votar os legalmente impedidos. **3)** Ficam arquivados na sede social da Companhia os documentos citados nesta ata. **Encerramento:** Ata lavrada, lida, aprovada e assinada para o devido registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e posterior publicação na forma da lei. São Paulo, 20 de Março de 2024. Monica Giovanna Battaglio Zanatta: Presidente da Mesa e Antônio Jacinto Caleiro Palma: Secretário da Mesa. **Acionistas: 1)** Orizio Empreendimentos e Participações Ltda., **2)** Monica Giovanna Battaglio Zanatta, **3)** Susanna Battaglio de Paula. Esta Ata é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. **Monica Giovanna Battaglio Zanatta** - Presidente; **Antônio Jacinto Caleiro Palma** - Secretário. Visto do Advogado: Carolina Santos Pacini - Advogada - OAB/SP 271.510. JUCESP Nº 151.891/24-2 em 12/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

# Golin Participações S/A

CNPJ: 05.487.746/0001-95 – NIRE: 35300315189

**Assembleia Geral Ordinária – Convocação**

Convocamos os Senhores Acionistas a se reunirem na sede social da companhia na Estrada Velha de Guarulhos-Arujá, 306-A – Jd. Cidade Aracília, Guarulhos – SP, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/76, em 1ª convocação às 10:30 horas e, em 2ª convocação, às 11:00 horas do dia 27/04/2024 para em Assembleia Geral Ordinária tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia, conforme determina a Lei de Sociedades Anônimas em seu art. 132, incisos I a IV: I – Em AGO: a) Examinar, discutir e deliberar quanto ao Relatório Anual da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício social encerrado em 31/12/2023; b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) Eleger os membros da Diretoria; d) Fixação dos Honorários dos membros da Diretoria. Guarulhos, 12/04/2024. Sr. Lourival Odécio Golin – Diretor . Fica ainda registrado, para que surta todos os efeitos jurídicos previstos em lei, que aos acionistas será facultado a participação e o voto somente presencial, de modo que a Assembleia Geral Ordinária se realizará no modelo presencial, sendo certo que os acionistas que queiram fazer se representar por instrumento de procuração no ato da Assembleia poderá fazê-lo na forma do art. 126, §1º, da Lei n. 6.404/76, ou seja, por meio de procurador, constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado, além de que deverá necessariamente enviar o documento de procuração original até o ato de abertura e instalação da Assembleia Geral Ordinária. Fica destacado também que os representantes legais dos acionistas (pais, tutores, curadores, administradores de pessoas jurídicas, inventariantes, etc.), deverão, além de demonstrar a condição de acionista do representado, comprovar essa condição específica de representação por meio de documento próprio que a lei autorize. Outrossim, a rigor do art. 133, da Lei de Sociedades Anônimas, fica consignado que o relatório da administração sobre os negócios sociais; a cópia das demonstrações financeiras; o parecer dos auditores independentes e demais documentos pertinentes à ordem do dia, foram disponibilizados com antecedência de 30 (trinta) dias da data prevista para a realização da Assembleia Geral Ordinária no portal do acionista (*on-line*), local em que os documentos poderão ser livremente acessados e obtidos por quaisquer acionistas interessados. Além disso, os referidos documentos foram publicados na edição dos dias 23,24 e 25 de Março de 2024 do jornal O DIA SP, cumprindo assim as formalidades para a realização da Assembléia-Geral Ordinária, conforme determina a lei de regência.

# Inpet Brasil Embalagens Plásticas S.A

CNPJ 06.539.526/0001-20 — www.inpet.com.br

**Demonstrações Financeiras em 31/12/2023 e 31/12/2022**

**Balanço Patrimonial**

| Ativo | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Caixa/Bancos c/Movimento/ Aplicações Financeiras | 7.400.099,37 | 727.738,74 |
| Duplicatas a Receber | 22.387.102,97 | 21.999.599,34 |
| Estoques | 10.684.932,97 | 13.711.129,79 |
| Adiantamento de Funcionários | 142.082,93 | 26.108,48 |
| Adiantamentos a Fornecedores | 295.316,71 | 103.108,95 |
| Impostos a Recuperar | 1.522.380,49 | 7.225.775,66 |
| Despesas Exercícios Seguintes | 116.753,39 | 100.387,15 |
| **Ativo Circulante** | **42.548.668,83** | **43.893.848,11** |
| Prejuízos Fiscais a Compensar | 3.064.847,61 | 4.183.947,51 |
| **Realizável Longo Prazo** | **3.064.847,61** | **4.183.947,51** |
| Imobilizado | 46.205.860,34 | 43.183.818,83 |
| Depreciação | (12.873.435,99) | (9.855.433,75) |
| **Ativo Permanente** | **33.332.424,35** | **33.328.385,08** |
| **Total do Ativo** | **78.945.940,79** | **81.406.180,70** |
| **Passivo** | **2023** | **2022** |
| Fornecedores Nacionais | 453.845,30 | 1.658.283,35 |
| Fornecedores Estrangeiros | 13.093.372,44 | 17.588.263,85 |
| Empréstimos e Financiamentos | 9.519.654,00 | 16.916.181,57 |
| Adiantamento de Cliente | 278.489,94 | 496.821,48 |
| Contas a Pagar | 1.027.393,34 | 631.271,05 |
| Obrigações com Pessoal | 804.099,88 | 737.759,02 |
| Obrigações Sociais a Recolher | 333.621,60 | 307.425,27 |
| Obrigações Tributárias a Recolher | 718.311,00 | 770.749,29 |
| Estoque a Industrializar | 136.001,27 | 133.241,60 |
| Fornecedor Estrangeiro de Investimento | - | 1.013.233,47 |
| Contas a Pagar Investimentos | 58.783,14 | 21.030,67 |
| Provisão Para Dividendos | 2.052.711,55 | 2.311.162,90 |
| **Passivo Circulante** | **28.476.283,46** | **42.585.423,52** |
| **Passivo Não Circulante** | | |
| Empréstimos e Financiamentos | 5.239.411,61 | 1.547.364,61 |
| Juros s/ Empréstimos | 186.554,16 | 12.048,47 |
| **Exigível Longo Prazo** | **5.425.965,77** | **1.559.413,08** |
| Capital Social Nacional | 1.725.000,00 | 1.725.000,00 |
| Capital Social Estrangeiro | 15.525.000,00 | 15.525.000,00 |
| Reservas Legal | 918.710,41 | 486.560,61 |
| Lucros Acumulados | 26.874.981,15 | 19.524.783,49 |
| **Patrimônio Líquido** | **45.043.691,56** | **37.261.344,10** |
| **Total do Passivo** | **78.945.940,79** | **81.406.180,70** |

**Demonstração de Resultado**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Receita Operacional | 180.836.022,20 | 192.846.439,45 |
| ( - ) Impostos Incidentes s/Vendas | (33.689.178,04) | (35.838.543,43) |
| **Receita Operacional Líquida** | **147.146.844,16** | **157.007.896,02** |
| Custos dos Produtos Vendidos | (120.544.800,32) | (136.725.973,10) |
| **Lucro Operacional Bruto** | **26.602.043,84** | **20.281.922,92** |
| **Despesas Gerais:** | | |
| ( - ) - Despesas Administrativas | (9.357.810,01) | (7.724.984,88) |
| ( - ) - Despesas Comerciais | (174.124,08) | (134.882,39) |
| ( - ) - Despesas de Produção | (1.001.010,84) | (2.377.701,57) |
| ( - ) - Despesas Com Filial - SP | (1.194.771,04) | (1.130.205,86) |
| ( - ) - Despesas Com Filial - PR | (59.739,37) | (56.083,23) |
| ( - ) - Despesas Com Revenda | (52.422,76) | - |
| ( - ) - Despesas Financeiras | (4.404.616,18) | (6.993.556,14) |
| (+) - Receitas Financeiras | 3.188.674,91 | 6.677.425,70 |
| ( - ) - Outros Resultados | (2.315.995,36) | 3.837.527,77 |
| **Resultado antes do IR e CS** | **11.230.229,11** | **12.379.462,32** |
| **Imposto de Renda** | | |
| ( - ) - Provisão p/ I.R.P.J. | (1.896.024,34) | (1.940.889,78) |
| ( - ) - Provisão p/ C.S. s/Lucro | (691.208,76) | (707.360,31) |
| IRPJ S/ Prejuizos Fiscais | (822.867,57) | 3.076.431,99 |
| CSLL S/ Prejuizos Fiscais | (296.232,33) | 1.107.515,52 |
| **Lucro/(Prejuízo) do Exercício** | **7.523.896,11** | **13.915.159,74** |
| Lucro por lote de 1.000 ações | R$ 436,17 | R$ 806,68 |

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

| | Capital | Reserva de Lucros | Lucros Retidos | Totais |
|---|---|---|---|---|
| **Saldos 31/12/2021** | **17.250.000,00** | - | **8.407.347,26** | **25.657.347,26** |
| Lucro do Exercício | - | - | 13.915.159,74 | **13.915.159,74** |
| **Proposta Destinação do Resultado** | | | | |
| Reserva Legal | - | 486.560,61 | (486.560,61) | - |
| Dividendos Provisionados | - | - | (2.311.162,90) | **(2.311.162,90)** |
| **Saldos 31/12/2022** | **17.250.000,00** | **486.560,61** | **19.524.783,49** | **37.261.344,10** |
| Reversão Dividendos 2022 | - | - | 2.311.162,90 | **2.311.162,90** |
| Lucro do Exercício | - | - | 7.523.896,11 | **7.523.896,11** |
| **Proposta Destinação do Resultado** | | | | |
| Reserva Legal | - | 432.149,80 | (432.149,80) | - |
| Dividendos Provisionados | - | - | (2.052.711,55) | **(2.052.711,55)** |
| **saldos 31/12/2023** | **17.250.000,00** | **918.710,41** | **26.874.981,15** | **45.043.691,56** |

**Demonstrativo do Fluxo de Caixa**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais** | | |
| Lucro Líquido do Exercício | 7.523.896,11 | 13.915.159,74 |
| **Ajustes por:** Depreciação | 3.207.180,91 | 2.448.957,39 |
| **Lucro Ajustado** | **10.731.077,02** | **16.364.117,13** |
| Variação nas contas a receber de Clientes e outros | (738.175,86) | 3.167.327,49 |
| Variação em Tributos a Compensar | 6.822.495,07 | (9.896.878,12) |
| Variação nos Salários e Encargos Sociais | 92.537,19 | 12.548,97 |
| Variação em Tributos a Recolher | (52.438,29) | (27.672,63) |
| Variação nos Estoques | 3.028.956,49 | 301.502,47 |
| Variação em Contas a Pagar e Fornecedores | (6.470.895,93) | (8.925.802,47) |
| **Caixa Líquido proveniente das atividades operacionais** | **13.413.555,69** | **994.681,13** |
| **Fluxo de caixa das Atividades de Investimentos** | | |
| Compra do Ativo Imobilizado | (3.282.220,48) | (2.129.316,19) |
| Baixas Líquidas de Imobilizado | 71.000,30 | 2.128.470,39 |
| **Caixa Líquido usado nas atividades de investimento** | **(3.211.220,18)** | **(845,80)** |
| **Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento** | | |
| Pagamentos de Empréstimos | (3.529.974,88) | (1.182.588,12) |
| **Caixa Líquido usado nas atividades de financiamento** | **(3.529.974,88)** | **(1.182.588,12)** |
| **Aumento (diminuição) líquida de Caixa e Equivalente de Caixa** | **6.672.360,63** | **(188.752,79)** |
| Caixa e Equivalente de Caixa no início do período | 727.738,74 | 916.491,53 |
| Caixa e Equivalente de Caixa no final do período | 7.400.099,37 | 727.738,74 |
| **Variação Líquida** | **(6.672.360,63)** | **188.752,79** |

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**

A sociedade foi constituída em 03/06/2004 e tem como objeto predominante a comercialização e distribuição de embalagens plásticas, importadas ou produzidas localmente, a industrialização de resinas plásticas para confecção de embalagens plásticas com destinação múltipla, assim como o desenvolvimento de projetos e produtos correlatos. **Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis introduzidas pela lei 11.638/07 e regulamentadas pelo CPC - Comitê de pronunciamentos contábeis. **Principais Diretrizes Contábeis:** a) os resultados são apurados pelo regime de competência dos exercícios; b) os valores foram classificados respectivamente no Ativo Circulante quando o prazo de realização ou vencimento encontra-se dentro do exercício seguinte. Quando realizáveis ou vencidos após o exercício seguinte são classificados no Ativo e Passivo não Circulante; c) O imposto de Renda e a Contribuição Social são constituídos com base nos Resultados Fiscais, apurado às taxas vigentes na data do balanço sobre as bases de cálculo correspondentes. Os créditos fiscais de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais são considerados realizáveis na presunção de sua compensação e aproveitados anualmente com limitação a 30% dos resultados fiscais apurados em cada período. d) os direitos e obrigações e suas atualizações sujeitos a correção monetária, ajustes cambiais e juros, são atualizados até a data do encerramento de cada exercício social; e) as depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com a previsão de vida útil dos bens; f) os estoques de produtos acabados e em elaboração são avaliados pelo custo de produção e o de matéria prima pelo custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de realização ou reposição. O capital Social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 17.250.000,00 dividido em 17.250.000 ações ordinárias sem valor nominal.

**Wagner Muraro** - Diretor Executivo - CPF nº 472.131.918-53

**Juliana Mascarenhas Cabriada** - C.R.C. 1SP 258452/O-2 - CPF nº 216.924.948-64

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº: 0064520-57.2023.8.26.0100. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Serviços Hospitalares. Exequente: Hospital São Camilo – Santana. Executado: Daniel de Moura. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0064520-57.2023.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 24ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Claudio Antonio Marquesi, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Daniel de Moura (CPF 274.280.378-59), que a ação de Cobrança, de Procedimento Comum, ajuizada por Hospital São Camilo - Santana, mantido por Sociedade Beneficente São Camilo, foi julgada procedente, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 4.467,39 (dezembro de 2023). Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de abril de 2024. 19 e 22/04/2024

# CONCESSIONÁRIA DO BLOCO SUL S.A.

CNPJ/MF Nº. 42.130.537/0001-16 - NIRE Nº. 35300569636 - COMPANHIA FECHADA

**CARTA DE RENÚNCIA**

São Paulo/SP, 05 de abril de 2024. À **CONCESSIONÁRIA DO BLOCO SUL S.A.** ("Companhia"). Aos cuidados do Conselho de Administração, Rua Pais Leme, 524, Andar 4, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05.424-904. **Ref.:** Renúncia ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, **WALDO EDWIN PÉREZ LESKOVAR**, norte-americano, casado, engenheiro elétrico, portador da Cédula de Identidade RG nº. W616562-V/CGPI/DIREX/DPF e inscrito no CPF/MF sob o nº. 170.070.048-06, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º Andar, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04.551-065, apresento minha **RENÚNCIA**, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia**, para o qual fui eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 14/04/2023 às 10h00, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, **WALDO EDWIN PÉREZ LESKOVAR** - *Assinado com Certificado Digital ICP-Brasil* - Ciente em: 05/04/2024, **CONCESSIONÁRIA DO BLOCO SUL S.A.,** Fábio Russo Corrêa - Diretor Presidente - *Assinado com Certificado Digital ICP-Brasil* JUCESP nº 151.931/24-0 em 12.04.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

# CONCESSIONÁRIA DO BLOCO SUL S.A.

CNPJ/MF Nº. 42.130.537/0001-16 - NIRE Nº. 35300569636 - COMPANHIA FECHADA

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2024**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Em 05 de abril de 2024, às 10h00, na sede social da Companhia, localizada na Rua Pais Leme, 524, 4º andar, bairro Pinheiros, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da acionista representando a totalidade do capital social e a observância do prazo estabelecido no caput do artigo 133, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA e parágrafo 4º, do artigo 133, da LSA. **4. PUBLICAÇÕES PRÉVIAS:** O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram publicados no jornal O Dia (digital e impresso), respectivamente, nas páginas 4 e 5 e 7 e 8, no dia 20/03/2024. **5. MESA:** Presidente: Fábio Russo Corrêa. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **6. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(i)** as contas dos administradores, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** tomar conhecimento da renúncia de membros do Conselho de Administração; **(iv)** eleger os membros do Conselho de Administração; **(v)** a instalação do Conselho Fiscal; e **(vi)** a fixação da remuneração de Administradores. **7. DELIBERAÇÕES:** A acionista da Companhia detentora da totalidade do capital social aprovou: **(i)** A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA e a dispensa da leitura dos documentos referidos no artigo 133 da LSA; **(ii)** O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, publicados conforme o item "Publicações Prévias" acima, já devidamente auditados por **KPMG AUDITORES INDEPENDENTES**, conforme Relatório datado de 14/03/2024; **(iii)** Considerando que há prejuízos acumulados apurados nas Demonstrações Financeiras do exercício social da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2023, a deliberação sobre a destinação dos resultados ficou prejudicada; **(iv)** A dispensa de instalação do Conselho Fiscal da Companhia, conforme facultado pelo artigo 161 da LSA e pelo artigo 26 do Estatuto Social; **(v)** Tomar conhecimento do pedido de renúncia formulado pelos membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia, os senhores: **PEDRO PAULO ARCHER SUTTER**, **ROBERTO PENNA CHAVES NETO** e **WALDO EDWIN PÉREZ LESKOVAR**, conforme cartas de renúncia apresentadas à Companhia nesta data, agradecendo aos mesmos pelos relevantes serviços prestados à Companhia enquanto exerceram referidas funções; **(i)** A eleição dos seguintes membros efetivos do Conselho de Administração: **(i) RODRIGO SIQUEIRA ABDALA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº. 08.100.245-3/IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº. 026.427.617-54; **(ii) ANA MARIA DE CASTRO ROVAI**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 26.381.931-0/SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº. 276.198.128-65; e **(iii) MARCUS VINÍCIUS VIEIRA MACEDO**, brasileiro, solteiro, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade RG nº. 264573493/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 268.163.238-23; todos com endereço profissional na Rua Pais Leme, 524, Andar 4, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05.424-904; com mandato até Assembleia Geral Ordinária de 2025 ("AGO/2025"), devendo permanecer em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos; Os membros do Conselho de Administração ora eleitos declaram terem conhecimento do artigo 147 da LSA, e alterações posteriores, e consequentemente, não estarem incursos em quaisquer dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividades mercantis, conforme Termos de Posse, Declaração de Desimpedimento e de Renúncia à Remuneração arquivados na sede da Companhia; Com as deliberações acima, o Conselho de Administração, a partir da presente data, passa a ser composto pelos seguintes membros: **(i) FÁBIO RUSSO CORRÊA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG n.º 16.830.417 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 014.930.467-64, com endereço profissional na Av. Chedid Jafet, 222, 4º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP: 04.551-065, membro efetivo e Presidente, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 14/04/2023 ("AGOE 2023"); **(ii) RODRIGO SIQUEIRA ABDALA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG n.º 08.100.245-3 IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o n.º 026.427.617-54, com endereço profissional na Rua Pais Leme, 524, Andar 4, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05.424-904, membro efetivo eleito nesta data; **(iii) RAFAEL DE MELO LARANJEIRA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n.º 55.362.630 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 014.853.486-41, com endereço profissional na Av. Chedid Jafet, 222, 4º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP: 04.551-065, membro efetivo, eleito na Assembleia Geral Extraordinária de 27/07/2023; **(iv) ANA MARIA DE CASTRO ROVAI**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 26.381.931-0 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o n.º 276.198.128-65, com endereço profissional na Rua Pais Leme, 524, Andar 4, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05.424-904, membro efetivo, eleita nesta data; e **(v) MARCUS VINÍCIUS VIEIRA MACEDO**, brasileiro, solteiro, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade RG n.º 264573493 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 268.163.238-23, com endereço profissional na Rua Pais Leme, 524, Andar 4, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05.424-904, membro efetivo, eleito nesta data; todos com mandato até a AGO/2025, devendo os mesmos permanecerem em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos; Os membros do Conselho de Administração ora eleitos declaram ter conhecimento do artigo 147 da LSA, e alterações posteriores, e consequentemente, não estarem incursos em quaisquer dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividades mercantis, conforme Termos de Posse, Declaração de Desimpedimento e de Renúncia à Remuneração arquivados na sede da Companhia; e **(vi)** A verba global e anual para a remuneração dos membros da Administração da Companhia no valor de até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios que sejam atribuídos aos administradores em razão da cessação do exercício do cargo de administrador, sendo certo que o montante aqui proposto inclui os valores referentes aos encargos sociais de FGTS que forem devidos, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual e, se for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme artigo 152 da LSA. Para o exercício social de 2024, a verba global e anual ora aprovada será destinada exclusivamente à Diretoria da Companhia, vez que os membros do Conselho de Administração renunciam à remuneração anual. **8. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 05 de abril de 2024. **Assinaturas**: Fábio Russo Corrêa, Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. Acionista: **(1) COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES**, por Waldo Edwin Pérez Leskovar. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Fábio Russo Corrêa - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil; Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 151.570/24-3 em 12.04.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

# Construcap - CCPS - Engenharia e Comércio S.A.

CNPJ/ME nº 61.584.223/0001-38 - NIRE 35.300.053.095

**Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária**

Ficam os senhores acionistas da **Construcap - CCPS - Engenharia e Comércio S.A**. ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2024, às 10h30 em primeira convocação e às 11h00 em segunda convocação, exclusivamente por meio de plataforma de videoconferência que permitirá a participação e a votação a distância, mediante atuação remota, conforme autorizado pela Lei nº 6.404/76, art. 124, § 2º-A, a qual será considerada como realizada, para todos os efeitos, na sede da Companhia, localizada na Avenida Dra. Ruth Cardoso, Edifício Eldorado Business Tower, nº 8.501, 32º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, proposta pela Diretoria e recomendada pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de março de 2024; e (iii) Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e dos membros da Diretoria para o exercício de 2024. Nos termos do artigo 133, § 3º da Lei 6.404/76, os documentos a que se refere esse artigo foram publicados no "Jornal O Dia SP", em 28/03/2024, nas páginas 11 a 14. A íntegra desses documentos foi encaminhada aos Acionistas por e-mail em 27/03/2024, com o aviso, ainda, de que referidos documentos se encontravam à disposição dos Acionistas. **Instruções Gerais:** a) Para participação na Assembleia, os representantes legais ou procuradores dos Acionistas deverão observar o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, apresentando à Companhia, preferencialmente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, o documento de identidade com foto e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, bem como, no caso de representação por procurador, o instrumento de mandato realizado há menos de 1 (um) ano com reconhecimento da firma do outorgante, mediante envio de e-mail ao endereço secretaria@construcap.com.br; b) A Companhia informa que, a fim de viabilizar a realização da Assembleia de modo exclusivamente digital, divulgará aos Acionistas o *link* de acesso à plataforma de videoconferência e demais dados de acesso ao sistema eletrônico um dia antes da data da realização da Assembleia. A participação da Assembleia, bem como o exercício do direito de voto nas deliberações das matérias constantes da ordem do dia serão realizados por meio da utilização do sistema eletrônico. O sistema eletrônico também assegurará: (i) a segurança, a confiabilidade e a transparência da Assembleia; (ii) o registro da presença dos acionistas e dos respectivos votos; (iii) a preservação do direito de participação a distância do acionista durante toda a Assembleia; (iv) o exercício do direito de voto a distância por parte do acionista, bem como o seu respectivo registro; (v) a possibilidade de visualização de documentos apresentados durante a Assembleia; (vi) a possibilidade de a mesa receber manifestações escritas dos acionistas; (vii) a gravação integral da assembleia; e (viii) a participação de administradores, pessoas autorizadas a participar da Assembleia e pessoas cuja participação seja obrigatória. São Paulo/SP, 19 de abril de 2024. **Maria Lucia Ribeiro Capobianco Porto - Presidente do Conselho de Administração.**

# COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

CNPJ/MF nº 09.367.702/0001-82 - NIRE nº 35300352858 - COMPANHIA FECHADA

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2024**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Em 08 de abril de 2024, às 16h00, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º andar, parte, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença das acionistas representando a totalidade do capital social e a observância do prazo estabelecido no caput do artigo 133, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA e parágrafo 4º, do artigo 133, da LSA. **4. PUBLICAÇÕES PRÉVIAS:** O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, foram publicados no jornal O Dia (impresso e digital), respectivamente nas páginas 13 e 14 e, 7 e 8, no dia 22/03/2024. **5. MESA:** Presidente: Fábio Russo Corrêa. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **6. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(i)** as contas dos administradores, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2023; **(ii)** a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31/12/2023; **(iii)** a instalação do Conselho Fiscal; **(iv)** a eleição da Diretoria da Companhia; e **(v)** a fixação da remuneração de Administradores. **7. DELIBERAÇÕES:** As acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e discussões, deliberaram aprovar: **(i)** A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA e a dispensa da leitura dos documentos referidos no artigo 133 da LSA; **(ii)** O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, publicados conforme o item "Publicações Prévias" acima, já devidamente auditados por **KPMG AUDITORES INDEPENDENTES**, conforme Relatório datado de 21/03/2024; **(iii)** A proposta da administração para a destinação do lucro líquido da Companhia relativo nas Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2023, no valor de R$ 153.983.147,91 (cento e cinquenta e três milhões, novecentos e oitenta e três mil, cento e quarenta e sete reais e noventa e um centavos), que terá a seguinte destinação: **(a)** O montante de R$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais), correspondentes a R$ 8,75231606206 por lote de 1.000 (mil) ações, após a dedução do imposto de renda na fonte de 15%, nos termos do artigo 9º, §9º da Lei nº 9.249/95, o valor líquido de R$ 16.150.000,00 (dezesseis milhões, cento e cinquenta mil reais), correspondentes a R$ 7,43946865275 por lote de 1.000 (mil) ações, foram destacados a título de juros sobre o capital próprio, calculado sobre o Patrimônio Líquido de 31/12/2022, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15/12/2023 às 10hs, e serão pagos conforme vier a ser deliberado oportunamente; e **(b)** O saldo restante de R$ 134.983.147,91 (cento e trinta e quatro milhões, novecentos e oitenta e três mil, cento e quarenta e sete reais e noventa e um centavos) será utilizado para absorção de prejuízos de exercícios anteriores; **(c)** Após as destinações acima, o saldo da conta de Prejuízos Acumulados será de R$ 167.139.855,65 (cento e sessenta e sete milhões, cento e trinta e nove mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos). **(iv)** A dispensa de instalação do Conselho Fiscal da Companhia, conforme facultado pelo artigo 161 da LSA e pelo artigo 17 do Estatuto Social; **(v)** A reeleição dos seguintes membros da Diretoria: **(i) WALDO EDWIN PÉREZ LESKOVAR**, norte-americano, casado, engenheiro elétrico, portador da Cédula de Identidade RG nº W616562-V/x e inscrito no CPF/MF sob o nº 170.070.048-06, para o cargo de Diretor Presidente; e **(ii) FÁBIO RUSSO CORRÊA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 16.830.417/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 014.930.467-64, para o cargo de Diretor, ambos com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP: 04.551-065, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2026, devendo permanecerem em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos; Os Diretores ora eleitos aceitam sua nomeação, declarando neste ato terem conhecimento do artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 e alterações posteriores e consequentemente, não estarem incursos em quaisquer dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercerem as atividades mercantis, conforme Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento arquivados na sede da Companhia; e **(vi)** A verba global e anual para a remuneração dos membros da Administração da Companhia no valor de até R$ 6.260.280,67 (seis milhões, duzentos e sessenta mil, duzentos e oitenta reais e sessenta e sete centavos), incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios que sejam atribuídos aos administradores em razão da cessação do exercício do cargo de administrador, sendo certo que o montante aqui proposto inclui os valores referentes aos encargos sociais de FGTS que forem devidos, ficando a cargo das Acionistas da Companhia a fixação do montante individual e, se for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme artigo 152 da LSA. **8. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 08 de abril de 2024. **Assinaturas**: Fábio Russo Corrêa, Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. Acionistas: **(1) CCR S.A.**, por Fábio Russo Corrêa; e **(2) SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, por Roberto Penna Chaves Neto. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Fábio Russo Corrêa - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 151.815/24-0 em 12.04.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

**RICARDO NAHAT**, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da **VENEZIA INCORPORADORA LTDA**, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, **HALLICE MOREIRA TEIXEIRA**, brasileira, solteira, maior, advogada, RG nº 1.942.635-6-SSP/AM, CPF nº 884.049.272-00, domiciliada na cidade de Manaus/AM, residente na Avenida Joaquim Nabuco nº 1147, Centro, **fica intimada a purgar a mora referente a 10 (dez) prestações em atraso, vencidas de 20/06/2023 a 20/03/2024, no valor de R$61.344,13 (sessenta e um mil, trezentos e quarenta e quatro reais e treze centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$61.466,33 (sessenta e um mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e trinta e três centavos), que atualizado até 23/06/2024, perfaz o valor de R$80.715,63 (oitenta mil, setecentos e quinze reais e sessenta e três centavos)**, cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pela VENEZIA INCORPORADORA LTDA, para aquisição do imóvel localizado na Alameda Jauaperi nº 299, Residência nº 1304, localizada no 13º pavimento do Condomínio Id Home & Lifestyle Jauaperi, Torre 02, em Indianópolis – 24º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob nº 2 na matrícula nº 240.161. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica a fiduciante desde já advertida de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, VENEZIA INCORPORADORA LTDA, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 20 de abril de 2024. O Oficial.

**RICARDO NAHAT**, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, **SUELI RODRIGUES GIACOMUCCI**, consultora, RG nº 8657111-SSP/SP, CPF nº 034.204.398-65, e seu marido **JOSÉ GIACOMUCCI NETTO**, administrador, RG nº 76754534-SSP/SP, CPF nº 873.911.398-15, brasileiros, casados no regime da comunhão parcial de bens na vigência da Lei nº 6.515/77, domiciliados em São Bernardo do Campo/SP, residentes na Rua Omar Daibert I nº casa 700M, Parque Terra Nova II, **ficam intimados a purgarem a mora referente a 71 (setenta e uma) prestações em atraso, vencidas de 24/04/2018 a 24/02/2024, no valor de R$332.396,04 (trezentos e trinta e dois mil, trezentos e noventa e seis reais e quatro centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$423.584,90 (quatrocentos e vinte três mil quinhentos e oitenta e quatro reais e noventa centavos), que atualizado até 29/04/2024, perfaz o valor de R$506.402,09 (quinhentos e seis mil quatrocentos e dois reais e nove centavos)**, cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aquisição do imóvel localizado na Rua José Fernandes Caldas, nº 20, apartamento nº 82, localizado no 8º andar do Bloco 03, integrante do Residencial São Guilherme, na Saúde – 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob nº 11 na matrícula nº 141.926. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Ficam os fiduciantes desde já advertidos de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 01 de abril de 2024. O Oficial.

**RICARDO NAHAT**, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, **DANILO SILVA VIEIRA DOS SANTOS**, conferente, RG nº 494365778-SSP/SP, CPF nº 423.661.248-80, e **FLÁVIA CARREIRO DA SILVA**, caixa, RG nº 568792968-SSP/SP, CPF nº 486.453.688-03, brasileiros, solteiros, maiores, domiciliados nesta Capital, residentes na Rua Jean Degreef nº 98, casa 01, ficam intimados a purgarem a mora referente a 37 (trinta e sete) prestações em atraso, vencidas de 20/03/2021 a 20/03/2024, no valor de R$41.982,53 (quarenta e um mil, novecentos e oitenta e dois reais e cinquenta e três centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$42.386,02 (quarenta e dois mil, trezentos e oitenta e seis reais e dois centavos), que atualizado até 06/06/2024, perfaz o valor de R$56.154,86 (cinquenta e seis mil, cento e cinquenta e quatro reais e oitenta e seis centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aquisição do imóvel localizado na Avenida dos Ourives nº 780, apartamento nº 32, localizado no 3º pavimento da Torre 02 do Condomínio Residencial Dez Jardim Botânico, na Saúde – 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob nº 420 na matrícula nº 218.851, transportada pela Av.1 na matrícula nº 233.496. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Ficam os fiduciantes desde já advertidos de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 20 de abril de 2024. O Oficial.

**RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos que o presente edital virem e interessar possa que, por RGP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ nº 16.569.720/0001-02, com sede na Rua Theodorus Van Kolch nº 53, por seu sócio Rodrigo Grama Pereira, devidamente qualificado no título, foi apresentado nesta Serventia, requerimento regularmente prenotado sob nº 899.647 em 03 de outubro de 2023, pelo qual, com fulcro na Lei 10.931 de 02/08/2004, pleitea a retificação administrativa do terreno situado na Rua Bernardo da Afonseca, matriculado sob nº 78.014, nesta Serventia Predial, que passou a ter 349,18m2. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital, pelo qual convoco os senhores: a) proprietários da área maior transcrita sob nº 2.687, neste Registro, com 24.200,00m2**, Sr. Manuel Pedroso, filho de Bento Júlio Pedroso e Presciliana Maria Pedroso, casado com Ana Romani Pedroso; **b) compromissários da área maior transcrita sob nº 2.687, neste Registro, Srs. José Virgílio Nogueira Vessoni, advogado, casado com Rene Nogueira Vessoni; c) compromissários da área maior transcrita sob nº 2.687, neste Registro, Srs. Carmela Messina Helene, do lar, casada com Gilberto Helene, industriário; Marina Messina Helene, do lar, e seu marido José Helene, contador; Irene Messina Failla, do lar, casada com Orestes Failla, funcionário público; Yvone Messina Helene, do lar, casada com Cássio Helene e Irma Messina Helene, do lar, casada com Dácio Helene, não sendo localizados pela requerente; deixando a mesma de informar endereço, nem mesmo seus herdeiros e/ou inventariantes; d) ocupantes dos imóveis nºs 45 e 47 da Rua Caloji; e) ocupante do imóvel nº 150 da Rua Pagano Sobrinho "Igreja Evangélica Estrada da Vida", estes últimos (d e e), notificados via correio, estando ausentes por três tentativas de notificação, conforme informações prestadas pelo carteiro nas notificações negativas, notifico também todos os demais terceiros interessados, para, querendo, apresentar impugnação ao presente pedido retificatório. Pelo presente edital, fica avisado a quem se julgar prejudicado, que deverá dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da ultima publicação deste, que será levado a efeito por dois dias consecutivos em jornal de grande circulação, nesta Capital, impugnar, com fundamentos de fato e de direito, contra a aludida retificação, por escrito, perante o Oficial deste Registro Imobiliário, à Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Jardim Paulista, das 9 às 16 horas. São Paulo, 16 de abril de 2024.**

# Urbia Águas Claras S.A.

CNPJ n° 44.661.625/0001-70

## Relatório da Diretoria

**Senhores acionistas:** Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sªs.; o Balanço Patrimonial levantado em 31/12/2023, bem como as Demonstrações de Resultados dos Exercícios, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, os quais se acham acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes. A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 14 de abril de 2024.

**A Diretoria**

### Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

| Ativo | Notas | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 36 | 4 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 377 | 161 |
| Impostos e contribuições a recuperar | – | 882 | 402 |
| Adiantamentos a fornecedores | – | – | 14 |
| Estoques | – | 62 | 27 |
| Despesas antecipadas | – | 185 | 165 |
| Outros ativos | – | 3 | – |
| | | **1.545** | **773** |
| **Não circulante** | | | |
| Impostos e contribuições diferidos | 15 | 8.321 | 3.019 |
| Partes relacionadas | 7 | 6 | 6 |
| | | **8.327** | **3.025** |
| Imobilizado | – | 684 | 750 |
| Intangível operacional | 8 | 18.989 | 10.245 |
| | | **19.673** | **10.995** |
| | | **28.000** | **14.020** |
| **Total do ativo** | | **29.545** | **14.793** |

| Passivo e patrimônio líquido | Notas | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Fornecedores | – | 2.577 | 743 |
| Empréstimos e financiamentos | 9 | 24.776 | 18.469 |
| Obrigações trabalhistas | – | 403 | 408 |
| Obrigações tributárias | – | 418 | 223 |
| Outras obrigações a pagar | – | 368 | 250 |
| | | **28.542** | **20.093** |
| **Não circulante** | | | |
| Partes relacionadas | 7 | 16.596 | – |
| **Total do passivo** | | **45.138** | **20.093** |
| **Patrimônio líquido** | | | |
| Capital social | 10 | 560 | 560 |
| Prejuízos acumulados | – | (16.153) | (5.860) |
| **Total do patrimônio líquido** | | **(15.593)** | **(5.300)** |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | **29.545** | **14.793** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022** (Em milhares de reais)

| | Capital Social Subscrito | Capital Social À integralizar | Prejuízos acumulados | Total do patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|
| Integralização de capital social | 2.800 | (2.240) | – | 560 |
| Prejuízo do exercício | – | – | (5.860) | (5.860) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2022** | **2.800** | **(2.240)** | **(5.860)** | **(5.300)** |
| Prejuízo do exercício | – | – | (10.293) | (10.293) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2023** | **2.800** | **(2.240)** | **(16.153)** | **(15.593)** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022** (Em milhares de reais)

**1. Contexto operacional:** Em 08 de outubro de 2021, a Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A. (“Construcap”) sagrou-se vencedora da Concorrência Internacional n° 1/2021, licitação realizada pelo Estado de São Paulo, por intermédio de sua Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente, para a seleção da proposta mais vantajosa para a contratação de concessão destinada à delegação das atividades de realização de investimentos, conservação, operação, manutenção e exploração econômica da área da Concessão, correspondente à parcela territorial identificada no Anexo I, do Parque Estadual da Cantareira e do Parque Estadual Alberto Löfgren (“Parques”). Passado todo o processo licitatório e entrega de documentação necessária, foi concedida à Construcap o direito à assinatura do Contrato de Concessão, seguida da constituição da sociedade de propósito específico (“SPE”) que seria a signatária do Contrato, conforme etapas e dispositivos previstos no Edital de Licitação. A Urbia Águas Claras S.A. (“Sociedade” ou “Concessionária”) é a SPE criada para a assinatura e assunção do Contrato de Concessão n° 01/2022 (“Contrato de Concessão”), uma sociedade anônima de propósito específico e capital fechado, com sede na Avenida Rebouças, 3.970, 32° andar sala 35, Pinheiros - São Paulo - SP. Sua constituição social foi registrada nos órgãos competentes em 22 de dezembro de 2021, sob o CNPJ 44.661.625/0001-70, e tem como objeto social as atividades de realização de investimentos, conservação, operação, manutenção e exploração econômica da área de Concessão dentro dos limites do Parque Estadual da Cantareira e do Parque Estadual Alberto Löfgren, incluindo a elaboração de projetos, a realização de obras e investimentos, a prestação de serviços e exploração econômica de atividades de ecoturismo e visitação, com os serviços associados, em consonância do o Edital e Contrato de Concessão. O capital social da Sociedade subscrito é no valor de R$ 2.800, sendo que R$ 560 se encontra integralizado. Além disso, houve o pagamento da Outorga Fixa (“Outorga Fixa”), no valor de R$ 911, devida Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente em contrapartida à delegação da exploração dos serviços integrantes da concessão antes da assinatura do Contrato de Concessão. Decorrente dos processos e etapas acima descritos, em 20 de janeiro de 2022 foi assinado o Contrato de Concessão, entre o Estado de São Paulo, por intermédio a sua Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente - Sima (“Poder Concedente”) e a Urbia Águas Claras S.A., no valor estimado de R$ 56.789, com vigência total de 30 anos, a partir do Termo de Entrega do Bem Público. O Conselho Diretor do Programa de Desestatização do Estado de São Paulo - CDPED, aprovou à iniciativa privada o direito de uso dos PARQUES em sua 21ª Reunião Conjunta concernente à 257ª Reunião Ordinária, ocorrida em 30 de abril de 2021. Referente ao setor de atuação da Sociedade, importa destacar que os parques são unidades de conservação, que prestam importantes serviços ambientais e ecossistêmicos aos Municípios nos quais encontram-se inseridos e se destinam à convivência e ao lazer dos visitantes, atendendo suas demandas de entretenimento, esporte, contemplação da natureza e realização de atividades e eventos culturais. São áreas que congregam, portanto, diversas demandas dos munícipes, e que, por isso, recebem relevante afluxo de pessoas todos os dias. Neste contexto, as atividades operacionais da Sociedade se limitam aos serviços de gestão, operação, zeladoria, limpeza, conservação de áreas verdes, segurança patrimonial, manutenção e serviços de engenharia para o cumprimento das cláusulas e encargos oriundos do Contrato de Concessão e para a prestação do devido serviço público para os visitantes. Além disso, cabe à Concessionária a exploração comercial das áreas, incluindo a cobrança de ingressos para a visitação ao Parque Estadual Cantareira e ao Museu Florestal Octávio Vecchi, serviços de alimentação, estacionamento, eventos, entre outras receitas emergentes do Contrato de Concessão, observados os limites e condições dispostos nele. A assunção dos Parques pela Urbia Águas Claras se deu em 18 de abril de 2022, mediante o atendimento aos requisitos do Contrato de Concessão e assinatura do Termo de Entrega de Bem Público de 14 de abril de 2022. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação:** As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em reais (R$) e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos e instrumentos financeiros, que podem ser apresentados pelo valor justo, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Contábeis (CPC). A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade estão de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) aceitas no Brasil e, requerem o uso de estimativas contábeis por parte da Administração da Sociedade. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis estão demonstradas na nota explicativa n° 3. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 18 de abril de 2024. **3. Resumo das políticas contábeis materiais:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo. **b. Ativos e passivos contingentes e provisão para demandas judiciais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: • **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa, quando aplicável; • **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Também são adicionados às provisões os montantes estimados de possíveis acordos nos casos de intenção de liquidar o processo antes da conclusão de todas as instâncias. Quando as estimativas de perdas avaliadas como possíveis, as mesmas são divulgadas em Notas Explicativas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foram reconhecidos e/ou divulgados saldos relacionados a demandas judiciais devido não haver processos ou reclamações processuais nas esferas cíveis, trabalhista e tributária. **c. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando for aplicável. Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de explorar comercialmente os espaços, edificações e áreas formados por estes ativos, após o período de investimento ter sido plenamente concluído e atestado pelo Poder Concedente. Antes disso, trata-se de intangível em andamento. Nesta circunstância, a receita da Concessionária está condicionada ao uso do ativo e a sua geração de caixa esperada, dado que os riscos de mercado e demanda são suportados, em situações de normalidade, pela própria Concessionária. Por se tratar de uma concessão onerosa, não há previsão contratual de recebimento de qualquer contraprestação pecuniária por parte do Poder Concedente pela utilização e exploração do ativo intangível. O direito de exploração deste está atrelado ao devido pagamento das Outorgas Fixa e Variável, bem como do Ônus de Fiscalização (o percentual da Receita Operacional Bruta obtida pela Concessionária). Por este motivo, a Outorga Fixa foi contabilizada no Intangível desde o exercício de seu pagamento, e deverá ser amortizada proporcionalmente ao prazo da Concessão e à utilização dos ativos segundo a projeção da demanda operacional dos Parques. Até o atual período, os itens ativados no Intangível referem-se à Outorga Fixa, juros capitalizados sobre os empréstimos bancários, alguns investimentos realizados na infraestrutura e gastos em desenvolvimento e prestação de serviços. **d. Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado de juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada, calculada com base no método linear, levando-se em consideração a vida útil estimada dos ativos. **e. Contratos de concessão ICPC 01 (R1):** A Sociedade contabiliza os deveres, encargos e direitos do Contrato de Concessão conforme a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Concessionária porque o Contrato de Concessão não transfere à Concessionária o direito de controle do uso e posse da infraestrutura de serviços. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente ao término do contrato. A Concessionária tem acesso apenas para operar a infraestrutura em virtude da prestação de serviços públicos em nome do Poder Concedente, nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante o prazo determinado. A Concessionária reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de auferir receitas nos espaços destinados ao serviço público e não possui direito a receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a não ser em revisões extraordinárias do Contrato com vistas à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do mesmo. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do Contrato de Concessão e proporcionalmente à demanda operacional. O direito de outorga corresponde à obtenção de concessão para exploração, sendo a mesma onerosa. Outorga Fixa como critério licitatório foi paga à vista, concomitantemente à assinatura do Contrato de Concessão. A amortização da outorga será efetuada com base no período contratual de 30 anos e proporcionalmente à demanda operacional projetada. Está previsto também no Contrato o pagamento da outorga variável a partir do 25º (vigésimo quinto) o montante de 0,5% sobre a Receita Operacional Bruta, sujeita a variação adicional por desempenho conforme previsto na Cláusula 13.3 e no anexo IV, e do ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre a Receita Operacional Bruta, durante todo o prazo de vigência, conforme previsto na Cláusula 14.1. **f. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido de seus ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. As premissas normalmente utilizadas para o cálculo do valor recuperável dos ativos são baseadas nos fluxos de caixa esperados, em estudos de viabilidade econômica que demonstrem a recuperabilidade dos ativos ou ao valor de mercado, todos descontados a valor presente, comparados ao Intangível Líquido presente (*carrying amount*). **g. Outros ativos e outros passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos. As provisões são registradas, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante. **h. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade compactua formalmente das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem aplicações financeiras, outros recebíveis, caixa e equivalente de caixa, fornecedores e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, são acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. **i. Capital social:** Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido. **j. Apropriação de despesas:** As despesas administrativas e de consumo, necessárias à sua manutenção, foram reconhecidas conforme o regime contábil da competência. **k. Receita operacional:** As receitas das Sociedades serão registradas nas demonstrações contábeis de acordo com os dispositivos do Pronunciamento técnico CPC 47 - Contratos com clientes. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Sociedade reconhece a receita quando o valor da mesma pode ser mensurado com segurança, e que prováveis benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação a qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: 1) Identificação do contrato; 2) Identificação das obrigações de desempenho; 3) Determinação do preço da transação; 4) Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; 5) Reconhecimento da receita. Essas operações estão relacionadas a venda de ingressos, cessão de espaço para estacionamento, venda de alimentos e bebidas, publicidade, dentre outras, caracterizadas, para todos os fins, como “Receitas dos Parques”. **l. Demonstrações dos fluxos de caixa (DFC):** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa. **m. Contas a receber:** O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foram originados e quando se torna parte das disposições contratuais. Exemplo o contrato de patrocinadores, segregando as parcelas de curto e longo prazo. **n. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade na apuração de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **o. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis: Julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações e passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas contábeis:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no próximo exercício financeiro é: **Perda da redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa periodicamente o valor contábil dos ativos de longo prazo, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, é constituída provisão no resultado do exercício ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Quando existir perda de seu valor recuperável será constituída uma provisão no resultado do exercício ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Fato que não ocorreu no ano exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Amortização do intangível:** A Sociedade possui ativos intangíveis operacionais que são demonstrados ao custo da aquisição, deduzidos da amortização calculada de acordo com a curva de demanda do Parque pelo período da concessão. **p. Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria Administrativa e Financeira. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **q. Gestão de capital:** Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. **3.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros:** A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023. A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros. Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia. A Companhia efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais. **b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas” por “políticas contábeis materiais”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **c) Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro: i. Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação.** Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais da Companhia. **ii. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two:*** Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*Organisation for Economic Co-operation and Development* - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do *Pillar Two*. As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre as potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do *Pillar Two*. O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two*, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023. As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo *Pillar Two.* A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do *Pillar Two*. A Administração determinou que a Companhia não está dentro do escopo das *Pillar Two Model Rules* da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos. **d) Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros:** As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores. Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis da Companhia. **3.2 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: **a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) -** acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; **b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 -** esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; **c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 -** esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; **d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) -** esclarece que a entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; **e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) -** exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; **4.Gestão de risco financeiro: a. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Sociedade a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A Sociedade não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco. **b. Risco de mercado: (i) Risco cambial:** Considerado praticamente nulo em virtude de a Sociedade não possuir ativos ou passivos significativos denominados em moeda estrangeira, bem como não possui dependência significativa de materiais importados para cumprimento dos contratos de construção. Adicionalmente, a Sociedade não possui contratos de construção indexados em moeda estrangeira. **(ii) Risco de taxas de juros:** As taxas de juros contratadas sobre empréstimo e financiamentos estão mencionadas na Nota 9.

| **5. Caixa e equivalentes de caixa:** | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Caixa e bancos | 36 | 4 |
| | 36 | 4 |

| **6. Contas a receber de clientes:** | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Estacionamento | 171 | 57 |
| Operadora de cartão | 108 | 54 |
| Cessão de espaço | 48 | 50 |
| Eventos | 28 | – |
| Midia | 21 | – |
| Outros | 1 | – |
| | 377 | 161 |

Os créditos são na sua totalidade derivados de cessão de espaço nas dependências dos Parques, bilheteria e saldo a receber de operadora de cartão. Não há títulos vencidos, e a Administração não tem indícios ou espera que incorra em perdas na sua realização. **7. Partes relacionadas:**

| **No Ativo não circulante:** | | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|---|
| **Natureza da operação:** | **Parte relacionada:** | | |
| Conta corrente | Construcap Ccps Engenharia e Comércio S.A. | 6 | 6 |
| | | 6 | 6 |

| **No Intangível:** | | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|---|
| **Natureza da operação:** | **Parte relacionada:** | | |
| Prestação de Serviço | Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A. | 5.489 | 5.862 |
| Capitalização de Juros | Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A. | – | 33 |
| | | 5.489 | 5.895 |

| **No passivo não circulante:** | | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|---|
| **Natureza da operação:** | **Parte relacionada:** | | |
| Mútuo | **Julio Capobianco Filho** | 7.114 | – |
| | **Roberto Capobianco** | 2.368 | – |
| | **Maria Silvia R. Capobianco** | 7.114 | – |
| | | 16.596 | – |

| **Na Demonstração do Resultado:** | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| **Despesa financeira** | | |
| Juros sobre empréstimo | 1.611 | 65 |
| | 1.611 | 65 |

Em junho de 2023, a Sociedade captou junto aos sócios o montante de R$15.000 acrescidos de 100 % do CDI + 3,65% a.a., calculados “pro-rata *die*”. **8.Ativo intangível:** As premissas adotadas para apropriação do Ativo Intangível e concessão estão elaboradas de acordo com adoção do Pronunciamento técnico CPC 04 (R1), itens 97 e 98: • Foi desenvolvido uma projeção do benefício econômico de cada parque, de acordo com a quantidade de usuários que visitam os parques. • O ativo intangível da concessão será amortizado de forma proporcional ao benefício econômico projetado, a partir do momento que os parques foram assumidos pela Sociedade, ou seja, quando iniciado o seu uso. • Os juros capitalizados referem-se aos juros sobre empréstimo com partes relacionadas. A partir do momento em que a unidade geradora de caixa passa a ser gerida pela concessionária, gerando potenciais benefícios econômicos à Sociedade, a parcela de sua demanda passa a ser considerada na proporção do cálculo dos juros contabilizados como despesa financeira.

**a) Composição:**

| | Custo (31/12/2023) | Amortização Acumulada (31/12/2023) | Líquido (31/12/2023) | Líquido (31/12/2022) |
|---|---|---|---|---|
| Prestação de serviços | 12.800 | (282) | 12.518 | 6.982 |
| Desenvolvimento | 3.308 | (68) | 3.240 | 1.427 |
| Capitalização de juros sobre empréstimos | 2.027 | (35) | 1.992 | 606 |
| Direito de outorga da concessão | 911 | (35) | 876 | 897 |
| Materiais | 350 | (10) | 340 | 309 |
| Projetos | 24 | (1) | 23 | 24 |
| | 19.420 | (431) | 18.989 | 10.245 |

### Demonstração do resultado
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022** (Em milhares de reais)

| | Notas | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|---|
| **Receita operacional líquida** | 11 | **3.907** | **2.002** |
| Custos dos serviços prestados | 12 | (11.004) | (7.748) |
| **Prejuízo bruto** | | **(7.097)** | **(5.746)** |
| Despesas comerciais, gerais e administrativas | 13 | (4.601) | (2.216) |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | – | (6) | – |
| | | **(4.607)** | **(2.216)** |
| **Prejuízo antes do resultado financeiro** | | **(11.704)** | **(7.962)** |
| **Resultado financeiro** | | | |
| Receitas financeiras | 14 | 34 | 128 |
| Despesas financeiras | 14 | (3.925) | (1.044) |
| | | **(3.891)** | **(916)** |
| **Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social** | | **(15.595)** | **(8.878)** |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 15 | 5.302 | 3.018 |
| **Prejuízo do exercício** | | **(10.293)** | **(5.860)** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

### Demonstrações do resultado abrangente
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022** (Em milhares de reais)

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| **Prejuízo do exercício** | (10.293) | (5.860) |
| **Total do resultado abrangente do exercício** | (10.293) | (5.860) |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

### Demonstração de fluxo de caixa
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022** (Em milhares de reais)

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| **Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social** | **(15.595)** | **(8.878)** |
| **Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais** | | |
| Apropriação de encargos sobre mútuos | 1.611 | 65 |
| Apropriação de encargos sobre empréstimos | 3.438 | 90 |
| Amortização do Intangível | 333 | 98 |
| Depreciação | 85 | 42 |
| | **(10.128)** | **(8.583)** |
| **Variações nas contas patrimoniais** | | |
| Contas a receber de clientes | (216) | (161) |
| Impostos e contribuições a recuperar | (480) | (402) |
| Adiantamentos a fornecedores | 14 | (14) |
| Estoques | (35) | (27) |
| Despesas antecipadas | (20) | (165) |
| Outros ativos | (3) | – |
| Fornecedores | 1.834 | 743 |
| Obrigações e encargos trabalhistas | (5) | 408 |
| Obrigações tributárias | 195 | 223 |
| Outras obrigações a pagar | 118 | 250 |
| | **1.402** | **855** |
| **Caixa líquido consumido nas atividades operacionais** | **(8.726)** | **(7.728)** |
| Juros pagos | (3.260) | – |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimentos** | | |
| Custo de ativação do intangível | (9.077) | (9.432) |
| Aquisições do Imobilizado | (19) | (792) |
| **Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos** | **(9.096)** | **(10.224)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com terceiros** | | |
| Captação de empréstimo e financiamento | 14.822 | 18.378 |
| Amortização de empréstimos e financiamentos | (8.693) | – |
| **Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamentos** | **6.129** | **18.378** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com acionistas** | | |
| Contas-correntes com partes relacionadas | 14.985 | (982) |
| **Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamentos** | **14.985** | **(982)** |
| **Geração (redução) de caixa e equivalentes de caixa** | **32** | **(556)** |
| **Caixa e equivalentes de caixa** | | |
| No início do período | 4 | 560 |
| No final do período | 36 | 4 |
| **Geração (redução) de caixa e equivalentes de caixa** | **32** | **(556)** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

| **b) Movimentação:** | 31/12/2022 | Adições | Amortização | 31/12/2023 |
|---|---|---|---|---|
| Prestação de serviços | 6.982 | 5.751 | (215) | 12.518 |
| Desenvolvimento | 1.427 | 1.868 | (56) | 3.240 |
| Capitalização de juros sobre empréstimos | 606 | 1.419 | (32) | 1.992 |
| Direito de outorga da concessão | 897 | – | (21) | 876 |
| Materiais | 309 | 39 | (8) | 340 |
| Projetos | 24 | – | (1) | 23 |
| | 10.245 | 9.077 | (333) | 18.989 |

**9. Empréstimos e financiamentos:**

| Instituição Financeira | Modalidade | Encargos | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|---|---|
| Banco Abc Brasil | Empréstimo Banco Abc | CDI + 3,20% a.a. | 8.915 | 15.966 |
| Banco Bradesco S.A. | Conta garantida | CDI + 4,89 % a.a. | 15.861 | 2.503 |
| | | | **24.776** | **18.469** |

Em 10 de agosto de 2022, a Sociedade adquiriu empréstimo com o Banco ABC Brasil com vencimento 365 dias, este adquirido para suportar os investimentos realizados na infraestrutura do parque. Este empréstimo não prevê covenants financeiros como hipótese de vencimento antecipado e a sociedade se encontra adimplente com todas as suas obrigações do contrato. **10. Patrimônio líquido: 10.1 Capital social:** O capital social está representado por 2.800.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralizados parcialmente. O montante integralizado até dezembro 2023 foi de R$ 560. **10.2 Reserva de lucros: Reserva legal:** Será constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social. A Sociedade não constituiu reserva legal em função do resultado. **10.3 Dividendos:** A Sociedade poderá efetuar a livre distribuição de dividendos a seus acionistas ou pagamento de títulos de participação de lucros com base no balanço levantado em cada ano civil, podendo, porém, sempre que permitido for levantar balanços extraordinários para os fins retro mencionado. Ressalta-se que em cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (um por cento) do lucro líquido ajustado.

| **11. Receita operacional líquida:** | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Bilheteria | 1.829 | 831 |
| Venda de mercadoria | 967 | 478 |
| Mobilidade | 577 | – |
| Cessão de Uso - Alimentação e bebida | 407 | 528 |
| Estacionamento | 305 | – |
| Eventos e atrativos | 217 | 115 |
| Publicidade e patrocínio | 192 | 291 |
| | 4.494 | 2.243 |
| Tributos sobre vendas | (587) | (241) |
| | 3.907 | 2.002 |

| **12. Custos dos serviços prestados:** | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| **Custos dos serviços prestados** | | |
| Serviços | (7.485) | (5.456) |
| Pessoal | (2.132) | (1.153) |
| Seguros | (341) | (234) |
| Amortização | (333) | (89) |
| Materiais | (217) | (135) |
| Aluguéis | (104) | (318) |
| Manutenção | (29) | (113) |
| | (10.641) | (7.498) |
| **Custos da mercadoria vendida** | (363) | (250) |
| | (11.004) | (7.748) |

| **13. Despesas comerciais, gerais e administrativas:** | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Serviços prestados | (2.313) | (903) |
| Pessoal | (1.540) | (723) |
| Aluguéis | (325) | (118) |
| Materiais | (188) | (176) |
| Impostos e taxas | (150) | (35) |
| Depreciação | (85) | (38) |
| Despesas não dedutíveis | – | (1) |
| Outras despesas | – | (222) |
| | (4.601) | (2.216) |

| **14. Receitas e despesas financeiras: Receitas financeiras** | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Juros sobre aplicação financeiras | 25 | 134 |
| Outras receitas financeiras | 10 | – |
| Impostos sobre receitas financeiras | (1) | (6) |
| | 34 | 128 |
| **Despesas financeiras** | **31/12/2023** | **31/12/2022** |
| Encargos sobre empréstimos | (3.313) | (546) |
| Encargos sobre mútuos | (1.611) | – |
| Juros de mora | (19) | – |
| (–) Capitalização de juros sobre empréstimos | 1.418 | – |
| Outras despesas financeiras | (400) | (498) |
| | (3.925) | (1.044) |

**15. Imposto de renda e contribuição social diferidos:**

| **Descrição** | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| **Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre prejuízo fiscal exercício anterior** | (8.878) | – |
| Movimentação da base do diferido, líquidos | (15.595) | (8.878) |
| **Base ajustada** | (24.473) | (8.878) |
| **No Ativo não circulante** | | |
| IRPJ | 6.118 | 2.219 |
| CSLL | 2.203 | 799 |
| | **8.321** | **3.018** |
| **Na demonstração de resultados** | | |
| RPJ | 3.899 | 2.219 |
| CSLL | 1.404 | 799 |
| | **5.302** | **3.018** |

**16. Seguros:** As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, dessa forma, não foram revisadas pelos auditores independentes. A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza e sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A cobertura de seguros são as seguintes:

| Companhia | Modalidade | Vencimento das Apólices | Montante da cobertura em (Milhares de R$) |
|---|---|---|---|
| Aig Seguros Brasil S.A. | Responsabilidade Civil Geral | 19/11/2024 | 5.000.000 |
| HDI Seguros | Riscos Nomeados e Operacionais | 19/11/2024 | 137.784 |
| Liberty Seguros | Responsabilidade Civil Adm. | 19/11/2024 | 32.778 |
| Pottencial Seguradora | Seguro Garantia | 28/12/2023 | 3.224.598 |
| | | | 8.395.159 |

**17. Obrigações e compromissos com o Poder Concedente:** A Sociedade terá como obrigações, a execução do Objeto da contratação da Concessão a revitalização, modernização, operação, manutenção e gestão das Áreas do Parque Estadual da Cantareira e do Parque Estadual Alberto Löfgren, conforme clausula 20º do Contrato de Concessão. A Sociedade terá como principais obrigações dispor de equipamentos, materiais e equipe adequada para consecução de todas as obrigações estabelecidas no Contrato, mantendo durante todo o Contrato condições necessárias para execução do Objeto, bem como assumir integralmente a responsabilidade civil e penal pela boa execução e eficiência dos serviços obrigatórios, assim como por quaisquer acidentes de trabalho na execução do objeto. Deverá a Sociedade realizar investimentos obrigatórios e modernização conforme cronograma e especificações no Anexo II e II - Projeto Básico ao Edital. A Sociedade deverá cumprir com todas as determinações legais e regulamentares quanto à legislação ambiental, tributária, trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho em relação aos seus empregados, prestadores de serviços, contratados ou subcontratados, dentre outras. A Sociedade deverá apresentar mensalmente informações detalhadas sobre a visitação verificada e receita auferidas do período. Deverá apresentar ao Poder Concedente, em até 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir do fim de cada trimestre suas demonstrações financeiras trimestrais completas, e apresentar anualmente e em até 120 (cento e vinte) dias, contados do encerramento do exercício, relatório auditado de sua situação contábil, incluindo, dentre outros itens, o balanço patrimonial e a demonstração de resultados correspondentes, além de relatório anual de conformidade, contendo a descrição das atividades realizadas e outros dados relevantes. **18.Eventos subsequentes:** Não ocorreram eventos subsequentes ao período contábil que possam alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Sociedade.

**Diretoria**
**Victor Serrano Pereira -** Diretor Administrativo Financeiro

**Responsável Técnico pelas Informações Contábeis**
**Ana Cristina Rodrigues - Contadora - CRC 1SP 141776/O-2**

### Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **Urbia Águas Claras S.A.** São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Urbia Águas Claras S.A. (“Sociedade”)** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

continua →

**Jornal O DIA SP**

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

→★ continuação

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis da Urbia Águas Claras S.A.**

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis da Sociedade. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de abril de 2024

BDO

**BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.**
CRC 2 SP 013846/O-1

**Diego Cavalcante Bastos**
Contador - CRC 1 SP 292913/O-9







## CKPAR Participações Societárias S/A

CNPJ 07.896.414/0001-90

**Demonstrações Financeiras**

**Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022** (Em milhares de Reais)

| Ativo | Notas | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 8 | 109 |
| Tributos a recuperar | 4 | 16 | 17 |
| Outros créditos | | - | 4 |
| | | **24** | **130** |
| **Não circulante** | | | |
| Investimento | 5 | 124.790 | 148.023 |
| | | **124.790** | **148.023** |
| **Total do ativo** | | **124.814** | **148.153** |
| **Passivo e patrimônio líquido** | **Notas** | **2023** | **2022** |
| **Circulante** | | | |
| Fornecedores | | 3 | - |
| Salários e encargos sociais a recolher | | 2 | 2 |
| Partes relacionadas | 6 | 200 | 1.600 |
| | | **205** | **1.602** |
| **Não circulante** | | | |
| Provisão para perdas com investimentos | 5 | - | 1.111 |
| Partes relacionadas | 6 | 1.400 | - |
| | | **1.400** | **1.111** |
| **Patrimônio líquido** | | | |
| Capital social | 7.1 | 99.482 | 120.425 |
| AFAC | | 3.515 | 1.161 |
| Reserva Legal | 7.2 | 1.695 | 1.922 |
| Reservas de lucros | 7.3 | 18.517 | 21.932 |
| | | **123.209** | **145.440** |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | **124.814** | **148.153** |

**Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022** (Em milhares de Reais)

| Receitas/(despesas) operacionais | Notas | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| Gerais e administrativas | 9 | (78) | (68) |
| Ganhos e perdas | | (8) | (2) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 5 | 4.276 | 9.615 |
| **Resultado operacional** | | **4.190** | **9.545** |
| Despesas financeiras | 10 | (7) | (12) |
| Receitas financeiras | 10 | 6 | 28 |
| **Resultado do exercício antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social** | | **4.189** | **9.561** |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 8 | - | - |
| **Lucro líquido do exercício** | | **4.189** | **9.561** |
| **Lucro líquido por ação** | | **1,17** | **2,03** |

**Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022** (Em milhares de Reais)

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Lucro líquido do exercício** | **4.189** | **9.561** |
| **Total do resultado abrangente do exercício** | **4.189** | **9.561** |

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022** (Em milhares de Reais)

| | Capital social | Adiantamento para futuro aumento de capital | Reservas legal | Reservas de lucros | Lucros/(prejuízos) acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | **96.801** | **-** | **1.444** | **28.271** | **-** | **126.516** |
| Ajuste de exercícios | - | - | - | (2) | - | **(2)** |
| Aumento de capital | 23.624 | - | - | - | - | **23.624** |
| Integralização de capital com reserva de lucros | - | - | - | (15.420) | - | **(15.420)** |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | 1.161 | - | - | - | **1.161** |
| Lucro do exercício | - | - | - | - | 9.561 | **9.561** |
| Transferência para reserva legal | - | - | 478 | - | (478) | **-** |
| Transferência para reserva de lucros | - | - | - | 9.083 | (9.083) | **-** |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2022** | **120.425** | **1.161** | **1.922** | **21.932** | **-** | **145.440** |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | 18.004 | - | - | - | **18.004** |
| Aumento de capital | 15.500 | (15.500) | - | - | - | **-** |
| Cisão Parcial | (36.443) | (150) | (436) | (7.395) | - | **(44.424)** |
| Lucro do exercício | - | - | - | - | 4.189 | **4.189** |
| Transferência para reserva legal | - | - | 209 | - | (209) | **-** |
| Transferência para reserva de lucros | - | - | - | 3.979 | (3.979) | **-** |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2023** | **99.482** | **3.515** | **1.695** | **18.517** | **-** | **123.209** |

**Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022** (Em milhares de Reais)

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Lucro líquido do exercício** | **4.189** | **9.561** |
| **Ajustes que não afetam caixa** | | |
| Dividendos desproporcionais | 8 | 2 |
| Resultado da equivalência patrimonial | (4.276) | (9.615) |
| | **(79)** | **(52)** |
| **Decréscimo nos ativos e passivos operacionais** | | |
| Impostos a recuperar | 1 | (5) |
| Outros créditos | 4 | (4) |
| Fornecedores | 3 | - |
| **Caixa gerado das operações** | **(71)** | **(61)** |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social pagos** | **-** | **-** |
| **Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais** | **(71)** | **(61)** |
| **Das atividades de investimento** | | |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | (1.282) | (10.598) |
| Distribuição de lucros | 1 | 4 |
| Baixas de investimentos | 43.303 | - |
| Aportes | (15.632) | - |
| **Caixa líquido das atividades de investimento** | **26.390** | **(10.594)** |
| **Das atividades de financiamento (com cotistas e com terceiros)** | | |
| Cisão Parcial | (44.424) | - |
| Contrato de mútuo | - | 1.300 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) | 2.504 | 1.161 |
| Aumento de capital social | 15.500 | 8.204 |
| **Caixa líquido das atividades de financiamento com acionistas** | **(26.420)** | **10.665** |
| **Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa** | **(101)** | **10** |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 109 | 99 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 8 | 109 |
| **Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa** | **(101)** | **10** |

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022** (Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

**1. Contexto operacional:** A CKPAR Participações Societárias S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações regida pelo seu estatuto e pela Lei nº 6.404/76 e suas alterações posteriores, com Sede na Av. Juscelino Kubitschek, 1400, 7º andar, sala 07, Itaim Bibi, no município de São Paulo, no Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social a participação societária, compra, venda, locação, arrendamento, desmembramento e loteamento de imóveis, incorporações imobiliárias, construções de imóveis destinados a venda, podendo praticar todos e quaisquer atos diretamente se relacionarem com tais. **2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e principais práticas contábeis:** As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia em 06 de março de 2024.

**3. Caixa e equivalentes de caixa**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Bancos | 1 | - |
| Aplicações financeiras | 7 | 109 |
| | **8** | **109** |

**4. Tributos a recuperar**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| IRRF a recuperar | 12 | 15 |
| IRPJ a recuperar PER/DCOMP | 4 | 2 |
| | **16** | **17** |

**5. Investimentos: a) Composição e natureza**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Asperbras Imp. e Exp. Ltda. **(i)** | 173 | (1.111) |
| Abitte Empreendimentos e Urbanismo Ltda. **(ii)** | 10.525 | 11.228 |
| Greenplac Tecnologia Indl. e Agron. Ltda. **(iii)** | 114.092 | 136.795 |
| | **124.790** | **146.912** |

**(i)** Corresponde a 10,50% do capital da referida investida, a qual possui como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras empresas, atividades de comercialização, importação e exportação de máquinas, equipamentos, produtos agropecuários (implementos agrícolas, mudas, sementes, defensivos agrícolas e insumos em geral, etc.) e industriais em geral, desenvolvimento de projetos e instalações industriais, nacional e internacional, consultoria e serviços em tecnologia de gestão industrial e agropecuária, serviços de engenharia (topográficos, geodésicos, estudos, projeto, direção, construção em geral, obras particulares ao saneamento urbano e rural, serviços de urbanismo, perfuração, restauração e mineração), gerenciamento e fiscalização de obras; **(ii)** Corresponde a 10% do capital da referida investida, a qual possui como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras empresas, atividades de comercialização, importação e exportação de máquinas, equipamentos, produtos agropecuários (implementos agrícolas, mudas, sementes, defensivos agrícolas e insumos em geral, etc.) e industriais em geral, desenvolvimento de projetos e instalações industriais, nacional e internacional, consultoria e serviços em tecnologia de gestão industrial e agropecuária, serviços de engenharia (topográficos, geodésicos, estudos, projeto, direção, construção em geral, obras particulares ao saneamento urbano e rural, serviços de urbanismo, perfuração, restauração e mineração), gerenciamento e fiscalização de obras; **(iii)** Corresponde a 10,50% do capital social da referida investida, a qual possui como objeto social a comercialização, importação e exportação de máquinas, equipamentos, produtos agropecuários (implementos agrícolas, mudas, sementes, defensivos agrícolas e insumos em geral e etc.) e indústria para produção de painéis de madeira industrializados, MDF (Medium Density Fiber Board), MDP (Medium Density Particle Board) e chapas de fibra, Produção, exploração e extração de madeira de eucalipto, desenvolvimento de projetos e instalações industriais em geral, nacional e internacional, assessoria, consultoria, orientação e assistência comercial e operacional, gerenciamento, fiscalização e serviços em tecnologia de gestão industrial e agropecuária, podendo praticar todos os atos que diretamente se relacionarem com tais objetivos, inclusive participar como sócia ou acionista em sociedade nacionais e internacionais e em sociedade em conta de participação.

| Movimentação | Saldos em 31/12/22 | Adições | Baixas | Dividendos | Ajuste | Equiv. | Afac | Saldos em 31/12/23 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Asperbras Imp. e Exp. Ltda. | (1.111) | | 333 | - | - | (40) | 991 | 173 |
| Abitte Empreend. e Urbanismo Ltda. | 11.228 | 3.766 | (2.598) | (1) | (8) | 1.521 | (3.383) | 10.525 |
| Greenplac Tecnologia Indl. e Agron. Ltda. | 136.795 | 11.865 | (41.038) | - | - | 2.795 | 3.675 | 114.092 |
| | **146.912** | **15.631** | **(43.303)** | **(1)** | **(8)** | **4.276** | **1.283** | **124. 790** |

**6. Contrato de mútuo: 6.1. Contrato de mútuo:** Os seguintes saldos estavam em aberto no final do período:

| Passivo | 2023 Circulante | 2023 Não circulante | 2022 Circulante | 2022 Não circulante |
|---|---|---|---|---|
| Jose Mauricio Caldeira | 100 | 700 | 800 | - |
| Rita de Cassia Wenceslau | 100 | 700 | 800 | - |
| | **200** | **1.400** | **1.600** | **-** |

**(a)** Saldo refere-se a mútuo celebrado entre as partes. **6.2. Remuneração dos Administradores:** Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia pagou aos Administradores honorários no montante de R$ 24 (R$ 18 em 2022). A remuneração da Diretoria e dos Administradores da Companhia é composta por:

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Pró-labore e encargos | 24 | 18 |
| | **24** | **18** |

**7. Patrimônio líquido: 7.1. Capital social:** O capital social totalmente subscrito em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 99.482 representado por 3.590.697 ações ordinárias sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2022 o capital social era de R$ 120.425 representado por 4.710.150 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

O capital social é composto como segue:

| | % 2023 | % 2022 | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|---|
| RM Agribusiness e Investimentos | 100,00% | 69,65 | 99.482 | 83.982 |
| Geraldo Antonio Kulaif | - | 3,50 | - | 3.181 |
| Asperbras Brasil | - | 26,85 | - | 33.262 |
| | **100,00** | **100,00** | **99.482** | **120.425** |

**7.2. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital**. 7.3. Reserva de lucros:** Refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos Administradores da Empresa e aprovado pelos Sócios. **8. Eventos subsequente:** Não ocorreram eventos subsequentes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

**A Diretoria** — **Patrícia Pansonato Garcia** - Contadora - CRC 1SP 230236/O-4

## Operador Investment S/A

CNPJ: 66.088.865/0001-60 - NIRE: 35300146166

**Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31/12/2023 e 2022** (Em reais)

**Balanços Patrimoniais**

| Ativo | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Ativo circulante | 334.793,59 | 322.981,66 |
| **Disponível:** Bancos e Caixas | 159.191,83 | 147.379,90 |
| Empréstimos a Receber | 175.358,32 | 175.358,32 |
| Impostos a Recuperar | 243,44 | 243,44 |
| **Não Circulante** | **5.068.982,05** | **5.068.982,05** |
| **Realizável a Longo Prazo** | **123.734,86** | **123.734,86** |
| Créditos e Valores | 31.734,86 | 31.734,86 |
| Títulos a Receber | 92.000,00 | 92.000,00 |
| Imobilizado | **4.945.247,19** | **4.945.247,19** |
| Bens em Operação - Custo | 5.053.437,19 | 5.053.437,19 |
| Depreciação | (108.190,00) | (108.190,00) |
| **Total do Ativo** | **5.403.775,64** | **5.391.963,71** |

| Passivo | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| **Passivo Circulante** | **395.436,07** | **394.936,07** |
| Contas a Pagar | 395.436,07 | 394.616,07 |
| **Patrimônio Líquido** | **5.008.339,57** | **4.997.027,64** |
| Capital Social | 9.983.161,00 | 9.983.161,00 |
| Prejuízos Acumulados | (4.974.821,43) | (4.986.133,36) |
| **Total do Passivo** | **5.403.775,64** | **5.391.963,71** |

**Diretoria**

**Alberto Douer**
Administrador

**Wellington Ramos da Silva**
CRC: 1SP260022/O-9 - Contador

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Lucro/Prejuízo do Exercício | 11.311,93 | 26.164,23 |
| **Ajuste para Reconciliar o Lucro Líquido ao Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais** | | |
| Ajustes para conciliar o lucro ao caixa gerado pelas atividades operacionais | - | (67.200,00) |
| **(Aumento) Diminuição no Ativo Circulante e não Circulante** | | |
| Títulos a Receber | - | 54.641,68 |
| Impostos a Recuperar | - | (4,07) |
| **(Aumento) Diminuição no Passivo Circulante e não Circulante** | | |
| Outras Contas a Pagar | 500,00 | 105.678,32 |
| **Caixa Líquido Gerado (Utilizado) das Atividades Operacionais** | **11.811,93** | **114.480,16** |
| **Caixa Líquido Gerado (Utilizado) pelas Atividades Operacionais, de Investimentos e de Financiamentos** | **11.811,93** | **114.480,16** |
| **Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras** | | |
| No Início do Exercício | 147.379,90 | 32.899,74 |
| No Fim do Exercício | 159.191,83 | 147.379,90 |
| **Aumento (Redução) em Caixa, Bancos e Aplicações Financ.** | **11.811,93** | **114.480,16** |

**Demonstrações do Resultado**

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| **Despesas (Receitas) Operacionais** | **13.540,20** | **30.964,23** |
| Despesas Administrativas | - | (320,00) |
| Despesas Gerais | (597,22) | - |
| Despesas Financeiras | (1.631,05) | (1.212,60) |
| Outras Receitas | 13.540,20 | 32.496,83 |
| **Créditos Vencidos e não Líquidados:** | | |
| **Resultado Operacional** | **11.311,93** | **30.964,23** |
| **Resultado antes dos Impostos** | **11.311,93** | **30.964,23** |
| Contribuição Social | - | (1.800,00) |
| Imposto de Renda | - | (3.000,00) |
| **Resultado do Exercício** | **11.311,93** | **26.164,23** |

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

| | Capital Realizado | Prejuízos Acumulados | Total |
|---|---|---|---|
| **Saldo em 31/12/2021** | **9.983.161,00** | **(5.032.297,59)** | **4.950.863,41** |
| Lucro Líquido do Exercício | - | 26.164,23 | - |
| **Saldo em 31/12/2022** | **9.983.161,00** | **(4.986.133,36)** | **4.997.027,64** |
| Prejuízo Líquido do Exercício | - | 11.311,93 | - |
| **Saldo em 31/12/2023** | **9.983.161,00** | **(4.974.821,43)** | **5.008.339,57** |

## Bauko Máquinas S/A

CNPJ - 62.092.754/0001-76

**Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)**

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.S.ª., o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31/12/23 e 31/12/22.

| Balanço Patrimonial | 31/12/23 | 31/12/22 |
|---|---|---|
| **Ativo Circulante** | **146.992.359** | **131.233.367** |
| Caixas / Bancos | 827.598 | 1.206.141 |
| Aplicações financeiras | 59.767.910 | 47.580.850 |
| Contas a Receber | 51.398.855 | 56.389.412 |
| Outras Contas a Receber | 262.540 | 4.117.597 |
| Impostos a Recuperar | 175.001 | 409.848 |
| Adiantamentos a Fornecedores | 532.611 | 341.560 |
| Estoque Máquinas para Revenda | 21.448.893 | 8.992.649 |
| Peças de Reposição | 12.280.052 | 11.939.167 |
| Seguros a Apropriar | 298.899 | 256.143 |
| **Não Circulante** | **54.434.748** | **57.215.530** |
| Depósito Judicial | 430.561 | 327.815 |
| Outros contas a receber | 12.500.000 | 12.500.000 |
| Participações Societárias | 18.384.771 | 16.527.691 |
| **Imobilizado** | **22.906.553** | **27.830.100** |
| Imóveis | 19.425.394 | 19.425.394 |
| Ativos para Locação | 14.734.050 | 19.243.061 |
| Outros Ativos | 11.040.687 | 8.741.838 |
| (-)Depreciação / Amortizações Acumulada | (22.293.578) | (19.580.193) |
| **Intangivel** | **212.863** | **29.924** |
| Programa de Informática | 430.954 | 199.677 |
| (-) Amortizações Acumulada | (218.091) | (169.753) |
| **Total do Ativo** | **201.427.107** | **188.448.897** |

| Balanço Patrimonial | 31/12/23 | 31/12/22 |
|---|---|---|
| **Passivo Circulante** | **78.562.173** | **68.812.700** |
| Fornecedores | 58.941.002 | 57.775.743 |
| Empréstimos e Financiamentos | 72.265 | 2.438.916 |
| Arrendamento Mercantil | 1.372.072 | 3.220.095 |
| Obrigações e provisões Trabalhistas e Sociais | 1.698.642 | 1.645.858 |
| Impostos a Recolher | 2.003.273 | 3.441.972 |
| Adiantamento de Clientes | 1.654.912 | 290.116 |
| Outros Contas pagar | 11.778.489 | – |
| Dividendos a pagar | 1.041.518 | – |
| **Não Circulante** | **1.234.540** | **3.295.276** |
| **Obrigações de Longo Prazo** | | |
| Empréstimos e Financiamentos | 1.234.540 | 1.945.375 |
| Arrendamento Mercantil | – | 1.349.901 |
| **Patrimônio líquido** | **121.630.394** | **116.340.921** |
| Capital Social | 88.221.511 | 100.000.000 |
| Reserva Legal | 10.560.240 | 9.259.868 |
| Reserva de Lucros | 22.848.643 | 7.081.053 |
| **Total do Passivo e Patrimônio Liquido** | **201.427.107** | **188.448.897** |

| Demonstração do Resultado | 31/12/23 | 31/12/22 |
|---|---|---|
| **Receita Operacional Bruta** | **470.575.082** | **418.535.189** |
| Receitas de Vendas Máquinas | 404.561.739 | 363.068.812 |
| Receitas de Locação | 6.400.489 | 5.967.375 |
| Receitas de Vendas Peças | 41.534.073 | 33.765.769 |
| Receitas de Serviços | 12.998.281 | 9.620.262 |
| Receitas de Vendas do Ativo Imobilizado | 5.080.500 | 6.112.971 |
| **Deduções das Vendas** | **(48.526.929)** | **(43.339.286)** |
| Abatimentos | (1.691.321) | (855.932) |
| Devoluções de Vendas | (6.168.592) | (3.519.515) |
| Impostos S/ Vendas | (40.667.016) | (38.963.839) |
| **Receita Operacional Líquida** | **422.048.153** | **375.195.903** |
| Custo das Mercadorias Vendidas | (348.863.133) | (297.834.906) |
| **Lucro Bruto** | **73.185.020** | **77.360.997** |
| Despesas Operacionais | (30.308.732) | (24.238.299) |
| Despesas Administrativas | (5.773.092) | (7.840.624) |
| Despesas Depreciação | (5.596.299) | (4.926.506) |
| Despesas (-) Outras Receitas | 3.744.512 | 2.109.062 |
| **Lucro / (Prejuízo) Operacional** | **35.251.409** | **42.464.630** |
| Resultado Financeiro Liquido | 270.635 | (12.468.542) |
| Resultado Equivalência Patrimonial | 1.857.080 | (2.571.348) |
| Receita Não operacional | – | 150.000 |
| **Lucro / (Prejuízo) Antes do IRPJ-CSLL** | **37.379.124** | **27.574.740** |
| Imposto de Renda | (8.308.472) | (14.874.899) |
| Contribuição Social | (3.063.219) | (5.439.065) |
| **Lucro / (Prejuízo) Líquido do exercício** | **26.007.433** | **7.260.776** |
| **Lucro / (Prejuízo) Líquido por ação (em R$)** | **8.669** | **2.420** |

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

| | Capital Social | Reserva Legal | Reserva de Lucros | Lucros Acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 01 de janeiro de 2022** | **154.615.000** | **8.896.830** | **24.200.019** | **–** | **187.711.849** |
| Lucro do Exercício | – | – | – | 7.260.776 | 7.260.776 |
| Redução de Capital | (54.615.000) | – | 54.615.000 | – | – |
| Dividendos Pagos | – | – | (82.591.704) | – | (82.591.704) |
| Dividendos Recebidos | – | – | 3.960.000 | – | 3.960.000 |
| Reserva Legal | – | 363.038 | – | (363.038) | – |
| Reserva de Lucros | – | – | 6.897.738 | (6.897.738) | – |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2022** | **100.000.000** | **9.259.868** | **7.081.053** | **–** | **116.340.921** |
| Lucro do exercício | – | – | – | 26.007.433 | 26.007.433 |
| Redução de Capital | (11.778.489) | – | – | – | (11.778.489) |
| Dividendos a pagar | – | – | (1.041.517) | – | (1.041.517) |
| Dividendos Pagos | – | – | (7.897.954) | – | (7.897.954) |
| Reserva Legal | – | 1.300.372 | – | (1.300.372) | – |
| Reserva de Lucros | – | – | 24.707.061 | (24.707.061) | – |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2023** | **88.221.511** | **10.560.240** | **22.848.643** | **–** | **121.630.394** |

**Demonstração do Fluxo de caixa - Método Indireto**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | |
| **Lucro Liquido do exercício antes do Imposto de renda e CSLL** | **37.379.124** | **27.574.740** |
| **Ajustes para conciliar o lucro ao caixa gerado pelas atividades operacionais** | | |
| Depreciação e amortização | 5.596.299 | 4.926.506 |
| Provisões Trabalhistas | 1.176.604 | 1.085.687 |
| Outras provisões | 72.710 | 89.481 |
| Resultado líquido na venda de ativo imobilizado | (3.497.166) | (1.942.457) |
| Outros Recebidos | – | 150.000 |
| Resultado Equivalência Patrimonial | (1.857.080) | 2.571.348 |
| **Lucro Liquido Ajustado** | **38.870.491** | **34.455.305** |
| **Variação nas contas operacionais** | | |
| Contas a receber de clientes | 4.990.557 | (40.654.232) |
| Estoques de Máquinas para revenda | (12.456.244) | (3.410.388) |
| Estoques de Peças para reposição | (340.885) | (1.096.494) |
| Imposto a Recuperar | 234.847 | (57.348) |
| Outras Contas a receber | 3.855.057 | 49.865.686 |
| Adiantamento Fornecedor | (191.051) | (284.684) |
| Seguros a Amortizar | (42.756) | (76.264) |
| Deposito Judicial | (102.746) | (94.348) |
| Fornecedores | 1.165.259 | 37.387.706 |
| Outros Contas a Pagar | 11.778.489 | – |
| Dividendos a pagar | 1.041.518 | – |
| Salarios e Encargos a pagar | 52.784 | (320.527) |
| Tributos a Recolher | (1.438.699) | 2.255.883 |
| IR e CS Social pago | (9.820.142) | (18.912.932) |
| Adiantamento de Clientes | 1.364.796 | (12.786.802) |
| **Caixa Liquido gerado pelas atividades operacionais** | **38.961.275** | **46.270.561** |
| **Fluxo de caixa das atividades de Investimentos** | | |
| Aquisição de Imobilizado | (1.702.846) | (10.740.224) |
| Recebimento Venda de Ativo | 5.080.500 | 6.112.971 |
| Valores a receber venda Partic. Societária | – | 12.500.000 |
| Outras Receitas recebidas | – | 88.888.398 |
| **Caixa Liquido gerado pelas atividades Investimentos** | **3.377.654** | **96.761.145** |
| **Fluxo de caixa das atividades de Financiamento** | | |
| Aumento/Redução de capital | (11.778.489) | (54.615.000) |
| Dividendos Recebidos Intercompany | – | 3.960.000 |
| Dividendos Pagos | (7.897.954) | (82.591.704) |
| Dividendos a Pagar | (1.041.518) | |
| Juros sobre o capital próprio pagos | (3.540.527) | (12.100.010) |
| Juros Pagos | 3.486 | 2.888 |
| Arrendamento mercantil | (3.197.924) | 2.937.096 |
| Empréstimos e Financiamentos | (3.077.486) | (1.024.624) |
| **Caixa liquido gerado pelas atividades de Financiamento** | **(30.530.412)** | **(143.431.354)** |
| **Aumento (Redução) no caixa e equivalente de caixa** | **11.808.517** | **(399.648)** |
| **Demonstrativo da variação no caixa e equivalente de caixa** | | |
| Saldo de caixa no INÍCIO do Período | 48.786.991 | 49.186.639 |
| Saldo de caixa no FINAL do Período | 60.595.508 | 48.786.991 |
| **Aumento (Redução) no caixa e equivalente de caixa** | **11.808.517** | **(399.648)** |

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**Contexto Operacional:** A Bauko é uma sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social: comercialização, distribuição, representação e locação por conta própria ou de terceiros, de veículos, máquinas e equipamentos utilizados em atividades de engenharia e construção civil, terraplenagem, agricultura e transportes em geral, inclusive das respectivas peças, acessórios, componentes e implementos e suporte ao produto dos equipamentos representados. **Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis da legislação societária e das normas contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Sumário das Principais Práticas Contábeis:** O resultado é apurado e contabilizado pelo regime de competência, os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição o imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas de acordo com as taxas de depreciação constantes nos Anexos I (bens relacionados na Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM anexos) e II (demais bens) **Imposto de Renda e Contribuição Social:** Calculados pelo regime de tributação lucro real considerando como base de calculo o lucro fiscal e os efeitos da lei 12.973/14 e Instrução Normativa 1515/14. **Capital / Reserva Legal:** R$ 88.221.511,46 (oitenta e oito milhões, duzentos e vinte e um mil, quinhentos e onze reais e quarenta e seis centavos), representado por 3.000 ações ordinárias sem valor nominal, totalmente integralizado, conforme ata de AGO/AGE datada de 11/09/2023, devidamente registrada na JUCESP sob o nº 1.002.777/22-7. A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro liquido do exercício. O Capital Social foi reduzido em R$ 11.778.488,54, cujo pagamento aos acionistas será realizado mediante transferência de Bens Imóveis da Sociedade pelos seus valores contábeis apurados na data da redução. A obrigação está lançada no Passivo Circulante como "Outras Contas à Pagar".

Osasco, Abril de 2024.

**A Administração** — **Thais da Silva Gomes Ferreira** - Contadora CRC 1SP330698/O-1

Dimensa

# DIMENSA S.A.

CNPJ nº 27.231.185/0001-00

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - *(Em milhares de Reais)*

| Ativo | Notas | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 629.248 | 644.269 | 644.956 | 653.282 |
| Garantias de investimentos | 16 | 291 | - | 291 | - |
| Contas a receber de clientes, líquidas | 7 | 22.780 | 19.280 | 29.964 | 21.969 |
| Tributos a recuperar | | 16.232 | - | 16.784 | 563 |
| Outros ativos | | 3.345 | 2.762 | 3.764 | 3.185 |
| | | **671.896** | **666.311** | **695.759** | **678.999** |
| **Não circulante** | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | |
| Garantias de investimentos | 16 | 14.373 | 5.163 | 14.373 | 5.163 |
| Contas a receber de clientes, líquidas | 7 | 403 | - | 403 | - |
| Créditos com empresas ligadas | | - | 20 | - | - |
| Ativo fiscal diferido | 8.2 | 12.271 | 5.910 | 12.271 | 5.954 |
| Outros ativos | | 248 | 468 | 273 | 655 |
| | | **27.295** | **11.561** | **27.320** | **11.772** |
| Investimentos | 10 | 116.376 | 183.200 | - | - |
| Imobilizado | 11 | 5.809 | 3.560 | 7.201 | 5.435 |
| Intangível | 12 | 52.643 | 8.415 | 148.346 | 183.887 |
| **Total do ativo** | | **874.019** | **873.047** | **878.626** | **880.093** |

| Passivo | Notas | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | | | |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 13 | 20.528 | 16.836 | 23.418 | 22.340 |
| Fornecedores | | 4.587 | 1.857 | 4.952 | 2.329 |
| Obrigações fiscais | 14 | 2.778 | 6.501 | 3.634 | 7.292 |
| Empréstimos e arrendamentos | 15 | 478 | 455 | 478 | 505 |
| Obrigações por aquisição de investimentos | 16 | 32.582 | 23.977 | 32.582 | 23.977 |
| Dividendos a pagar | 18 | - | 5.024 | 3 | 5.026 |
| Outros passivos | | 1.255 | 2.324 | 1.748 | 2.350 |
| | | **62.208** | **56.974** | **66.815** | **63.819** |
| **Não circulante** | | | | | |
| Empréstimos e arrendamentos | 15 | 1.123 | 1.601 | 1.123 | 1.601 |
| Obrigações por aquisição de investimentos | 16 | 23.180 | 69.514 | 23.180 | 69.514 |
| Passivo fiscal diferido | 8.2 | 350 | 313 | 350 | 313 |
| Obrigações fiscais | 14 | - | - | - | 199 |
| Outros passivos | | 8.232 | 8.024 | 8.232 | 8.026 |
| | | **32.885** | **79.452** | **32.885** | **79.653** |
| **Patrimônio líquido** | 17 | | | | |
| Capital social | | 123.384 | 56.139 | 123.384 | 56.139 |
| Reserva de capital | | 578.746 | 578.746 | 578.746 | 578.746 |
| Reservas de lucros | | 76.796 | 101.736 | 76.796 | 101.736 |
| | | **778.926** | **736.621** | **778.926** | **736.621** |
| **Total do passivo e do patrimônio líquido** | | **874.019** | **873.047** | **878.626** | **880.093** |

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - *(Em milhares de Reais)*

Controladora e Consolidado

| | Notas | Capital social | Reserva de capital | Reservas de lucros: Reserva legal | Reservas de lucros: Retenção de lucros | Lucros acumulados | Patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em 1 de janeiro de 2022** | | **56.139** | **579.084** | **2.933** | **27.540** | **-** | **665.696** |
| Plano de outorga de ações | 19 | - | (338) | - | - | - | (338) |
| Dividendos aprovados em assembleia | 18 | - | - | - | 7.344 | (3.188) | 4.156 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | 67.107 | 67.107 |
| Constituição de reservas | 18 | - | - | 3.355 | 60.564 | (63.919) | - |
| **Em 31 de dezembro de 2022** | | **56.139** | **578.746** | **6.288** | **95.448** | **-** | **736.621** |
| Aumento de capital | 17 | 56.139 | - | - | (56.139) | - | - |
| Aumento de capital com créditos de acionistas | 17 | 11.106 | - | - | - | - | 11.106 |
| Dividendos aprovados em assembleia | 18 | - | - | - | (6.082) | - | (6.082) |
| Juros sobre capital próprio | 18 | - | - | - | - | (41.692) | (41.692) |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | 78.973 | 78.973 |
| Constituição de reservas | 18 | - | - | 3.949 | 33.332 | (37.281) | - |
| **Em 31 de dezembro de 2023** | | **123.384** | **578.746** | **10.237** | **66.559** | **-** | **778.926** |

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - *(Em milhares de Reais)*

| | Notas | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Receita operacional líquida** | 21 | **188.457** | **165.600** | **237.384** | **202.164** |
| Custos de software | 22 | (84.364) | (72.216) | (88.423) | (86.275) |
| **Lucro bruto** | | **104.093** | **93.384** | **148.961** | **115.889** |
| **Receitas (despesas) operacionais** | | | | | |
| Pesquisa e desenvolvimento | 22 | (41.504) | (34.204) | (48.662) | (35.391) |
| Despesas comerciais e de marketing | 22 | (14.361) | (8.258) | (20.332) | (11.102) |
| Despesas gerais e administrativas | 22 | (29.778) | (25.343) | (45.215) | (42.124) |
| Outras (despesas)/receitas operacionais líquidas | 22 | (11.122) | 5.206 | (11.601) | 4.587 |
| **Lucro antes do resultado financeiro e da equivalência patrimonial** | | **7.328** | **30.785** | **23.351** | **31.859** |
| Receitas financeiras | 23 | 73.369 | 75.243 | 73.507 | 75.697 |
| Despesas financeiras | 23 | (7.137) | (11.904) | (7.419) | (12.230) |
| Resultado da equivalência patrimonial | 10.2 | 11.072 | (568) | - | - |
| **Lucro antes do imposto de renda e contribuição social** | | **84.632** | **93.556** | **89.239** | **95.326** |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 8 | (11.939) | (31.879) | (16.546) | (33.694) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 8 | 6.280 | 5.430 | 6.280 | 5.475 |
| **Total do imposto de renda e contribuição social** | | **(5.659)** | **(26.449)** | **(10.266)** | **(28.219)** |
| **Lucro líquido do exercício** | | **78.973** | **67.107** | **78.973** | **67.107** |

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - *(Em milhares de Reais)*

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| **Lucro líquido do exercício** | **78.973** | **67.107** | **78.973** | **67.107** |
| **Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes** | | | | |
| Plano de outorga de ações | - | (338) | - | (338) |
| **Total dos resultados abrangentes** | **78.973** | **66.769** | **78.973** | **66.769** |

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - *(Em milhares de Reais)*

| | Notas | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | | | | |
| **Lucro antes da tributação do imposto de renda e contribuição social** | | **84.632** | **93.556** | **89.239** | **95.326** |
| Ajustes por: | | | | | |
| Depreciação e amortização | 11\|12 | 3.985 | 2.106 | 7.986 | 6.402 |
| Pagamento baseado em ações | 19 | (95) | (338) | (95) | (338) |
| Perda (ganho) na baixa/venda de ativo imobilizado e intangível | | (200) | 357 | (178) | 595 |
| Provisão para perda esperada | 7 | 648 | (343) | 1.027 | (126) |
| Equivalência patrimonial | 10 | (11.072) | 568 | - | - |
| Provisão de outras obrigações e outros | | 11.702 | 4.790 | 11.702 | 4.792 |
| Juros e variações cambiais e monetárias, líquidos | | 5.028 | 1.757 | 5.029 | 1.764 |
| | | **94.628** | **102.453** | **114.710** | **108.415** |
| **Variação em ativos e passivos operacionais** | | | | | |
| Contas a receber de clientes | | (3.574) | 1.118 | (9.425) | 449 |
| Impostos a recuperar | | (16.217) | - | (16.694) | (331) |
| Outros ativos | | (10.584) | (1.747) | (10.462) | (1.118) |
| Obrigações sociais e trabalhistas | | 2.144 | (1.175) | 1.545 | 1.539 |
| Fornecedores | | 2.498 | 309 | 2.623 | 267 |
| Impostos a pagar | | 1.209 | (15.922) | (3.428) | (17.948) |
| Outras contas a pagar | | (1.467) | 3.551 | (1.000) | 3.273 |
| **Caixa gerado nas operações** | | **68.637** | **88.587** | **77.868** | **94.546** |
| Juros pagos | | (93) | (136) | (93) | (136) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | (16.975) | (15.391) | (16.975) | (16.189) |
| **Caixa líquido proveniente das atividades operacionais** | | **51.569** | **73.060** | **60.801** | **78.221** |
| **Fluxos de caixa (utilizado nas)/ proveniente das atividades de investimentos** | | | | | |
| Aumento de capital em controladas/coligadas | 10 | (3.100) | (7.137) | - | - |
| Dividendos recebidos | 10 | - | 69 | - | - |
| Pagamento pela aquisição de ativo imobilizado | 11 | (4.430) | (1.684) | (4.512) | (1.945) |
| Pagamento pela aquisição de intangível | 12 | (161) | - | (167) | (7) |
| Incorporação de controlada | | 5.499 | - | - | - |
| Aquisição de controlada, líquido de caixa | | - | (89.782) | - | (87.145) |
| Pagamento de obrigações por aquisição de investimentos | | (24.067) | (5.000) | (24.067) | (5.000) |
| Valor da venda de ativos imobilizados | | 1.116 | - | 1.116 | - |
| **Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento** | | **(25.143)** | **(103.534)** | **(27.630)** | **(94.097)** |
| **Fluxos de caixa (utilizado nas)/ proveniente das atividades de financiamento** | | | | | |
| Pagamento de principal de empréstimos | | - | - | (50) | - |
| Pagamento das parcelas de arrendamento mercantil | | (455) | (488) | (455) | (6.073) |
| Crédito com empresas ligadas | | 701 | - | 701 | - |
| Dividendos e juros sobre capital próprio pagos | | (41.693) | - | (41.693) | - |
| **Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento** | | **(41.447)** | **(488)** | **(41.497)** | **(6.073)** |
| **Redução de caixa e equivalentes de caixa** | | **(15.021)** | **(30.962)** | **(8.326)** | **(21.949)** |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 644.269 | 675.231 | 653.282 | 675.231 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | | 629.248 | 644.269 | 644.956 | 653.282 |

### DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - *(Em milhares de Reais)*

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| **1 - Receitas** | **215.134** | **191.687** | **267.134** | **231.666** |
| 1.1 - Vendas de mercadorias, produtos e serviços | 211.828 | 185.615 | 264.666 | 225.646 |
| 1.2 - Outras receitas | 3.974 | 5.729 | 3.495 | 5.894 |
| 1.3 - Provisão para perda esperada | (648) | 343 | (1.027) | 126 |
| **2 - Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)** | **(54.676)** | **(33.674)** | **(62.520)** | **(42.896)** |
| 2.1 Custos das mercadorias e serviços vendidos | (297) | 160 | (297) | 97 |
| 2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (39.276) | (33.834) | (47.120) | (42.993) |
| 2.3 Perda / Ativos em negociação | (15.103) | - | (15.103) | - |
| **3 - Valor adicionado bruto** | **160.478** | **158.013** | **204.614** | **188.770** |
| **4 - Depreciação e amortização** | **(3.985)** | **(2.106)** | **(7.986)** | **(6.402)** |
| **5 - Valor adicionado líquido produzido pela Companhia** | **156.493** | **155.907** | **196.628** | **182.368** |
| **6 - Valor adicionado recebido em transferência** | **84.441** | **74.675** | **73.507** | **75.697** |
| 6.1 Resultado de equivalência patrimonial | 11.072 | (568) | - | - |
| 6.2 Receitas financeiras | 73.369 | 75.243 | 73.507 | 75.697 |
| **7 - Valor adicionado total a distribuir** | **240.934** | **230.582** | **270.135** | **258.065** |
| **8 - Distribuição do valor adicionado** | **240.934** | **230.582** | **270.135** | **258.065** |
| **8.1 - Pessoal** | **121.664** | **100.030** | **138.198** | **118.797** |
| 8.1.1 Remuneração direta | 100.850 | 85.661 | 114.357 | 101.960 |
| 8.1.2 Benefícios | 12.595 | 7.842 | 14.479 | 8.912 |
| 8.1.3 FGTS | 8.219 | 6.527 | 9.362 | 7.925 |
| **8.2 - Impostos, taxas e contribuições** | **34.494** | **50.875** | **45.495** | **58.972** |
| 8.2.1 Federais | 28.654 | 45.875 | 38.227 | 52.808 |
| 8.2.3 Municipais | 5.840 | 5.000 | 7.268 | 6.164 |
| **8.3 - Juros e aluguéis** | **5.803** | **12.570** | **7.469** | **13.189** |
| 8.3.1 Juros | 7.138 | 11.904 | 7.419 | 12.230 |
| 8.3.2 Aluguéis | (1.335) | 666 | 50 | 959 |
| **8.4 - Remuneração de capitais próprios** | **78.973** | **67.107** | **78.973** | **67.107** |
| 8.4.1 Juros sobre capital próprio | 41.692 | - | 41.692 | - |
| 8.4.2 Dividendos pagos ou creditados aos acionistas | - | 3.188 | - | 3.188 |
| 8.4.3 Lucros retidos | 37.281 | 63.919 | 37.281 | 63.919 |

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 - *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

**1. Contexto operacional: 1.1. Informações gerais -** A Dimensa S.A. ("Dimensa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Desembargador Euclides da Silveira, nº 232, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Em 01 de outubro de 2021, foi concluída a transação envolvendo a subscrição, pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), de participação acionária minoritária representativa, de 37,5% do total de ações da Dimensa S.A., o qual a TOTVS S.A. passou a ter 62,5% de participação no capital social. **1.2. Operações -** A Companhia e suas controladas têm por objetivo prover soluções de gestão para o setor financeiro e de *fintechs*, através de amplo portfólio de soluções para o processamento e controle de *middle* e *back-office*, plataforma de soluções de core banking voltada a pequenos e médios bancos, plataforma de processamento e gestão para operações de cartões *private label*, além de uma plataforma de soluções de análise, automação e monitoramento para o mercado de crédito.

**2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia e suas controladas. As demonstrações financeiras que são apresentadas neste documento foram aprovadas em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de abril de 2024, após recomendação do Comitê de Auditoria em reunião realizada no dia 11 de abril de 2024. **2.2. Base de mensuração -** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. **2.3. Base de consolidação -** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor). A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando deixar de exercer o mencionado controle.

Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que deixar de exercer o controle sobre ela. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tem influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre a Companhia e suas controladas, são totalmente eliminados na consolidação. Perda de controle - Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia e suas controladas deixam de reconhecer os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia e suas controladas retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

| Investidas | Sede | Participação | Atividade principal | % de Participação 31/12/2023 | % de Participação 31/12/2022 |
|---|---|---|---|---|---|
| InovaMind Tech Ltda. ("InovaMind") (i) | BRA | Direta | Operação de software | - | 100,00% |
| Mobile2you Ltda. ("Mobile2you") (i) | BRA | Direta | Operação de software | - | 100,00% |
| RBM Web - Sistemas Inteligentes Ltda. ("RBM Web") | BRA | Direta | Operação de software | 100,00% | 100,00% |
| Credit Core Tecnologia de Crédito Ltda. ("Vadu") | BRA | Direta | Operação de software | 100,00% | 100,00% |
| Cobu Consulting & Business Ltda. ("Cobu") | BRA | Indireta | Operação de software | 100,00% | 100,00% |

(i) Em 2 de janeiro de 2023, as controladas Inovamind e Mobile2you foram incorporadas pela Dimensa, pelo acervo líquido de R$3.191 e R$1.757, respectivamente. Estas empresas foram avaliadas por peritos que emitiram os laudos de avaliação contábil do patrimônio líquido na data base de 31 de outubro de 2022 e suas variações patrimoniais ocorridas após a data base até a data da efetiva incorporação foram absorvidas pela Dimensa. **2.4. Resumo das práticas contábeis materiais -** A seguir, apresentaremos um resumo das práticas contábeis materiais adotadas pela Companhia e suas controladas, deixando em evidência somente as informações consideradas relevantes pela Administração. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação -** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b) Mensuração do valor justo -** A Companhia e suas controladas mensuram instrumentos financeiros a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 — preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2 — inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3 — inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças **c) Instrumentos financeiros - (i) Ativos Financeiros -** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação, conforme divulgado na nota 7. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia e suas controladas para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. **Mensuração subsequente -** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros ao custo amortizado -** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas ao custo amortizado incluem caixa e saldos bancários, garantia de investimentos e contas a receber de clientes. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado -** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **Desreconhecimento -** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia e suas controladas transferem seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, a Companhia e suas controladas avaliam se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia e suas controladas continuam a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia e suas controladas também reconhecem um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros -** Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas: • Divulgações para premissas significativas - nota 3; e • Contas a receber de clientes - nota 7. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia e suas controladas aplicam uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia e suas controladas não acompanham as alterações no risco de crédito, mas reconhecem uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. **(ii) Passivos Financeiros -** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil e obrigações por aquisição de investimentos. **Mensuração subsequente -** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao custo amortizado; e • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado -** Esta é a categoria mais relevante para a Companhia e suas controladas. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide nota 15. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado -** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/ IFRS 9 forem atendidos. A Companhia e suas controladas designaram algumas obrigações por aquisição de investimento (nota 16) de passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Desreconhecimento -** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **(ii) Compensação de instrumentos financeiros -** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **d) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros -** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças econômicas, operacionais e tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Para o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, o teste para perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil (ver nota 12.2). **e) Arrendamentos -** A Companhia e suas controladas, aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. O passivo de arrendamento da Companhia e suas controladas está apresentado na rubrica de "Empréstimos e arrendamentos" (nota 15). **f) Ajuste a valor presente de ativos e passivos -** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia e suas controladas concluíram que o ajuste ao valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **g) Intangíveis e Ágio -** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **Combinação de negócios e Ágio -** A Companhia e suas controladas usam o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia e suas controladas avaliam os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos (compra vantajosa), a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e suas controladas que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a estas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. **Pesquisa e desenvolvimento -** Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia e suas controladas tiverem a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. A vida útil dos ativos de desenvolvimento reflete o período de retorno financeiro de cada projeto. Durante o período de desenvolvimento, o ativo é testado anualmente para redução do valor recuperável. Os gastos de desenvolvimento capitalizados, quando os critérios acima descritos forem atendidos, incluem o custo de mão de obra que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. **h) Receitas e despesas -** As receitas são reconhecidas quando existe um contrato com o cliente, as obrigações de desempenho são identificadas, o preço da transação é mensurável e alocado de forma confiável e quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, quando aplicável. A Companhia e suas controladas segregam as receitas em receitas recorrentes e receitas não recorrentes da seguinte forma: **Receita de software recorrente -** A receita de software recorrente compreende: (i) assinatura de software, na qual os clientes têm acesso ao software em vários dispositivos simultaneamente em sua versão mais recente; (ii) manutenção, incluindo suporte técnico e evolução tecnológica; e (iii) serviços, incluindo computação em nuvem e atendimento ao cliente. A receita de software recorrente é reconhecida no resultado mensalmente ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados, a partir da data em que os serviços e software são disponibilizados ao cliente e todos os demais critérios de reconhecimento de receita são atendidos. A Companhia e suas controladas ativam os gastos de remuneração variável dos vendedores para obtenção de contratos pagos na venda de subscrição de software e amortizam este custo com base no tempo médio de permanência dos clientes. **Receita de software não recorrente -** A receita de software não recorrente compreende: (i) taxas de licenciamento, que transferem ao cliente o direito de uso do software por tempo indeterminado; e (ii) serviços de implementação e customização de softwares, serviços de consultoria e treinamento. (i) Taxa de licenciamento é reconhecida em determinado momento quando todos os riscos e benefícios inerentes a licença são transferidos ao comprador mediante a disponibilização do software e o valor pode ser mensurado de forma confiável, bem como seja provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia e suas controladas. (ii) As receitas de serviços de implementação e customização representam obrigação de desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os custos são incorridos em relação ao total de custos esperados, realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa válida de recebimento do cliente. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber. As receitas de serviços de consultoria e treinamento são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados. **Custos e despesas -** Os custos de softwares são compostos principalmente por salários do pessoal de consultoria e suporte e inclui custos de aquisição de banco de dados e o preço das licenças pagas a terceiros, no caso de softwares revendidos, bem como depreciação e amortização dos ativos relacionados aos custos de softwares. As despesas com pesquisa e desenvolvimento incorridas pela área de desenvolvimento de software relacionadas aos novos produtos ou às inovações tecnológicas dos softwares existentes, que não atingirem os critérios de capitalização, são registradas como despesas do exercício em que incorrem e são demonstradas separadamente das despesas comerciais e de marketing, despesas administrativas e outras despesas dentro do grupo de despesas operacionais. **i) Tributação - Impostos sobre vendas -** As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) 0,65% e 1,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,0% e 7,6%; • Imposto sobre Serviços (ISS) de 2% a 5%; • Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB) de 4,5%; e • Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) de 4% a 12%. Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas na demonstração do resultado. **Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos -** A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda e a Contribuição Social, aos quais está computada a alíquota nominal de 34% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os tributos diferidos ativos e/ ou passivos são reconhecidos somente na proporção da expectativa de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **j) Plano de remuneração baseado em ações -** Executivos e alguns empregados da Companhia e suas controladas recebem pagamentos baseado em ações, em que os beneficiários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais (transações liquidadas com títulos patrimoniais). O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados, utilizando um modelo de avaliação adequado, cujos detalhes são fornecidos na nota 19. Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados em conjunto com o correspondente aumento em valores a pagar para empresa controladora, ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou *vesting period*). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (*vesting date*) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Companhia e suas controladas sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representa a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Nenhuma despesa é reconhecida para outorgas que completam o seu período de aquisição por não terem sido cumpridas as condições de desempenho e/ou de serviços. Quando as outorgas incluem uma condição de mercado ou uma condição de não aquisição de direito, as transações são tratadas considerando o direito como adquirido independentemente de a condição de mercado ou a condição de não aquisição de direito ser satisfeitas, desde que todas as outras condições de desempenho e/ou serviços sejam satisfeitas. Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulte no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma outorga é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado. **k) Normas revisadas com adoção a partir de 01 de janeiro de 2023 -** A seguir apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2023 que não tiveram impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Companhia e suas controladas: • CPC 26/ IAS 1 e CPC 23/ IAS 8 - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes; • IFRS 17 - Contratos de seguro e alterações; • CPC 26/ IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2 - Divulgação de políticas contábeis; • CPC 23/ IAS 8 - Definição de estimativa contábil; • CPC 32/ IAS 12 - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **l) Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas mas não vigentes -** As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras, as quais a Companhia e suas controladas não esperam impactos significativos na aplicação destas alterações ou não se aplicam, estão abaixo apresentadas: • Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e à IAS 28/ CPC 18 (R2) - Venda ou contribuição na forma de ativos entre um investidor e sua coligada ou controlada em conjunto; • Alterações à IAS 1/ CPC 26 (R1) - Classificação do passivo como circulante ou não circulante/ Passivo não circulante com Covenants; • Alterações à IAS 7/ CPC 03 e IFRS 7/ CPC 40 - Acordos de financiamento de fornecedores; • Alterações à IFRS 16/ CPC 06 - Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"; • Alterações à IAS 21/ CPC 02 - Ausência de conversibilidade. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas divulgadas pela Companhia e suas controladas.

**3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

políticas contábeis da Companhia e suas controladas. **3.1. Julgamentos -** No processo de aplicação das políticas contábeis consolidadas, a Administração fez os seguintes julgamentos que podem ter efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: (i) Reconhecimento de receita: julgamentos relacionados à identificação das obrigações de performance das vendas de software, que incluem a taxa de licenciamento, serviço mensal de software e serviços de implementação/ customização que podem ter efeitos significativos no reconhecimento de receita de contrato com clientes. A Companhia e suas controladas concluíram que estas obrigações de performance são distintas uma vez que são vendidos separadamente, pois os serviços de implementação e customização também são oferecidos por outros fornecedores. (ii) Prazo de arrendamento: a Companhia e suas controladas determinam o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. **3.2. Estimativas e premissas -** As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo e que necessitam de um maior nível de julgamento e complexidade para as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas são: **(i) Provisão para perdas esperadas das contas a receber** – a Companhia e suas controladas utilizam uma matriz de provisão baseada nas taxas de perda histórica observadas pelo grupo para calcular a perda de crédito esperada. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e suas controladas e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber estão divulgadas na nota 7. **(ii) Valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ágio** – uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das unidades geradoras de caixa estão detalhadas na nota 12.2. **(iii) Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros** – quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não puder ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. A contraprestação contingente, resultante de combinações de negócios, é avaliada pelo valor justo na data da aquisição como parte da combinação de negócios. Quando a contraprestação contingente atende à definição de passivo financeiro, é subsequentemente reavaliada ao valor justo a cada data de reporte. O valor justo é baseado no fluxo de caixa descontado. As principais premissas consideram a probabilidade de atingir cada objetivo e o fator de desconto (vide nota 16 para mais detalhes). **(iv) Impostos diferidos** – ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para maiores detalhes ver nota 8.2. **(v) Receita de serviços não recorrentes** – o reconhecimento das receitas de serviços de implementação e customização de softwares requer o uso de estimativas na projeção de custos totais necessários para cumprir a obrigação de desempenho por contrato de cliente. A Companhia e suas controladas reavaliam estas estimativas periodicamente e replanejam as margens por contrato sempre que necessário. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisaram suas estimativas pelo menos anualmente. Maiores informações sobre estimativas e premissas aplicadas nos itens comentados acima estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

**4. Combinação de negócios: Combinação de negócios concluídas em 2022 -** InovaMind - Em 07 de janeiro de 2022, foi celebrado contrato de compra e venda para aquisição de 100% das quotas do capital social da startup InovaMind Tech Ltda. O valor pago à vista, incluindo o ajuste de preço foi no montante de R$15.446. Adicionalmente, o contrato previa o pagamento de preço de compra complementar variável, sujeito ao atingimento de determinadas metas para os exercícios de 2022 e 2023 no valor de R$3.661. A InovaMind é uma startup de inteligência artificial que utiliza big data para criar produtos e serviços digitais para empresas de todos os portes. Mobile2you - Em 31 de janeiro de 2022, foi celebrado o contrato de compra e venda para aquisição de 100% das quotas do capital social da Mobile2you Ltda. O valor pago à vista, incluindo o ajuste de preço foi no montante de R$17.316. Adicionalmente, o contrato previa pagamento de preço de compra complementar no valor de R$12.486 referente às metas relativas aos exercícios de 2022 e 2023. A Mobile2you é uma mobile-house responsável pelo desenvolvimento de aplicativos financeiros sob medida, para empresas que desejam iniciar a jornada de entrada no mercado de "*fintech*". Vadu - Em 29 de março de 2022, foi celebrado o contrato de compra e venda para aquisição de 100% das quotas do capital social da Vadu Ltda. O valor pago à vista, incluindo o ajuste de preço foi no montante de R$38.535. Adicionalmente, o contrato prevê pagamento de preço de compra complementar, sujeito ao atingimento de determinadas metas de desempenho da Vadu e ao cumprimento de outras condições. A Vadu é uma plataforma de soluções de análise, automação e monitoramento para o mercado de crédito, que com o uso de *Big Data* integrada à Inteligência Artificial, a plataforma atua em toda jornada do crédito. RBM - Em 17 de agosto de 2022, foi celebrado o contrato de compra e venda para aquisição da totalidade das quotas da RBM Web Sistemas Inteligentes Ltda. O valor pago à vista, incluindo o ajuste de preço foi no montante de R$18.485. O fechamento da transação ocorreu em 23 de setembro de 2022. A RBM oferece soluções 100% SaaS em core banking de fácil implantação com foco no mercado de fintechs, instituições financeiras e gestoras de recebíveis. A RBM oferece soluções 100% SaaS em *core banking* de fácil implantação com foco no mercado de fintechs, instituições financeiras e gestoras de recebíveis. A seguir apresentamos o resumo do valor justo da data da aquisição da contraprestação transferida das transações apresentadas acima:

| | | Empresas adquiridas em 2022 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em milhares de reais** | **Nota** | **InovaMind** | **Mobile2you** | **Vadu** | **RBM** | **Total** |
| Pagamento à vista | | 15.136 | 17.484 | 37.500 | 20.000 | **90.120** |
| Contraprestação contingente | 16 | 3.661 | 12.486 | 23.237 | 10.509 | **49.893** |
| Valor de parcelas retidas | 16 | 4.476 | 7.333 | 12.216 | 794 | **24.819** |
| Ajuste de preço | | 310 | (168) | 1.035 | (1.515) | **(338)** |
| **Total da contraprestação** | | **23.583** | **37.135** | **73.988** | **29.788** | **164.494** |

| | Empresas adquiridas em 2022 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Análise do fluxo de caixa da aquisição** | **InovaMind** | **Mobile2you** | **Vadu** | **RBM** | **Total** |
| Valor pago à vista | 15.446 | 17.316 | 38.535 | 18.485 | **89.782** |
| Caixa líquido adquirido da controlada | (1.608) | - | (924) | (105) | **(2.637)** |
| **Fluxo de caixa líquido da aquisição** | **13.838** | **17.316** | **37.611** | **18.380** | **87.145** |

Ativos identificáveis adquiridos e *Goodwill*: A seguir apresentamos informações dos ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos preliminares ao seu valor justo, o ágio e o custo da participação que impactaram as demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2022:

| | Empresas adquiridas em 2022 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Valor justo** | **InovaMind** | **Mobile2you** | **Vadu** | **RBM** | |
| *Data Base de aquisição* | *7/01/2022* | *31/01/2022* | *29/03/2022* | *23/09/2022* | **Total** |
| **Ativo circulante** | **2.648** | **609** | **1.814** | **1.064** | **6.135** |
| Caixa e equivalente de caixa | 1.608 | - | 924 | 105 | 2.637 |
| Contas a receber | 133 | 394 | 874 | 835 | 2.236 |
| Outros ativos circulantes | 907 | 215 | 16 | 124 | 1.262 |
| **Ativo não circulante** | **8.348** | **8.654** | **17.277** | **8.315** | **42.594** |
| Imobilizado | 8 | 487 | 205 | 1.315 | 2.015 |
| Software | 3.497 | 3.477 | 8.916 | 3.798 | 19.688 |
| Carteira de clientes | 4.288 | 3.864 | 7.980 | 3.181 | 19.313 |
| Marca | - | 8 | - | - | 8 |
| Não competição | 555 | 818 | - | - | 1.373 |
| Outros ativos não circulantes | - | - | 176 | 21 | 197 |
| **Passivo circulante** | **5.552** | **1.348** | **1.195** | **2.363** | **10.458** |
| Obrigações sociais e trabalhistas | - | 564 | 575 | 1.651 | 2.790 |
| Outros passivos | 5.552 | 784 | 620 | 712 | 7.668 |
| **Passivo não circulante** | **2** | **-** | **-** | **784** | **786** |
| **Ativos e passivo líquidos** | **5.442** | **7.915** | **17.896** | **6.232** | **37.485** |
| Valor pago à vista | 15.446 | 17.316 | 38.535 | 18.485 | 89.782 |
| Parcela de curto prazo | 1.790 | 6.738 | 10.543 | - | 19.071 |
| Parcela de longo prazo (i) | 6.347 | 13.081 | 24.910 | 9.083 | 53.421 |
| **Ágio na Operação** | **18.141** | **29.220** | **56.092** | **21.336** | **124.789** |

(i) Os pagamentos de longo prazo foram trazidos a valor presente para a data de aquisição.

O ágio apurado de R$124.789 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição e alinhados com a estratégia da Companhia e suas controladas. As contraprestações contingentes foram registradas ao valor justo na data de aquisição e estão sendo apresentadas na nota 16. Nas demonstrações financeiras consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as empresas adquiridas, alinhadas com a estratégia do grupo TOTVS contribuíram com uma receita líquida consolidada de R$37.276 e um lucro líquido de R$3.557, considerando o período após cada data de aquisição mencionada acima. Caso essas aquisições tivessem ocorrido em 01 de janeiro de 2022, a Administração estima que a contribuição na receita líquida consolidada seria de R$45.275 e o lucro líquido de R$2.636. O custo de transação envolvendo as aquisições destas empresas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$5.194, reconhecidos no resultado como despesas gerais e administrativas.

**5. Instrumentos financeiros dos ativos e passivos financeiros: 5.1. Análise dos instrumentos financeiros -** É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

| **Consolidado** | **Nota** | **Classificação por categoria** | **2023** | **2022** |
|---|---|---|---|---|
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | Valor justo por meio do resultado | 643.095 | 648.736 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | Custo amortizado | 1.861 | 4.546 |
| Garantias de investimentos | 16 | Custo amortizado | 14.664 | 5.163 |
| Contas a receber, liquidas | 7 | Custo amortizado | 30.367 | 21.969 |
| **Instrumentos Financeiros Ativos** | | | **689.987** | **680.414** |
| Empréstimos (i) | | | - | 50 |
| Contas a pagar e fornecedores | | Custo amortizado | 4.955 | 7.353 |
| Obrigação por aquisição de investimentos | 16 | Valor justo por meio do resultado | 23.161 | 71.841 |
| Obrigação por aquisição de investimentos | 16 | Custo amortizado | 32.601 | 21.650 |
| Outros passivos | | Custo amortizado | 103 | 14 |
| **Passivos financeiros** | | | **60.820** | **100.909** |

(i) O saldo não contempla arrendamento mercantil

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo: • Garantias de investimentos, contas a receber de clientes, outras contas a receber, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte, devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. • Empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. A Companhia e suas controladas utilizam a metodologia de fluxo de caixa descontado a taxa livre de risco para calcular o valor justo de empréstimos e financiamentos. O valor de empréstimos e arrendamentos nas demonstrações financeiras não diferem significativamente do seu valor justo. • Obrigação por aquisição de investimentos, inclui pagamentos contingentes de combinação de negócios e seu valor justo é estimado com base na performance das operações aplicadas aos múltiplos definidos em contrato (nota 16). **5.2. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros -** Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por contas a receber e a pagar, os quais estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, ou pelo valor justo quando aplicável, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia e suas controladas estão ligados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **a) Ativos financeiros -** Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, o CDI médio é de 13,21% ao ano e foi definido como cenário provável (cenário I). A partir deste, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III). Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2023, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

| **Operação** | **2023** | **Risco** | **Cenário I (Provável)** | **Cenário II** | **Cenário III** |
|---|---|---|---|---|---|
| Aplicações financeiras consolidadas | 643.921 | Redução | 13,21% | 9,91% | 6,61% |
| **Receita financeira estimada** | | CDI | **85.062** | **63.813** | **42.563** |

**5.3. Mudanças no passivo de atividade de financiamento -** Os passivos decorrentes de atividades de financiamento são passivos para os quais os fluxos de caixa foram ou serão classificados na demonstração dos fluxos de caixa como fluxos de caixa das atividades de financiamento. A seguir apresentamos as movimentações de passivos decorrentes de atividade de financiamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

| | | | Itens que não afetam caixa | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2022** | **Fluxo de caixa de financiamento (i)** | **Adição/ (Baixa)** | **Juros incorridos** | **Integralização de capital** | **2023** |
| Empréstimos (Nota 15) | 50 | (50) | - | - | - | - |
| Arrendamento mercantil (Nota 15) | 2.056 | (548) | - | 93 | - | 1.601 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (Nota 18) | 5.024 | (41.692) | 47.777 | - | (11.106) | 3 |
| **Total** | **7.130** | **(42.290)** | **47.777** | **93** | **(11.106)** | **1.604** |

| | | | Itens que não afetam caixa | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2021** | **Fluxo de caixa de financiamento (i)** | **Adição/ (Baixa)** | **Juros incorridos** | **Aquisição controlada** | **2022** |
| Empréstimos (Nota 15) | - | (399) | - | - | 449 | 50 |
| Arrendamento mercantil (Nota 15) | 9.973 | (5.810) | (7.429) | 135 | 5.187 | 2.056 |
| Dividendos a pagar (Nota 18) | 9.180 | - | (4.156) | - | - | 5.024 |
| **Total** | **19.153** | **(6.209)** | **(11.585)** | **135** | **5.636** | **7.130** |

(i) Contempla os juros pagos alocados no fluxo de caixa das atividades operacionais.

**5.4. Gestão de riscos financeiros -** Os principais riscos financeiros que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são: **a) Risco de Liquidez -** A liquidez do fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas é monitorada diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária. A Companhia e suas controladas reforçam o compromisso na gestão de recursos para a manutenção do seu cronograma de compromissos, mitigando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas. A tabela, a seguir, analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

| | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Em 31 de dezembro de 2023** | **Menos de um ano (i)** | **Entre um e dois anos (i)** | **Entre dois e cinco anos (i)** | **Mais de cinco anos** |
| Fornecedores | 4.952 | - | - | - |
| Empréstimos e arrendamentos | 548 | 1.097 | 91 | - |
| Obrigações por aquisição de investimentos | 29.114 | - | 19.804 | - |
| Outros passivos | 1.748 | 5.761 | - | - |
| **Em 31 de dezembro de 2022** | | | | |
| Fornecedores | 2.329 | - | - | - |
| Empréstimos e arrendamentos | 598 | 1.096 | 548 | 91 |
| Obrigações por aquisição de investimentos | 22.444 | 43.876 | 6.728 | 15.734 |
| Outros passivos | 2.353 | 5.538 | - | - |

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliáveis com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e outras obrigações. Normalmente, a Companhia e suas controladas garantem que tenham caixa à vista suficiente para cobrir despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras, isto exclui o impacto potencial de situações extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como por exemplo desastres naturais. A Companhia e suas controladas têm acessos a uma variedade suficiente de fontes de financiamento, caso necessário. **b) Risco de Crédito -** Risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a um prejuízo financeiro. Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de mercado. As aplicações financeiras devem ser alocadas em instituições cuja classificação de risco seja igual ou superior ao Risco Soberano (Risco Brasil) atribuído pelas agências de rating Standard & Poor's, Moody's ou Fitch, observado, que, no caso de aplicação em fundos de investimento, a referida classificação será substituída pela classificação "Grau de Investimento", atribuída pela ANBIMA, cuja alocação dos recursos deve ser, exclusivamente, em títulos públicos e/ ou crédito privado bancário, nesse último caso, limitado a 15% do PL do Fundo. O valor alocado em cada emissor, exceto União/ Títulos Públicos Federais, não pode superar 30% do montante total dos saldos em contas correntes somados aos das aplicações financeiras, como também não pode representar mais que 5% do patrimônio líquido do emissor ou fundo de investimento. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada também pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de crédito em que cada novo cliente tem a sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e condições normais de pagamento. Para as contas a receber da Companhia e suas controladas, a carteira de clientes é bastante diversificada, com baixo nível de concentração e estabelece uma estimativa de provisão para perdas que representa sua estimativa de perdas incorridas em relação às contas a receber. O principal componente desta provisão é específico e relacionado a riscos individuais significativos. **c) Risco de Mercado -** Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida e das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **d) Operações com derivativos -** A Companhia e suas controladas não possuem operações com derivativos financeiros nos períodos apresentados. **5.5. Gestão de capital -** O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições de rating e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia e suas controladas controlam sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequações às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia e suas controladas podem efetuar pagamentos de dividendos, recompra de ações, captação de novos empréstimos e emissões de debêntures. A Companhia e suas controladas compõem a estrutura de dívida líquida da seguinte forma: empréstimos e obrigações por aquisição de investimentos, deduzindo o saldo de caixa e equivalentes de caixa e garantias de investimentos.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2023** | **2022** | **2023** | **2022** |
| Empréstimos e arrendamentos (Nota 15) | 1.601 | 2.056 | 1.601 | 2.106 |
| Obrigações por aquisição de investimentos (Nota 16) | 55.762 | 93.491 | 55.762 | 93.491 |
| (-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 6) | (629.248) | (644.269) | (644.956) | (653.282) |
| (-) Garantias de investimentos (Nota 16) | (14.664) | (5.163) | (14.664) | (5.163) |
| **Dívida líquida** | **(586.549)** | **(553.885)** | **(602.257)** | **(562.848)** |
| Patrimônio líquido | 778.926 | 736.621 | 778.926 | 736.621 |
| **Patrimônio líquido e dívida líquida** | **192.377** | **182.736** | **176.669** | **173.773** |

**6. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia e suas controladas, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e sujeito a um risco mínimo na mudança de seu valor.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2023** | **2022** | **2023** | **2022** |
| Disponibilidades | 915 | 6 | 1.035 | 2.785 |
| **Equivalentes de caixa** | **628.333** | **644.263** | **643.921** | **650.497** |
| Fundo de investimento | 627.533 | 644.263 | 643.095 | 648.736 |
| CDB | 800 | - | 826 | 1.761 |
| **Total** | **629.248** | **644.269** | **644.956** | **653.282** |

A Companhia e suas controladas têm políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. A Companhia e suas controladas concentram seus investimentos em um fundo exclusivo de investimento. O fundo é composto por cotas de fundos de investimentos cuja carteira é formada por ativos de renda fixa e liquidez imediata. Os ativos elegíveis na estrutura da composição da carteira são principalmente títulos da dívida pública, que apresentam baixo risco de crédito e volatilidade. Os investimentos da Companhia e suas controladas são substancialmente remunerados com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que tiveram uma remuneração média mensal e efetiva de 93,99% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (106,91% em 31 de dezembro de 2022).

**7. Contas a receber de clientes:** A seguir apresentamos os montantes a receber:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2023** | **2022** | **2023** | **2022** |
| Mercado interno | 24.086 | 19.469 | 31.722 | 22.440 |
| Mercado externo | 54 | 76 | 54 | 76 |
| **Contas a receber bruto** | **24.140** | **19.545** | **31.776** | **22.516** |
| (-) Provisão para perda esperada | (957) | (265) | (1.409) | (547) |
| **Contas a receber líquido** | **23.183** | **19.280** | **30.367** | **21.969** |
| Ativo circulante | 22.780 | 19.280 | 29.964 | 21.969 |
| Ativo não circulante | 403 | - | 403 | - |

A movimentação da provisão para perdas esperadas do contas a receber é como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2023** | **2022** | **2023** | **2022** |
| **Saldo inicial** | **265** | **1.101** | **547** | **1.101** |
| Complemento de provisão, líquido da recuperação de créditos | 648 | (343) | 1.027 | (126) |
| Baixa de provisão por perdas | (71) | (493) | (165) | (494) |
| Combinação de negócios | - | - | - | 66 |
| Incorporação de controlada | 115 | - | - | - |
| **Saldo final** | **957** | **265** | **1.409** | **547** |

**7.1. Contas a receber de clientes por vencimento -** A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento (*aging list*) em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2023** | **2022** | **2023** | **2022** |
| A vencer | 17.926 | 11.558 | 25.562 | 14.165 |
| A faturar | 3.618 | 7.490 | 3.618 | 7.490 |
| **Títulos vencidos** | | | | |
| de 1 a 30 dias | 903 | 154 | 903 | 328 |
| de 31 a 60 dias | 410 | 45 | 410 | 96 |
| de 61 a 90 dias | 407 | 17 | 407 | 60 |
| de 91 a 180 dias | 298 | 18 | 298 | 64 |
| de 181 a 360 dias | 330 | 76 | 330 | 81 |
| Acima de 360 dias | 248 | 187 | 248 | 232 |
| **Contas a receber bruto** | **24.140** | **19.545** | **31.776** | **22.516** |
| (-) Provisão para perda esperada (i) | (957) | (265) | (1.409) | (547) |
| **Contas a receber líquido** | **23.183** | **19.280** | **30.367** | **21.969** |

(i) A provisão para perda esperada, em 31 de dezembro de 2023, está líquida da baixa pela realização da perda registrada em contrapartida do contas a receber no valor de R$71 (R$493 em 31 de dezembro de 2022) para a controladora e R$165 (R$494 em 31 de dezembro de 2022) para o consolidado.

A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes de software em geral é minimizado pelo fato de a composição de clientes da Companhia e suas controladas serem diluídas em quantidade e também pelos diversos segmentos de atuação. Em geral, a Companhia e suas controladas não requerem garantias sobre as vendas a prazo

**8. Tributos sobre o Lucro:** O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, foram computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa acumulados, respectivamente, bem como diferenças temporárias. **8.1. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social -** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2023** | **2022** | **2023** | **2022** |
| **Lucro antes da tributação** | **84.632** | **93.556** | **89.239** | **95.326** |
| Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal combinada de 34% | (28.775) | (31.809) | (30.341) | (32.411) |
| Ajustes para a demonstração da taxa efetiva | | | | |
| Equivalência patrimonial | 5.045 | 1.210 | - | - |
| Lei 11.196/05 - Incentivo à P&D (i) | 4.500 | 4.411 | 4.500 | 4.411 |
| Juros sobre capital próprio | 14.175 | - | 14.175 | - |
| Efeito de controladas com alíquotas diferenciadas | - | - | 2.218 | (543) |
| Participação de administradores | (946) | (537) | (946) | (537) |
| PAT (programa de alimentação do trabalhador) | 218 | 371 | 264 | 378 |
| Outros | 124 | (95) | (136) | 483 |
| **Despesa de imposto de renda e contribuição social** | **(5.659)** | **(26.449)** | **(10.266)** | **(28.219)** |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | (11.939) | (31.879) | (16.546) | (33.693) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 6.280 | 5.430 | 6.280 | 5.474 |
| **Taxa efetiva** | **6,7%** | **28,3%** | **11,5%** | **29,6%** |

(i) A legislação tributária brasileira prevê um mecanismo de fomento ao desenvolvimento tecnológico do país, que concede incentivos fiscais às empresas que desenvolvam atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de inovação tecnológica.

**8.2. Composição do imposto de renda e contribuição social**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2023** | **2022** | **2023** | **2022** |
| **Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social** | - | - | - | - |
| **Decorrentes de diferenças temporárias:** | | | | |
| Benefício fiscal pela amortização de ágio | (4.597) | (1.061) | (4.597) | (1.061) |
| Diferença entre base fiscal e contábil de ágio | 1.406 | - | 1.406 | - |
| Receitas ou faturamentos antecipados | (24) | (768) | (24) | (768) |
| Provisão para perda esperada | 325 | 90 | 325 | 129 |
| Provisão de fornecedores | 1.101 | 368 | 1.101 | 368 |
| Provisão para remuneração baseado em ações | 2.332 | 2.364 | 2.332 | 2.364 |
| Ajuste a valor presente | 6.083 | 3.808 | 6.083 | 3.808 |
| Participação nos lucros e resultados | - | 831 | - | 831 |
| Provisão para impairment | 5.135 | - | 5.135 | - |
| Outras | 160 | (36) | 160 | (30) |
| **Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos** | **11.921** | **5.596** | **11.921** | **5.641** |
| Ativo fiscal diferido | 12.271 | 5.910 | 12.271 | 5.954 |
| Passivo fiscal diferido | 350 | 313 | 350 | 313 |

A Companhia está apresentando o imposto de renda e contribuição social diferidos de forma líquida no ativo não circulante ou passivo não circulante por entidade jurídica.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2023** | **2022** | **2023** | **2022** |
| **Em 01 de janeiro de 2023** | 5.596 | 166 | 5.641 | 166 |
| Despesa da demonstração de resultado | 6.280 | 5.430 | 6.280 | 5.475 |
| Incorporação de controlada | 45 | - | - | - |
| **Em 31 de dezembro de 2023** | **11.921** | **5.596** | **11.921** | **5.641** |

**9. Saldos e transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes, dos quais os saldos entre Controladora e Controladas são eliminados para fins de consolidação. **9.1. Créditos e obrigações com controladas -** Os principais saldos de ativos, passivos, receitas e custos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são assim demonstrados:

| | 2023 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Empresa** | **Contas a receber** | **Contas a pagar** | **Outros passivos (i)** | **Receitas (ii)** | **Custos (iii)** |
| TOTVS (iv) | 170 | 315 | 2.471 | 1.927 | 13.474 |
| RBM | - | - | - | 685 | - |
| Credit Core | - | - | - | 1.102 | 55 |
| Supplier | - | - | - | 369 | - |
| Feedz | - | - | - | - | 36 |
| **Total** | **170** | **315** | **2.471** | **4.083** | **13.565** |

| | 2022 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Empresa** | **Contas a receber** | **Outros ativos** | **Contas a pagar** | **Outros passivos (i)** | **Receitas (ii)** | **Custos (iii)** |
| Credit Core | 60 | - | - | - | 60 | 90 |
| InovaMind | 122 | 10 | - | - | 122 | - |
| Mobile2you | 74 | 10 | 98 | - | 74 | 209 |
| RBM | 20 | - | - | - | 20 | - |
| Supplier | - | - | - | - | 477 | - |
| TOTVS (iv) | 74 | - | 18 | 2.486 | 6.392 | 8.378 |
| **Total** | **350** | **20** | **116** | **2.486** | **7.145** | **8.677** |

(i) Referem-se aos valores dos planos de remuneração baseado em ações. (ii) Referem-se aos valores dos sublicenciamentos de softwares. (iii) Referem-se aos valores das atividades de back-office. (iv) Referem-se ao contrato de compartilhamento de despesas e contrato de parceria para comercialização de soluções da TOTVS.

**9.2. Remuneração dos administradores -** As despesas com remuneração dos administradores e estatutários da Companhia são resumidas como segue:

| | **2023** | **2022** |
|---|---|---|
| Salários, honorários e encargos sociais | 4.943 | 3.758 |
| Previdência privada | 83 | 70 |
| Bônus variáveis | 2.716 | 1.578 |
| Pagamento baseado em ações | 1.877 | 4.083 |
| **Total** | **9.619** | **9.489** |

**10. Investimentos:** Os investimentos da Companhia e suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial. Os detalhes dos investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto estão a seguir apresentados:

**10.1. Investimentos em controladas**

| | Controladora | |
|---|---|---|
| | **2023** | **2022** |
| Investimentos em controladas e coligadas | 20.685 | 7.736 |
| Ágio sobre mais valia de ativos | 95.691 | 175.464 |
| | **116.376** | **183.200** |

**10.2. Movimentações dos investimentos -** A movimentação da conta de investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é como segue:

| | | | Equivalência patrimonial | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **31/12/2022** | **Adição / (Redução)** | **Equivalência patrimonial** | **Amortização de PPA** | **Total** | **Incorporação** | **Ajuste de PPA** | **31/12/2023** |
| InovaMind | 28.428 | - | - | - | - | (28.428) | - | - |
| Mobile2you | 38.142 | - | - | - | - | (38.142) | - | - |
| Vadu | 74.456 | - | 15.131 | (2.462) | 12.669 | - | - | 87.125 |
| RBM Web | 42.174 | 3.100 | (294) | (1.303) | (1.597) | - | (14.426) | 29.251 |
| | **183.200** | **3.100** | **14.837** | **(3.765)** | **11.072** | **(66.570)** | **(14.426)** | **116.376** |

| | | | | Equivalência patrimonial | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **31/12/2021** | **Adição/ (Redução)** | **Dividendos** | **Equivalência Patrimonial** | **Amortização de PPA** | **Total** | **Combinação de Negócios** | **31/12/2022** |
| InovaMind | - | 5.137 | - | 916 | (1.208) | (292) | 23.583 | 28.428 |
| Mobile2you | - | 500 | - | 1.579 | (1.071) | 508 | 37.134 | 38.142 |
| Vadu | - | 500 | - | 1.815 | (1.847) | (32) | 73.988 | 74.456 |
| RBM Web | - | 1.000 | (69) | (752) | - | (752) | 41.995 | 42.174 |
| **Total** | **-** | **7.137** | **(69)** | **3.558** | **(4.126)** | **(568)** | **176.700** | **183.200** |

**10.3. Informações em controladas diretas e empreendimentos controlados em conjunto**

| | Informações Contábeis resumidas das controladas em 31 de dezembro de 2023 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Ativo** | **Passivo** | **Patrimônio líquido** | **Receita líquida** | **Resultado do exercício** |
| Vadu | 21.784 | 3.338 | 18.446 | 37.080 | 15.131 |
| RBM Web | 3.507 | 1.268 | 2.239 | 11.846 | (294) |

| | Informações Contábeis resumidas das controladas em 31 de dezembro de 2022 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Ativo** | **Passivo** | **Patrimônio líquido** | **Receita líquida** | **Resultado do exercício** |
| InovaMind | 3.973 | 819 | 3.154 | 9.358 | 916 |
| Mobile2you | 3.385 | 1.551 | 1.834 | 12.624 | 1.579 |
| Vadu | 5.325 | 2.010 | 3.315 | 15.138 | 1.815 |
| RBM Web | 2.107 | 2.674 | (567) | 2.988 | (752) |

**11. Imobilizado:** O imobilizado da Companhia e suas controladas é registrado ao custo de aquisição e a depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens. Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados nos quadros a seguir:

| | Controladora | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Computadores e equipamentos eletrônicos** | **Veículos** | **Instalações, máquinas e equipamentos** | **Benfeitorias em móveis arrendados** | **Direito de uso de imóveis (i)** | **Outros** | **Total do imobilizado** |
| **Custo** | | | | | | | |
| **Saldos em 01/01/2022** | **1.436** | **1.191** | **10** | **-** | **10.805** | **1** | **13.443** |
| Adições | 482 | 1.053 | 5 | 106 | - | 38 | 1.684 |
| Baixas | (948) | (716) | - | - | (7.429) | (2) | (9.095) |
| **Saldos em 31/12/2022** | **970** | **1.528** | **15** | **106** | **3.376** | **37** | **6.032** |
| Adições | 2.017 | 2.354 | 3 | - | - | 56 | 4.430 |
| Incorporação de controlada | 471 | - | 22 | - | - | - | 493 |
| Baixas | (12) | (1.492) | - | - | - | (9) | (1.513) |
| **Saldos em 31/12/2023** | **3.446** | **2.390** | **40** | **106** | **3.376** | **84** | **9.442** |
| **Depreciação** | | | | | | | |
| **Saldos em 01/01/2022** | **(1.155)** | **(382)** | **(4)** | **-** | **(953)** | **(2)** | **(2.496)** |
| Depreciação do exercício | (289) | (452) | (1) | (10) | (530) | (3) | (1.285) |
| Baixas | 948 | 361 | - | - | - | - | 1.309 |
| **Saldos em 31/12/2022** | **(496)** | **(473)** | **(5)** | **(10)** | **(1.483)** | **(5)** | **(2.472)** |
| Depreciação do exercício | (458) | (607) | (4) | (23) | (454) | (27) | (1.573) |
| Incorporação de controlada | (178) | - | (6) | - | - | - | (184) |
| Baixas | 4 | 589 | - | - | - | 3 | 596 |
| **Saldos em 31/12/2023** | **(1.128)** | **(491)** | **(15)** | **(33)** | **(1.937)** | **(29)** | **(3.633)** |
| **Valor residual** | | | | | | | |
| **Saldos em 31/12/2023** | **2.318** | **1.899** | **25** | **73** | **1.439** | **55** | **5.809** |
| **Saldos em 31/12/2022** | **474** | **1.055** | **10** | **96** | **1.893** | **32** | **3.560** |
| Taxa média de depreciação anual | 20% a 25% | 33% | 6,7% a 25% | 10% a 33% | 10% a 33% | 20% | |

| | Consolidado | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Computadores e equipamentos eletrônicos** | **Veículos** | **Instalações, máquinas e equipamentos** | **Benfeitorias em móveis arrendados** | **Direito de uso de imóveis (i)** | **Outros** | **Total do imobilizado** |
| **Custo** | | | | | | | |
| **Saldos em 01/01/2022** | **1.436** | **1.191** | **10** | **-** | **10.805** | **1** | **13.443** |
| Adições | 717 | 1.053 | 7 | 106 | - | 62 | 1.945 |
| Combinação de negócios | 1.170 | - | 33 | 296 | - | 721 | 2.220 |
| Baixas | (1.075) | (716) | (7) | - | (7.429) | (155) | (9.382) |
| **Saldos em 31/12/2022** | **2.248** | **1.528** | **43** | **402** | **3.376** | **629** | **8.226** |
| Adições | 2.095 | 2.355 | 3 | - | - | 59 | 4.512 |
| Combinação de negócios | 4 | - | - | - | - | - | 4 |
| Baixas | (12) | (1.492) | (2) | - | - | (34) | (1.540) |
| **Saldos em 31/12/2023** | **4.335** | **2.391** | **44** | **402** | **3.376** | **654** | **11.202** |
| **Depreciação** | | | | | | | |
| **Saldos em 01/01/2022** | **(1.155)** | **(382)** | **(4)** | **-** | **(953)** | **(2)** | **(2.496)** |
| Depreciação do exercício | (427) | (453) | (4) | (13) | (530) | (29) | (1.456) |
| Combinação de negócios | (162) | 1 | (4) | (2) | - | (37) | (204) |
| Baixas | 979 | 361 | 1 | - | - | 24 | 1.365 |
| **Saldos em 31/12/2022** | **(765)** | **(473)** | **(11)** | **(15)** | **(1.483)** | **(44)** | **(2.791)** |
| Depreciação do exercício | (628) | (607) | (4) | (35) | (454) | (80) | (1.808) |
| Baixas | 6 | 589 | - | - | - | 3 | 598 |
| **Saldos em 31/12/2023** | **(1.387)** | **(491)** | **(15)** | **(50)** | **(1.937)** | **(121)** | **(4.001)** |
| **Valor residual** | | | | | | | |
| **Saldos em 31/12/2023** | **2.948** | **1.900** | **29** | **352** | **1.439** | **533** | **7.201** |
| **Saldos em 31/12/2022** | **1.483** | **1.055** | **32** | **387** | **1.893** | **585** | **5.435** |
| Taxa média de depreciação anual | 20% a 25% | 33% | 6,7% a 25% | 10% a 33% | 10% a 33% | 20% | |

(i) A Companhia e suas controladas aplicaram exceções da norma para contratos de curto prazo e baixo valor, registrados na despesa de aluguel em 31 de dezembro de 2023 no valor de R$50 (R$654 em 31 de dezembro de 2022).

Anualmente, a Companhia e suas controladas avaliam indicadores que possam impactar a estimativa de vida útil de seus ativos, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não houve indícios de mudanças significativas.

**12. Intangível:** Os detalhes dos intangíveis e da movimentação dos saldos desse grupo estão apresentados a seguir:

| Controladora | Software | Carteira de clientes | Ativos de desenvolvimento | Outros (i) | Ágio | Total do intangível |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Custo** | | | | | | |
| **Saldos em 01/01/2022** | - | - | 1.712 | - | 8.378 | 10.090 |
| **Saldos em 31/12/2022** | - | - | 1.712 | - | 8.378 | 10.090 |
| Adições | - | - | 161 | - | - | 161 |
| Incorporação de Controlada | 6.974 | 8.151 | - | 1.373 | 47.361 | 63.859 |
| Provisão para impairment | - | - | - | - | (15.102) | (15.102) |
| **Saldos em 31/12/2023** | **6.974** | **8.151** | **1.873** | **1.373** | **40.637** | **59.008** |
| **Amortização** | | | | | | |
| **Saldos em 01/01/2022** | - | - | **(854)** | - | - | **(854)** |
| Amortização do exercício | - | - | (821) | - | - | (821) |
| **Saldos em 31/12/2022** | - | - | **(1.675)** | - | - | **(1.675)** |
| Amortização do exercício | (1.395) | (782) | (37) | (198) | - | (2.412) |
| Incorporação de Controlada | (1.337) | (753) | - | (188) | - | (2.278) |
| **Saldos em 31/12/2023** | **(2.732)** | **(1.535)** | **(1.712)** | **(386)** | - | **(6.365)** |
| **Valor residual** | | | | | | |
| **Saldos em 31/12/2023** | **4.242** | **6.616** | **161** | **987** | **40.637** | **52.643** |
| **Saldos em 31/12/2022** | - | - | **37** | - | **8.378** | **8.415** |
| Taxa média de amortização anual | 10% a 20% | 10% a 12,5% | 20% a 50% | 10% a 50% | | |

| Consolidado | Software | Carteira de clientes | Ativos de desenvolvimento | Outros (i) | Ágio | Total do intangível |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Custo** | | | | | | |
| **Saldos em 01/01/2022** | - | - | 1.712 | - | 8.378 | 10.090 |
| Adições | - | - | - | 7 | - | 7 |
| Combinação de negócios | 23.239 | 17.981 | - | 1.382 | 136.996 | 179.598 |
| Baixas | - | - | - | (8) | - | (8) |
| **Saldos em 31/12/2022** | **23.239** | **17.981** | **1.712** | **1.381** | **145.374** | **189.687** |
| Adições | - | - | 161 | 6 | - | 167 |
| Combinação de negócios | (3.551) | 1.331 | - | - | (12.206) | (14.426) |
| Provisão para impairment | - | - | - | - | (15.102) | (15.102) |
| Baixas | - | - | - | (2) | - | (2) |
| **Saldos em 31/12/2023** | **19.688** | **19.312** | **1.873** | **1.385** | **118.066** | **160.324** |
| **Amortização** | | | | | | |
| **Saldos em 01/01/2022** | - | - | **(854)** | - | - | **(854)** |
| Amortização do exercício | (2.674) | (1.263) | (821) | (188) | - | (4.946) |
| **Saldos em 31/12/2022** | **(2.674)** | **(1.263)** | **(1.675)** | **(188)** | - | **(5.800)** |
| Amortização do exercício | (4.128) | (1.815) | (37) | (198) | - | (6.178) |
| **Saldos em 31/12/2023** | **(6.802)** | **(3.078)** | **(1.712)** | **(386)** | - | **(11.978)** |
| **Valor residual** | | | | | | |
| **Saldos em 31/12/2023** | **12.886** | **16.234** | **161** | **999** | **118.066** | **148.346** |
| **Saldos em 31/12/2022** | **20.565** | **16.718** | **37** | **1.193** | **145.374** | **183.887** |
| Taxa média de amortização anual | 10% a 20% | 10% a 12,5% | 20% a 50% | 10% a 50% | | |

(i) Contempla basicamente direito de não concorrência oriundos de alocação de preço de compra das combinações de negócios.

A amortização dos ativos intangíveis está baseada em suas vidas úteis estimadas. Os ativos intangíveis identificados, os valores reconhecidos e as vidas úteis dos ativos gerados em combinação de negócios são fundamentadas em estudo técnico de empresa especializada independente.

**12.1. Movimentação do Ágio:** A seguir apresentamos a composição dos ágios em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

| | 2021 | Combinação de negócios | 2022 | Combinação de negócios | Provisão impairment | 2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Passlack | 8.378 | - | 8.378 | - | - | 8.378 |
| Inovamind Tech | - | 18.141 | 18.141 | - | (9.963) | 8.178 |
| Mobile2You | - | 29.220 | 29.220 | - | (5.139) | 24.081 |
| Credit Core Vadu | - | 56.093 | 56.093 | - | - | 56.093 |
| RBM Web | - | 33.542 | 33.542 | (12.206) | - | 21.336 |
| **Total** | **8.378** | **136.996** | **145.374** | **(12.206)** | **(15.102)** | **118.066** |

**12.2. Análise do valor recuperável de ativos -** As unidades geradoras de caixa ("UGCs") da Companhia são definidas a partir da visão de negócio que a Administração tem sobre seus negócios, levando em consideração as aquisições de empresas ao longo do ano. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia testou individualmente as empresas adquiridas em 2022: Inovamind, Mobile2you, Vadu e RBM. Para fins de teste de impairment, as premissas adotadas para projeção dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios da Companhia e suas controladas, aprovado anualmente pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração em relação às condições econômicas que existirão durante a vida econômica destes ativos para as diferentes unidades geradoras de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 10 anos. A partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. As projeções de crescimento do fluxo foram efetuadas em termos nominais. As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são: • **Taxa de desconto -** representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos a cada unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas de cada UGC. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados pela taxa de desconto nominal entre 13,20% a.a. (pre-tax) a 15,58% a.a. (pre-tax). • **Perpetuidade -** a taxa de crescimento nominal utilizada para extrapolar as projeções foi entre 5% e 5,5%. O teste de recuperação dos ativos intangíveis e ágios da Companhia e suas controladas, realizados anualmente, resultou na necessidade de provisão para perda nas demonstrações financeiras, no valor de R$15.102 visto que o valor recuperável estimado da unidade geradora de caixa Inovamind e Mobile2you foi inferior ao valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2023 e foi registrado na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais". Em 31 de dezembro de 2022 não houve a necessidade de constituição de provisão para perda.

**13. Obrigações sociais e trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 os saldos de salários e encargos a pagar são assim compostos:

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| **Obrigações trabalhistas** | | | | |
| Salários a pagar | 3.933 | 2.545 | 4.712 | 3.871 |
| Férias a pagar | 9.880 | 7.337 | 11.250 | 9.399 |
| Participação nos resultados e bônus | 880 | 3.103 | 880 | 3.103 |
| IRRF a recolher | 3.566 | 2.338 | 3.789 | 2.942 |
| Outros | 545 | 189 | 551 | 194 |
| | **18.804** | **15.512** | **21.182** | **19.509** |
| **Obrigações sociais** | | | | |
| FGTS a pagar | 826 | 636 | 956 | 916 |
| INSS a pagar | 898 | 688 | 1.280 | 1.915 |
| | **1.724** | **1.324** | **2.236** | **2.831** |
| **Total** | **20.528** | **16.836** | **23.418** | **22.340** |

**14. Obrigações fiscais:** Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os saldos de obrigações fiscais são assim compostos:

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| CPRB a recolher | 776 | 1.318 | 840 | 1.376 |
| ISS a recolher | 471 | 546 | 570 | 1.000 |
| PIS e COFINS a recolher | 1.460 | 1.428 | 1.503 | 1.439 |
| IRPJ e CSLL a recolher | - | 2.886 | 642 | 3.314 |
| IR e CSLL retido fonte | 62 | 42 | 68 | 69 |
| Outros tributos | 9 | 281 | 11 | 293 |
| **Total** | **2.778** | **6.501** | **3.634** | **7.491** |
| Passivo circulante | 2.778 | 6.501 | 3.634 | 7.292 |
| Passivo não circulante | - | - | - | 199 |

**15. Empréstimos e arrendamentos**

As operações de empréstimos e arrendamentos podem ser assim resumidas:

| | Encargos financeiros anuais | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|---|
| Arrendamento mercantil | 2,00% a 16,98% (i) | 1.601 | 2.056 | 1.601 | 2.056 |
| Contas garantidas e outras | | - | - | - | 50 |
| **Total** | | **1.601** | **2.056** | **1.601** | **2.106** |
| Passivo circulante | | 478 | 455 | 478 | 505 |
| Passivo não circulante | | 1.123 | 1.601 | 1.123 | 1.601 |

(i) A taxa para o arrendamento de direito de uso de imóvel 10,16% a.a. (taxa nominal de juros).

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| 2024 | - | 506 | - | 506 |
| 2025 | 519 | 506 | 519 | 506 |
| 2026 em diante | 604 | 589 | 604 | 589 |
| **Passivo não circulante** | **1.123** | **1.601** | **1.123** | **1.601** |

Abaixo, demonstramos a movimentação dos empréstimos e arrendamentos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| **Saldo inicial** | **2.056** | **9.973** | **2.106** | **9.973** |
| Aquisição de controladas | - | - | - | 5.636 |
| Juros incorridos | 93 | 136 | 93 | 135 |
| Baixa de arrendamento por direito de uso | - | (7.429) | - | (7.429) |
| Amortização de juros | (93) | (136) | (93) | (136) |
| Amortização de principal | (455) | (488) | (505) | (6.073) |
| **Saldo final** | **1.601** | **2.056** | **1.601** | **2.106** |

As obrigações de arrendamento são garantidas por meio de alienação fiduciária dos bens arrendados. A seguir apresentamos as obrigações brutas de arrendamento em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Menos de um ano | 548 | 548 | 548 | 548 |
| Mais de um ano e menos de cinco anos | 1.188 | 1.644 | 1.187 | 1.644 |
| Mais de cinco anos | - | 91 | - | 91 |
| | **1.736** | **2.283** | **1.735** | **2.283** |
| Encargos de financiamento futuro sobre arrendamentos | (135) | (227) | (134) | (227) |
| **Valor presente das obrigações de arrendamento mercantil** | **1.601** | **2.056** | **1.601** | **2.056** |
| Passivo circulante | 478 | 455 | 478 | 455 |
| Passivo não circulante | 1.123 | 1.601 | 1.123 | 1.601 |

**16. Obrigações por aquisição de investimentos:** As obrigações por aquisição dos investimentos referem-se a valores devidos aos acionistas anteriores das empresas adquiridas negociadas com pagamento parcelado ou por retenção de garantia. As obrigações estão registradas no passivo circulante e não circulante, conforme segue:

| Controladora e Consolidado | 2023 Pagamento contingente | 2023 Outros valores a pagar | 2023 Total | 2022 Pagamento contingente | 2022 Outros valores a pagar | 2022 Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Credit Core | 15.186 | 17.567 | 32.753 | 25.882 | 15.634 | 41.516 |
| Mobile2you | 7.975 | 10.190 | 18.165 | 22.835 | 853 | 23.688 |
| RBM Web | - | 2.271 | 2.271 | 15.510 | 5.163 | 20.673 |
| Inovamind Tech | - | 2.573 | 2.573 | 7.614 | - | 7.614 |
| **Total** | **23.161** | **32.601** | **55.762** | **71.841** | **21.650** | **93.491** |
| Passivo circulante | 23.161 | 9.421 | 32.582 | 18.814 | 5.163 | 23.977 |
| Passivo não circulante | - | 23.180 | 23.180 | 53.027 | 16.487 | 69.514 |

O valor justo dos pagamentos contingentes apresentou uma redução de R$3.683 ao longo do ano, decorrente da análise de performance das adquiridas em relação ao plano de negócio inicialmente elaborado. O valor justo dos pagamentos contingentes foi registrado na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais" no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

As parcelas registradas no passivo não circulante têm vencimento conforme demonstrado a seguir:

| Controladora e Consolidado | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Ano** | | |
| 2024 | - | 45.977 |
| 2025 | - | 7.050 |
| 2026 | - | 853 |
| 2027 | 2.282 | - |
| 2028 em diante | 20.898 | 15.634 |
| **Passivo não circulante** | **23.180** | **69.514** |

Abaixo apresentamos os valores retidos de obrigações por aquisição de investimento em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os quais são atualizados pelo CDI (vide nota 6) até o cronograma de liberação ou sua compensação conforme definido em contrato:

| Controladora | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Garantias de investimentos circulante | 291 | - |
| Garantias de investimentos não circulante | 14.373 | 5.163 |
| **Total** | **14.664** | **5.163** |

**17. Patrimônio líquido: a) Capital social -** Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia era composto por 67.244.387 ações ordinárias nominativas emitidas e totalmente pagas sem valor nominal (56.139.114 em 31 de dezembro de 2022), conforme demonstrado a seguir:

| Acionista | 2023 Ações | 2023 % | 2022 Ações | 2022 % |
|---|---|---|---|---|
| TOTVS S.A. | 41.999.910 | 62,50% | 35.059.114 | 62,50% |
| B3 S.A. | 25.244.477 | 37,50% | 21.080.000 | 37,50% |
| **Total em unidades** | **67.244.387** | **100,00%** | **56.139.114** | **100,00%** |

No dia 26 de abril de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social da Companhia, nos termos a seguir: • R$56.139 através da capitalização da reserva de lucros, sem emissão de novas ações. • R$6.969 em ato contínuo de aumento do capital social, mediante a emissão de 6.968.628 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de emissão de R$1,00 por ação, totalmente subscritas pela TOTVS S.A. • R$4.137 em ato contínuo de aumento do capital social, mediante a emissão de 4.136.645 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de emissão de R$1,00 por ação, totalmente subscritas pela B3 S.A. • O valor total do aumento de capital, mediante a emissão de novas ações ordinárias, foi capitalizado por créditos detidos pelos acionistas contra a Companhia, nos termos das distribuições dos dividendos deliberados nas Assembleias Ordinárias conforme segue: (a) 25 de abril de 2022, no valor de R$1.837. (b) 26 de abril de 2023, no valor de R$9.269. Dessa forma, o capital social da Companhia passou de R$56.139, para R$123.384, dividido em 67.244.387 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **b) Reserva de capital -** Os saldos das reservas de capital em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram compostos da seguinte forma:

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Reserva de capital (i) | 578.993 | 578.993 |
| Plano de outorga de ações | (247) | (247) |
| **Total** | **578.746** | **578.746** |

(i) Aporte de capital da B3 S.A., destinado à reserva de capital.

**18. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio**

| Controladora | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Lucro líquido do exercício da controladora | 78.973 | 67.107 |
| Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº 6.404) | (3.949) | (3.355) |
| **Lucro líquido após apropriação da reserva legal** | **75.024** | **63.752** |
| Dividendo mínimo obrigatório – 5% (i) | 3.751 | 3.188 |
| Dividendos pagos superior ao mínimo obrigatório | 37.941 | - |
| Reserva de retenção de lucros | 33.332 | 60.564 |
| | **75.024** | **63.752** |
| **Forma de pagamento:** | | |
| Juros sobre o capital próprio | 41.692 | - |
| Dividendos | - | 3.188 |
| | **41.692** | **3.188** |

(i) Em 25 de abril 2022 a Administração por meio de assembleia geral extraordinária e ordinária deliberou em seu estatuto social a alteração do percentual dos dividendos mínimos obrigatórios, de 25% para 5%.

| | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| **Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2022** | 5.024 | 5.026 |
| (-) Deliberação de dividendos - Abril de 2023 | 6.082 | 6.082 |
| (-) Constituição de capital social | (11.106) | (11.106) |
| (+) Deliberação de Juros sobre capital próprio - Outubro de 2023 | 41.692 | 41.692 |
| (-) Pagamentos efetuados | (41.692) | (41.692) |
| **Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2023** | **-** | **3** |

Os Juros sobre Capital Próprio fazem parte dos dividendos, que para fins da legislação fiscal brasileira são dedutíveis. Portanto, estão sendo apresentadas em linhas distintas, demonstrando o efeito do imposto de renda. Os dividendos mínimos obrigatórios e os deliberados estão demonstrados no balanço patrimonial como obrigações legais na rubrica de dividendos a pagar.

**19. Plano de remuneração baseado em ações:** A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações e mensura o custo de transações liquidadas com ações de sua controladora TOTVS S.A. a seus empregados, baseada no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga.

O Plano de Incentivo baseado em ações da Companhia e de suas controladas estabelece regras para que determinados participantes e administradores, possam adquirir ações de emissão da Controladora TOTVS S.A. por meio da outorga de ações, para gerar alinhamento a médio e longo prazos dos interesses dos beneficiários com os interesses dos acionistas e ampliar o senso de propriedade e o comprometimento dos executivos por meio do conceito de investimento e risco. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Controladora TOTVS S.A., que estabelece anualmente programas de outorga, sendo que de acordo com as regras do Código de Ética, os administradores não participam das decisões do plano que os beneficiam diretamente. Os principais eventos relacionados aos planos vigentes, as variáveis utilizadas nos cálculos e os resultados são:

| Data | Planos | Quantidade de ações restritas | Valor justo das ações | Premissas valor justo – Expectativa de: Dividendos | Premissas valor justo – Expectativa de: Prazo de maturidade |
|---|---|---|---|---|---|
| 07/05/2021 | Regular | 62.820 | R$ 29,39 | 1,31% | 3 anos |
| 29/04/2022 | Performance | 12.550 | R$ 31,67 | 1,23% | 3 anos |

As movimentações das ações restritas são demonstradas abaixo:

| Controladora – Quantidade (em Unidades) | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Saldo no início do exercício** | **149.522** | **149.695** |
| Movimentações: | | |
| Exercidas | (73.532) | (65.303) |
| Canceladas | (32.536) | (17.645) |
| Transferidas | 73.524 | 82.775 |
| **Saldo no final do exercício** | **116.978** | **149.522** |

O efeito acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 era de R$1.040 (R$223 em 31 de dezembro de 2022), registrado na despesa de remuneração baseada em ações.

**20. Lucro por ação:** Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do resultado básico por ação:

| Resultado básico por ação | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Resultado do exercício** | **78.973** | **67.107** |
| Operações em continuidade | | |
| Lucro líquido atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias | 49.358 | 41.942 |
| Lucro líquido atribuível a acionistas não controladores detentores de ações ordinárias | 29.615 | 25.165 |
| | **78.973** | **67.107** |
| Denominador (em milhares de ações) | | |
| Denominador de ações - controladores | 42.000 | 35.059 |
| Denominador de ações - não controladores | 25.244 | 21.080 |
| Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação | | |
| Resultado básico por ação | **1,1744** | **1,1954** |

**21. Receita bruta:** A receita bruta e as respectivas deduções para apuração da receita líquida apresentadas nas Demonstrações de Resultados da Companhia e suas controladas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foram como segue:

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| **Software recorrente** | **183.945** | **164.649** | **223.200** | **200.194** |
| **Software não recorrente** | **29.310** | **21.608** | **42.894** | **26.171** |
| Taxa de licenciamento | 8.443 | 212 | 8.443 | 212 |
| Serviços não recorrentes | 20.867 | 21.396 | 34.451 | 25.959 |
| **Receita bruta** | **213.255** | **186.257** | **266.094** | **226.365** |
| Cancelamentos | (1.698) | (643) | (1.698) | (719) |
| Impostos incidentes sobre vendas | (23.100) | (20.014) | (27.012) | (23.482) |
| **Deduções** | **(24.798)** | **(20.657)** | **(28.710)** | **(24.201)** |
| **Receita líquida** | **188.457** | **165.600** | **237.384** | **202.164** |

**22. Custos e despesas por natureza:** A Companhia e suas controladas apresentam as informações sobre os custos e as despesas operacionais por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| **Natureza** | | | | |
| Salário, benefícios e encargos | 121.664 | 100.030 | 138.198 | 118.797 |
| Serviços de terceiros e outros insumos | 39.613 | 33.306 | 48.344 | 41.721 |
| Provisão de impairment | 15.102 | - | 15.103 | - |
| Depreciação e amortização | 3.985 | 2.106 | 7.986 | 6.402 |
| Provisão para perda esperada | 648 | (343) | 1.027 | (126) |
| Outras | 117 | (284) | 3.575 | 3.511 |
| **Total** | **181.129** | **134.815** | **214.233** | **170.305** |

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| **Função** | | | | |
| Custo de softwares | 84.364 | 72.216 | 88.423 | 86.275 |
| Pesquisa e desenvolvimento | 41.504 | 34.204 | 48.662 | 35.391 |
| Despesas comerciais e de marketing | 14.361 | 8.258 | 20.332 | 11.102 |
| Despesas gerais e administrativas | 29.778 | 25.343 | 45.215 | 42.124 |
| Despesas/Receitas operacionais | 11.122 | (5.206) | 11.601 | (4.587) |
| **Total** | **181.129** | **134.815** | **214.233** | **170.305** |

**23. Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram como segue:

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Receitas financeiras | | | | |
| Receitas de aplicações financeiras | 76.754 | 78.880 | 76.830 | 79.208 |
| Juros recebidos | 25 | 33 | 51 | 52 |
| Variação monetária ativa | 44 | - | 44 | - |
| Ajuste a valor presente | 101 | - | 101 | - |
| Variação cambial ativa | 4 | - | 4 | - |
| Outras receitas financeiras | (3.559) | (3.670) | (3.523) | (3.563) |
| **Total** | **73.369** | **75.243** | **73.507** | **75.697** |
| Despesas financeiras | | | | |
| Juros incorridos | (316) | (299) | (387) | (452) |
| Variação monetária passiva | (165) | (171) | (312) | (270) |
| Despesas bancárias | (12) | (25) | (37) | (59) |
| Ajuste a valor presente passivo | (6.644) | (11.200) | (6.644) | (11.200) |
| Variação cambial passiva | - | (209) | - | (213) |
| Outras despesas financeiras | - | - | (39) | (36) |
| **Total** | **(7.137)** | **(11.904)** | **(7.419)** | **(12.230)** |
| **Resultado financeiro líquido** | **66.232** | **63.339** | **66.088** | **63.467** |

(i) Inclui os montantes de PIS e COFINS sobre receitas financeiras.

**24. Plano de previdência privada - Contribuição definida:** A Companhia e suas controladas oferecem o "Programa de Previdência Complementar TOTVS", atualmente administrado pelo Bradesco Seguros, no qual são realizadas contribuições efetuadas pelos participantes e pela Companhia e suas controladas, descritas no contrato de adesão ao programa. As contribuições são segregadas em: • Contribuição Básica – Contribuição efetuada pelo participante, correspondente a 2% do salário; no caso de diretores estatutários a contribuição varia de 2% a 5%. • Contribuição Voluntária – Contribuições efetuadas exclusivamente pelos participantes, não havendo contrapartida da empresa. • Contribuição da Empresa – Correspondente a 100% da contribuição básica. A Companhia poderá efetuar contribuições extraordinárias de valor e frequências livres. As despesas com previdência privada no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 eram de R$752 (R$560 em 31 de dezembro de 2022).

**25. Cobertura de seguros:** A Companhia e suas controladas, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e os decorrentes de arrendamento e de responsabilidade civil. Os ativos segurados são os veículos, próprios e arrendados, e a edificação onde a Companhia e suas controladas estão instaladas. Em 31 de dezembro de 2023, os principais seguros contratados são:

| Ramo | Seguradora | Vigência De | Vigência Até | Limite máximo de responsabilidade |
|---|---|---|---|---|
| Compreensivo empresarial | Mitsui | julho/2023 | julho/2024 | 259.282 |
| Responsabilidade civil geral | Chubb Seguros | junho/2023 | junho/2024 | 8.000 |
| Veículos (i) | Porto Seguro | janeiro/2023 | janeiro/2024 | (*) FIPE |
| D&O – Responsabilidade civil de executivos | AIG Seguros/Star/ Zurich | julho/2023 | julho/2024 | 150.000 |
| E&O – Responsabilidade civil profissional | AIG Seguros | julho/2023 | julho/2024 | 5.000 |
| Cyber – Compreensivo riscos cibernéticos | AIG Seguros/Tokio Marine | agosto/2023 | setembro/2024 | 50.000 |

(i) Valor de mercado determinado pela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.

**26. Evento subsequente:** Em 31 de janeiro de 2024, as controladas Credit Core Tecnologia de Crédito Ltda. e a Cobu Consulting & Business Ltda., foram incorporadas pela Companhia. Os acervos líquidos foram de R$18.446 (dezoito milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil reais), em relação à Credit Core, e em relação à Cobu o montante de R$2 (dois mil reais), totalizando o valor de R$18.448 (dezoito milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil reais), todos confirmados por laudos de avaliação do patrimônio líquido das incorporadas realizado por uma empresa especializada, na data base de 31 de outubro de 2023.

Em 1 de fevereiro de 2024, a controlada Dimensa S.A. celebrou o Contrato de Compra e Venda para aquisição da totalidade do capital social da Quiver Desenvolvimento e Tecnologia Ltda., pelo montante de R$115.000. Adicionalmente, o Contrato prevê o pagamento de preço de compra complementar sujeito ao cumprimento de determinadas condições. No mercado desde 1992, a Quiver atende as principais seguradoras, corretoras e bancos para vendas e gestão de apólices. Seu portfólio é dividido em software para corretoras de seguros e de benefícios, soluções de cálculos e de vendas de dados.

**DIRETORIA**

**WAGNER ALEXANDER DE SA GRAMIGNA** - Presidente

**WAGNER ALEXANDER DE SA GRAMIGNA** - Diretor Financeiro (Interino)

**HUDSON BASILIO MAGRI** - Contador - CRC: 1SP304325/O-6

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

**Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Dimensa S.A. - São Paulo - SP**

**Opinião -** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Dimensa S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Dimensa S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado -** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e estão consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas -** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de abril de 2024

KPMG

**KPMG Auditores Independentes Ltda.**
CRC 2SP014428/O-6

**Wagner Bottino**
Contador CRC 1SP196907/O-7

**Jornal O DIA SP**

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

# ASPERBRAS BRASIL S.A.

CNPJ nº 03.690.841/0001-66

**Relatório da Diretoria**

**Senhores Acionistas:** Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. São Paulo, 19 de abril de 2024.

**Balanços patrimoniais individuais e consolidados levantados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)**

| Ativo | Nota explicativa | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo circulante** | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 276 | 229 | 15.360 | 17.681 |
| Contas a receber | **4** | - | - | 172.887 | 139.608 |
| Estoques | **5** | - | - | 310.142 | 237.888 |
| Adiantamentos | 6 | - | - | 10.280 | 32.379 |
| Tributos a recuperar | 7 | 100 | 120 | 41.975 | 43.658 |
| Outros créditos | - | 234 | 194 | 2.169 | 2.285 |
| Contrato de mútuo | | - | - | 54 | 66 |
| Partes relacionadas | | - | - | 20 | - |
| | | **610** | **543** | **552.887** | **473.565** |
| **Ativo não circulante** | | | | | |
| Adiantamentos | 6 | - | - | 7.820 | - |
| Contrato de mútuo | | - | - | 1.835 | 1.396 |
| Tributos a recuperar | 7 | - | - | 8.563 | 4.091 |
| Contas a receber | **4** | - | - | 68.000 | 45.292 |
| Estoque | **5** | - | - | 43.362 | 41.969 |
| Depósitos judiciais | | 5 | 2 | 510 | 289 |
| Tributos diferidos | 23 | 2.001 | 2.001 | 123.814 | 87.517 |
| Investimentos | 10 | 1.391.022 | 1.193.545 | 3.611 | 38.736 |
| Propriedade para investimento | 9 | - | - | 23.668 | 23.668 |
| Outros investimentos | | - | - | 1.833 | 577 |
| Imobilizado | 12 | - | - | 1.081.857 | 1.052.378 |
| Intangível | 12 | 1.089 | 1.225 | 7.607 | 7.495 |
| Ativo biológico | 11 | - | - | 129.125 | 93.695 |
| Ativo direito de uso | 17 | - | - | 34.654 | 34.593 |
| | | **1.394.117** | **1.196.773** | **1.536.259** | **1.431.696** |
| **Total do ativo** | | **1.394.727** | **1.197.316** | **2.089.146** | **1.905.261** |

| Passivo e patrimônio líquido | Nota explicativa | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Passivo circulante** | | | | | |
| Fornecedores | 15 | 221 | 174 | 93.386 | 91.559 |
| Empréstimos e financiamentos | 13 | - | - | 165.981 | 134.408 |
| Salários e encargos sociais | | 5 | 5 | 18.188 | 16.064 |
| Tributos diferidos | 23 | - | - | 784 | 538 |
| Obrigações tributárias | 16 | 5 | 3 | 5.141 | 3.950 |
| Adiantamentos de clientes | 18 | - | - | 13.345 | 15.856 |
| Contas a pagar | 14 | 8.319 | 875 | 21.015 | 19.185 |
| Passivo de arrendamento | 17 | - | - | 3.223 | 3.925 |
| Partes relacionadas | | - | - | 4 | - |
| | | **8.550** | **1.057** | **321.068** | **285.485** |
| **Passivo não circulante** | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 13 | - | - | 121.513 | 168.958 |
| Tributos diferidos | 23 | - | - | 3.175 | 2.351 |
| Contas a pagar | 14 | 16.638 | 23.625 | 21.138 | 31.975 |
| Partes Relacionadas | 8 | 221.900 | 68.000 | 250.824 | 96.697 |
| Provisão para demandas judiciais | 19 | - | - | 17.946 | 17.946 |
| Passivo de arrendamento | 17 | - | - | 28.662 | 29.979 |
| | | **238.538** | **91.625** | **443.259** | **347.906** |
| **Patrimônio líquido** | | | | | |
| Capital social | 20.1 | 696.410 | 696.410 | 696.410 | 696.410 |
| Reserva de capital | - | 864 | 864 | 864 | 864 |
| Reserva legal | 20.3 | 25.596 | 23.340 | 25.596 | 23.340 |
| Transação de capital | | 2.625 | 626 | 2.625 | 626 |
| Reservas de lucros | 20.2 | 422.144 | 383.394 | 422.144 | 383.394 |
| | | **1.147.639** | **1.104.634** | **1.147.639** | **1.104.634** |
| Participação dos não controladores | | | - | 177.180 | 167.236 |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | **1.394.727** | **1.197.316** | **2.089.146** | **1.905.261** |

**Demonstrações do resultado individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

| | Nota explicativa | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Receita líquida** | 27 | - | - | **1.042.545** | **1.074.389** |
| Custo dos produtos vendidos | - | - | - | (756.509) | (754.789) |
| **Lucro bruto** | | - | - | **286.036** | **319.600** |
| **Receitas/(despesas) operacionais** | | | | | |
| Comerciais | 28 | - | - | (137.641) | (137.391) |
| Gerais e administrativas | 29 | (142) | (260) | (73.601) | (65.399) |
| Depreciação | - | (136) | (136) | (7.136) | (7.028) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 10 | 46.707 | 90.202 | 739 | 630 |
| Outras despesas operacionais, líquidas | 30 | (32) | (12) | (6.103) | (15.677) |
| Outras receitas operacionais, líquidas | 30 | 50 | - | 3.801 | 5.469 |
| **Resultado operacional** | | **46.447** | **89.794** | **66.095** | **100.204** |
| Despesas financeiras | 31 | (1.392) | (11) | (47.986) | (28.225) |
| Receitas financeiras | 31 | 50 | 103 | 4.233 | 4.935 |
| Variação cambial, líquida | 31 | - | - | 10.091 | 32.768 |
| **Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social** | | **45.106** | **89.886** | **32.433** | **109.682** |
| Imposto de renda e contribuição social - corrente | 22.1 | - | - | (1.991) | (9.210) |
| Imposto de renda e contribuição social - diferido | | - | - | 35.771 | 10.076 |
| **Lucro líquido do exercício** | | **45.106** | **89.886** | **66.213** | **110.548** |
| **Atribuído à:** | | | | | |
| Participação dos controladores | | - | - | 45.106 | 89.886 |
| Participação dos não controladores | | - | - | 21.107 | 20.662 |
| **Lucro líquido do exercício** | | **45.106** | **89.886** | **66.213** | **110.548** |
| **Lucro por ação** | | **58,01** | **115,59** | | |

**Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**
(Em milhares de Reais)

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| **Lucro líquido do exercício** | **45.106** | **89.886** | **66.213** | **110.548** |
| **Total do resultado abrangente do exercício** | **45.106** | **89.886** | **66.213** | **110.548** |
| **Atribuído à:** | | | | |
| Participação dos controladores | 45.106 | 89.886 | 45.106 | 89.886 |
| Participação dos não controladores | - | - | 21.107 | 20.662 |
| **Lucro líquido do exercício** | **45.106** | **89.886** | **66.213** | **110.548** |

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**
(Em milhares de Reais)

| | Capital social | Reserva de capital | Reserva legal | Transação capital | Reservas de lucros: Reserva para investimentos e capital de giro | Reservas de lucros: Lucros acumulados | Patrimônio líquido da controladora |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | **696.410** | **864** | **18.846** | **-** | **304.825** | **-** | **1.020.945** |
| Ajuste de exercícios anteriores | - | - | - | - | (723) | - | **(723)** |
| Distribuição de lucros | - | - | - | - | (6.100) | - | **(6.100)** |
| Transação de capital | - | - | - | 626 | - | - | **626** |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 89.886 | **89.886** |
| Transferência para reserva de lucros | - | - | - | - | 85.392 | (85.392) | **-** |
| Transferência para reserva legal | - | - | 4.494 | - | - | (4.494) | **-** |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2022** | **696.410** | **864** | **23.340** | **626** | **383.394** | **-** | **1.104.634** |
| Distribuição de lucros | - | - | - | - | (4.100) | - | **(4.100)** |
| Transação de capital | - | - | - | 1.999 | - | - | **1.999** |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 45.106 | **45.106** |
| Transferência para reserva de lucros | - | - | - | - | 42.850 | (42.850) | **-** |
| Transferência para reserva legal | - | - | 2.255 | - | - | (2.255) | **-** |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2023** | **696.410** | **864** | **25.596** | **2.625** | **422.144** | **-** | **1.147.639** |

**Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022** (Em milhares de Reais)

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| **Lucro líquido do exercício** | **45.106** | **89.886** | **66.213** | **110.548** |
| **Ajustes que não afetam caixa** | | | | |
| Depreciação / amortização | 136 | 136 | 49.161 | 42.841 |
| Resultado da equivalência patrimonial | (46.707) | (90.202) | (740) | (620) |
| Alienação do ativo imobilizado | - | - | 8.854 | 26.750 |
| Dividendos desproporcionais | 31 | 12 | - | - |
| Participação de cotistas não controladores | - | - | (16.709) | 277 |
| Ajuste de exercícios anteriores | - | - | - | (723) |
| Provisão/reversão para créditos de liquidação duvidosa | - | - | 4.748 | 3.765 |
| Atualização de contratos | 1.332 | - | 1.332 | - |
| Reversão de provisões para perdas | - | - | (66) | (735) |
| Provisão para demandas judiciais | - | - | - | 11.981 |
| Encargos dos empréstimos e financiamentos | - | - | 9.953 | 988 |
| Variação cambial não realizada | - | - | (13.646) | (31.811) |
| Tributos diferidos | - | - | (35.471) | (8.057) |
| Ajuste a valor presente | - | - | (832) | 12.580 |
| | **(102)** | **(168)** | **72.797** | **167.784** |
| **(Decréscimo)/acréscimo nos ativos e passivos operacionais** | | | | |
| Contas a receber | - | - | (72.094) | (62.683) |
| Estoques | - | - | (49.315) | (30.631) |
| Tributos a recuperar | 21 | (13) | (2.786) | 9.430 |
| Adiantamentos | - | - | (10.226) | (16.421) |
| Outros créditos | (40) | (194) | (522) | (411) |
| Contrato de mútuo | - | - | 227 | (1.371) |
| Partes relacionadas a receber | - | - | - | - |
| Depósitos judiciais | (3) | - | (220) | (100) |
| Fornecedores | 47 | (96) | 1.861 | 5.296 |
| Salários e encargos sociais | - | 1 | 2.118 | 1.732 |
| Obrigações tributárias | 2 | 1 | 1.436 | (2.170) |
| Contas a pagar | - | 24.500 | 34.625 | 46.810 |
| Passivo de aluguel e arrendamento | - | - | (2.019) | 2.923 |
| Adiantamentos de clientes | - | - | (2.513) | 6.201 |
| **Caixa líquido proveniente das atividades operacionais** | **(75)** | **24.031** | **(26.631)** | **126.389** |
| **Das atividades de investimento** | | | | |
| Alienação de investimentos | 16 | - | - | - |
| Aquisições de ativo imobilizado e intangível | - | - | (86.832) | (141.454) |
| Adições do ativo biológico | - | - | (23.175) | (27.920) |
| Outros investimentos | - | - | (1.256) | (170) |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | (157.723) | (61.710) | (975) | - |
| Aporte de capital | (919) | (37.590) | (2.771) | (37.589) |
| Dividendos recebidos | 8.948 | 12.720 | - | - |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento** | **(149.678)** | **(86.580)** | **(115.009)** | **(207.133)** |
| **Das atividades de financiamento** | | | | |
| Empréstimos e financiamentos captados | - | - | 362.446 | 321.876 |
| Pagamentos de empréstimos e financiamentos | - | - | (374.473) | (322.913) |
| Partes relacionadas a pagar | 153.900 | 68.000 | 153.445 | 96.697 |
| Transação de capital | - | - | 1.999 | 99 |
| Distribuição de lucros | (4.100) | (6.100) | (4.100) | (6.100) |
| **Caixa proveniente das (aplicado nas)/proveniente das atividades de financiamento** | **149.800** | **61.900** | **139.317** | **89.659** |
| **Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa** | **47** | **(649)** | **(2.323)** | **8.915** |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 229 | 878 | 17.683 | 8.768 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 276 | 229 | 15.360 | 17.683 |
| **Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa** | **47** | **(649)** | **(2.323)** | **8.915** |

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022** (Em milhares de Reais)

**1. Contexto operacional:** A Asperbras Brasil S.A. ("Companhia"), localizada na Av. Juscelino Kubitschek, 1400, 7º andar, conjunto 71 - sala 01, Itaim Bibi, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, é uma Sociedade anônima fechada nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. O objeto social principal da Companhia é a participação societária em empresas nacionais e internacionais. A Companhia participa direta e indiretamente nas seguintes empresas:

| Controladas | % - Participação direta 2023 | % - Participação direta 2022 | % - Participação indireta 2023 | % - Participação indireta 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Asperbras Tubos e Conexões Ltda | 100,00% | 100,00% | | - |
| Asperbras Empreendimentos Imobiliários Ltda | 100,00% | 100,00% | | - |
| Asperbras Importação e Exportação Ltda | 89,50% | 85,00% | | - |
| Greenplac Tecnologia Industrial e Agronegócios Ltda | 89,50% | 85,00% | | - |
| Bonolat Alimentos Ltda | 100,00% | 100,00% | | - |
| Abitte Empreendimentos e Urbanismo Ltda | 85,00% | 84,95% | | - |
| Ckpar Participações Societárias | 0,00% | 26,85% | | - |
| Asperbras Energia (controlada da Greenplac Tecnologia) | - | - | 99,99% | 99,99% |
| Greenplac Florestal (controlada da Greenplac Tecnologia) | - | - | 100,00% | 100,00% |
| Asperbras Emp. Imob. Colinas Marilia (controlada da Asp. Emp. Imobiliários) | - | - | 99,99% | 99,99% |
| Asp. Emp. SPE II (controlada da Asp. Emp. Imobiliários) | - | - | 59,03% | 59,03% |
| Salto do Avanhandava (controlada da Asp. Emp. Imobiliários) | - | - | 82,79% | 82,79% |
| Colbras (controlada da Asp. Emp. Imobiliários) | - | - | 100,00% | 100,00% |
| Asperbras Empreend. Imob. Penapolis SPE (controlada da Abitte Emp. e Urbanismo) | - | - | 60,00% | 60,00% |
| Asperbras Empreend. Imob. Araçatuba (controlada da Abitte Emp. e Urbanismo) | - | - | 50,00% | 50,00% |
| Asperbras Empreend. Imob. Araçatuba II (controlada da Abitte Emp. e Urbanismo) | - | - | 99,90% | 99,90% |
| Asperbras Empreend. Imob. Dourados (controlada da Abitte Emp. e Urbanismo) | - | - | 65,00% | 65,00% |
| Asperbras Empreend. Imob. Marilia (controlada da Abitte Emp. e Urbanismo) | - | - | 99,99% | 99,99% |
| Abitte Urbanismo Cuiabá (controlada da Abitte Emp. e Urbanismo) | - | - | 99,99% | 99,99% |
| Asperbras Empreend. Imob. Dourados II (controlada da Abitte Emp. e Urbanismo) | - | - | 99,99% | 99,99% |
| Asperbras Empreend. Imob. Birigui (controlada da Abitte Emp. e Urbanismo) | - | - | 50,00% | 50,00% |
| Abitte Urbanismo Village Bordeaux SPE (controlada da Abitte Cuiabá) | - | - | 100,00% | 100,00% |
| Abitte Urbanismo Lago Di Vino SPE (controlada da Abitte Cuiabá) | - | - | 100,00% | 100,00% |
| Abitte Urbanismo Villa Piemonte SPE (controlada da Abitte Cuiabá) | - | - | 100,00% | 100,00% |
| Abitte Urbanismo Villa Vinhedos SPE (controlada da Abitte Cuiabá) | - | - | 100,00% | 100,00% |
| Abitte Urbanismo Village Champagne SPE (controlada da Abitte Cuiabá) | - | - | 100,00% | 100,00% |
| Abitte Urbanismo Village Bordeaux SCP (Controlada da SPE Bordeaux - Sócia Ostensiva) | - | - | 70,04% | 70,04% |
| Abitte Urbanismo Lago Di Vino e Areas Comercais Scp (Controlada pela SPE Lago Di Vino - Sócia ostensiva | - | - | 70,04% | 0,00% |
| Abitte Urbanismo Lago Di Vino Scp II (Controlada pela SPE Lago Di Vino - Sócia Ostensiva) | - | - | 35,02% | 0,00% |
| Abitte Urbanismo Lago Di Vino Luxury Homes Scp (Controlada pela SPE Lago Di Vino - Sócia Ostensiva) | - | - | 30,00% | 0,00% |

**Objeto social das controladas com participação direta:** Asperbras Tubos e Conexões Ltda: Industrialização e comercialização de equipamentos e acessórios para irrigação; Asperbras Empreendimentos Imobiliários Ltda e Abitte Empreendimentos e Urbanismo Ltda: Incorporação Imobiliária, loteamentos e administração de imóveis; Asperbras Importação e Exportação Ltda: Comercialização, importação e exportação de máquinas e equipamentos industriais em geral; Greenplac Tecnologia Industrial e Agronegócios Ltda: Comercialização, importação e exportação de máquinas e equipamentos industriais em geral e serviços de tecnologia de gestão industrial e agropecuária e indústria para produção de painéis de madeira industrializados, MDF (Medium Density Fiber Board), MDP (Medium Density Particle Board) e chapas de fibra, Produção, exploração e extração de madeira de eucalipto, desenvolvimento de projetos e instalações industriais em geral, nacional e internacional; Bonolat Alimentos Ltda: Industrialização de leite longa vida (UHT) e fabricação de outras bebidas como sucos e similares.

**2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e principais práticas contábeis:** As presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 19 de março de 2024.

**3. Caixa e equivalentes de caixa**

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Caixa | - | - | 359 | 317 |
| Bancos conta corrente | 71 | 74 | 14.549 | 10.363 |
| Aplicações financeiras **(a)** | 205 | 155 | 452 | 7.001 |
| | **276** | **229** | **15.360** | **17.681** |

a) São representadas por aplicações de liquidez imediata representadas por CDBs, que são títulos com recompra garantida, remunerados à taxa média de 100% a 102% da variação na taxa do CDI.

**4. Contas a receber**

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| | | - | | |
| Clientes nacionais | - | - | 255.114 | 210.687 |
| Clientes estrangeiros | - | - | 40.115 | 14.051 |
| (-) Ajuste a valor presente | - | - | (43.170) | (31.748) |
| **Subtotal** | **-** | **-** | **252.059** | **192.990** |
| **(-) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa** | **-** | **-** | **(11.172)** | **(8.090)** |
| | **-** | **-** | **240.887** | **184.900** |
| Circulante | - | - | 172.887 | 139.608 |
| Não circulante | - | - | 68.000 | 45.292 |

| **Aging list:** | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Duplicadas a receber a vencer | - | | 203.675 | 167.597 |
| Duplicatas a receber vencidos | - | | 48.384 | 25.393 |
| | **-** | | **252.059** | **192.990** |

Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. A perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram calculadas com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

| **Apresentamos a movimentação ocorrida no exercício:** | Valor |
|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | **(8.090)** |
| Adições | (5.098) |
| Baixas | 209 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2023** | **(11.172)** |

**5. Estoques**

| **Consolidado** | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Matéria-prima | 85.334 | 91.828 |
| Manutenção e suprimentos gerais | 28.200 | 20.708 |
| Produtos em elaboração | 18.858 | 1.677 |
| Produtos acabados | 65.321 | 72.746 |
| Mercadoria para exportação | - | - |
| Ordem de manutenção | 59 | 59 |
| Ordem de produção florestal | 4.618 | 1.794 |
| Estoque em poder de terceiros | - | (4.317) |
| Mercadorias para revenda | 4.196 | 3.366 |
| Entrega futura | (9.768) | (9.881) |
| Transitória de Estoque | - | 4.567 |
| Imóveis a comercializar | 33.637 | 35.728 |
| Imóveis em construção | 58.943 | 41.214 |
| Provisão para perdas | - | (265) |
| Adiantamento a fornecedores | 35.022 | - |
| Materiais de uso e consumo | 16.445 | 16.126 |
| Outros | 12.639 | 4.507 |
| | **353.504** | **279.857** |
| Circulante | 310.142 | 237.888 |
| Não circulante | 43.362 | 41.969 |

**6. Adiantamentos**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Adiantamento a funcionários | 1.532 | 1.398 |
| Adiantamentos a terceiros | 9.223 | 5.511 |
| Adiantamentos a fornecedores | 7.345 | 25.470 |
| | **18.100** | **32.379** |
| Circulante | 10.280 | 32.379 |
| Não circulante | 7.820 | - |

**7. Tributos a recuperar**

| **Consolidado** | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| COFINS | 17.619 | 17.889 |
| CSLL | 304 | 616 |
| PIS | 3.767 | 3.419 |
| ICMS | 13.076 | 8.899 |
| PIS/COFINS PerdComp | 7.361 | 9.626 |
| IPI | 7.660 | 5.604 |
| IRPJ | 251 | 1.378 |
| IRRF | 492 | 313 |
| Outros | 8 | 5 |
| | **50.538** | **47.749** |
| Circulante | 41.975 | 43.658 |
| Não circulante | 8.563 | 4.091 |

**8. Partes relacionadas: 8.1. Transações e saldos**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Individual** | | |
| Jose Roberto Colnaghi | 110.950 | 34.000 |
| Francisco Carlos Jorge Colnaghi | 110.950 | 34.000 |
| | **221.900** | **68.000** |
| **Consolidado** | **2023** | **2022** |
| Jose Roberto Colnaghi | 110.950 | 34.000 |
| Francisco Carlos Jorge Colnaghi | 110.950 | 34.000 |
| Adone Holding GmbH | 28.924 | 28.697 |
| | **250.824** | **96.697** |

Referem-se substancialmente às operações de mútuo com partes relacionadas, formalizadas em contrato, observadas as condições de mercado para operações usuais de acordo com a avaliação da Administração. A remuneração da diretoria e dos administradores da Companhia foi de:

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Individual** | | |
| Pró-labore e encargos | 26 | 26 |
| | **26** | **26** |
| **Consolidado** | | |
| Pró-labore e encargos | 2.926 | 2.268 |
| | **2.926** | **2.268** |

**9. Propriedade para investimento: 9.1. Composição**

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Frigorífico Araçatuba | - | - | 23.668 | 23.668 |
| | **-** | **-** | **23.668** | **23.668** |

**10. Investimentos:** Os saldos e as informações dos investimentos mantidos pela controladora estão detalhados a seguir:

**Posição dos investimentos em 31 de dezembro de 2023:**

| | Participação (%) | Capital social | Patrimônio líquido | Lucro líquido (prejuízo) |
|---|---|---|---|---|
| Asperbras Tubos e Conexões Ltda. | 100 | 124.484 | 198.543 | 4.666 |
| Asperbras Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100 | 18.570 | 31.336 | (479) |
| Abitte Empreendimentos e Urbanismo Ltda | 85 | 76.984 | 105.455 | 31.303 |
| Asperbras Importação e Exportação Ltda. | 89,5 | 307 | 1.649 | (384) |
| Greenplac Tecnologia Industrial e Agronegócios Ltda. | 89,5 | 875.610 | 1.086.591 | 26.628 |
| Asperbras Alimentos Lácteos S.A. | 100 | 60.645 | 97.700 | 6.080 |

**Posição dos investimentos em 31 de dezembro de 2022:**

| | Participação (%) | Capital social | Patrimônio líquido | Lucro líquido (prejuízo) |
|---|---|---|---|---|
| Asperbras Tubos e Conexões Ltda. | 100,00 | 122.001 | 200.777 | 29.470 |
| Asperbras Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 100,00 | 18.570 | 27.732 | (2.459) |
| Abitte Empreendimentos e Urbanismo Ltda | 84,95 | 39.210 | 75.109 | 6.758 |
| Asperbras Importação e Exportação Ltda. | 85,00 | 307 | (7.407) | 1.378 |
| Greenplac Tecnologia Industrial e Agronegócios Ltda. | 85,00 | 762.610 | 911.963 | 55.989 |
| Asperbras Alimentos Lácteos S.A. | 100,00 | 60.645 | 93.620 | 8.058 |
| Ckpar Participações Societárias S.A | 26,85% | 120.426 | 145.440 | 9.561 |

**11.Ativo Biológico:** A Empresa mantém por intermédio de sua controlada GreenPlac Florestal Ltda., florestas de eucalipto que serão utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira. Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa possuía aproximadamente 8 mil hectares em áreas com efetivo plantio que é cultivada no Estado do Mato Grosso do Sul. **a) Estimativa do Valor Justo:** O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais de madeira em pé, exceto para as florestas de Eucalipto com até três anos de vida, que são mantidas a custo. Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita**. b) movimentação:** A movimentação dos saldos contábeis no início e final do exercício:

| Descrição | Valor (R$) |
|---|---|
| **(=) Saldo em 31 de dezembro de 2022** | **93.695** |
| (+) Aquisições **(a)** | 23.175 |
| (+) Efeito do valor justo | 12.255 |
| **(=) Saldo em 31 de dezembro de 2023** | **129.125** |

**(a)** Além do início das atividades florestais com o plantio de florestas de Eucalipto por intermédio de sua "Controlada" GreenPlac Florestal Ltda., a principal aquisição corresponde a compra do ativo florestal junto a Colpar Participações S.A. e a RM AgriBusiness Investimentos S.A. a ser utilizado na operação.

**12. Ativo imobilizado e intangível**

| Descrição - Consolidado | Taxas anuais médias de depreciação e amortização (%) | Custo | Depreciação Acumulada | 2023 Líquido | 2022 Líquido |
|---|---|---|---|---|---|
| Aviões | 2 a 10 | 140.633 | (30.480) | 110.153 | 113.541 |
| Adiantamento a imobilizações | | 4.618 | - | 2.915 | 7.107 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 4 | 10.202 | (2.590) | 7.612 | 4.764 |
| Biblioteca | 10 | 8 | (8) | - | - |
| Computadores e periféricos | 20 | 5.223 | (4.049) | 1.173 | 1.316 |
| Equipamentos de comunicação | 10 | 1.295 | (784) | 510 | 596 |
| Máquinas e equipamentos | 10 | 673.497 | (122.895) | 550.602 | 535.078 |
| Ferramentas, formas e moldes | 10 | 16.371 | (10.696) | 5.675 | 6.091 |
| Imóveis | 4 | 309.576 | (26.520) | 283.056 | 288.494 |
| Instalações e benfeitorias | 10 | 11.617 | (1.794) | 9.823 | 8.710 |
| Móveis e utensílios | 10 | 7.946 | (3.629) | 4.317 | 3.493 |
| Obras de arte | 10 | 26 | - | 26 | 26 |
| Terrenos | - | 5.282 | - | 5.282 | 4.945 |
| Veículos | 20 | 42.857 | (23.945) | 18.912 | 12.233 |
| Imobilizações em andamento | - | 80.098 | - | 80.098 | 65.980 |
| | | **1.309.249** | **(227.392)** | **1.081.857** | **1.052.378** |

| **Intangível:** | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Bens intangíveis | 1.362 | 1.362 | 11.412 | 10.695 |
| Amortização | (273) | (137) | (5.147) | (3.838) |
| Intangível em andamento | - | - | 1.342 | 638 |
| | **1.089** | **1.225** | **7.607** | **7.495** |

**13. Empréstimos e financiamentos**

| | % - Taxa de Juros | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|---|
| Banco Bayern **(a)** | Euribor | - | - | 153.851 | 200.140 |
| Banco BRP | Juros 1,40% a.m. e 18,16 a.a. | - | - | 5.818 | 10.045 |
| Banco BM | Juros 0,79% a.m e 9,90 a.a | - | - | - | 2.143 |
| Banco Caterpilar | Juros 0,804% a.m e 10,09 a.a | - | - | 1.456 | 130 |
| Banco Sicoob | Juros 1,05% a.m. e 13% a.a. | - | - | 19.329 | 14.886 |
| Banco Sicredi | Juros 0,9% a.m. e 11,35% a.a | - | - | 24.312 | 17.758 |
| Banco Daycoval | Juros 0,8% a.m | - | - | - | 46 |
| Banco Daycolval | Juros 6% a.m | - | - | - | 4.269 |
| Banco Fibra | Juros 0,56% a.m + CDI | - | - | 4.911 | 200 |
| Banco Luso | Juros de 7,55% a.a | - | - | 5.882 | 2.548 |
| Banco John Deere | Juros 1,13% a.m e 14,44 a.a | - | - | 4.407 | 5.413 |
| Finimp Banco do Nordeste | Juros 1,80% a.a + SOFR | - | - | 13.589 | 9.558 |
| Banco do Nordeste do Brasil | Juros 0,76% a.m Juros de 9,50% a.a. | - | - | - | 6.184 |
| Banco do Nordeste do Brasil | Finmp | - | - | 27.568 | - |
| Banco Komatsu do Brasil S.A - | Juros 11,2186% a.a | | | 3.043 | - |
| Caixa Economica Federal | Juros 0,21% + CDI | - | - | 3.909 | 10.046 |
| Caixa Economica Federal | Conta Garantida - Juros de 0,36% + CDI | - | - | 19.419 | 20.000 |
| | | **-** | **-** | **287.494** | **303.366** |
| Circulante | | - | - | 165.981 | 134.408 |
| Não circulante | | - | - | 121.513 | 168.958 |

**14. Contas a pagar**

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Rescisões de contrato de vendas | - | - | 120 | 99 |
| Comissões | - | - | 8.274 | 5.203 |
| Dividendos a pagar | - | - | | 3 |
| Parceria Imobiliária | - | - | 446 | 399 |
| Antonio Rodrigues Carvalho **(a)** | - | - | 6.711 | 9.000 |
| Amper Empreendimentos **(b)** | - | - | 1.600 | 6.400 |
| Geraldo Hypolito Kualif **(c)** | 24.957 | 24.500 | 24.957 | 24.500 |
| Outros | - | - | 45 | 9 |
| | **24.957** | **24.500** | **42.153** | **51.160** |
| Circulante | 8.319 | 875 | 21.015 | 19.185 |
| Não circulante | 16.638 | 23.625 | 21.138 | 31.975 |

**15. Fornecedores**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Consolidado** | | |
| Fornecedores | 93.386 | 91.559 |
| | **93.386** | **91.559** |

Os fornecedores estrangeiros estão sujeitos à variação cambial referente ao dólar norte-americano.

**16.Obrigações tributárias**

| **Consolidado** | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| COFINS | 612 | 469 |
| CSLL a recolher | 181 | 142 |
| Fundersul a recolher | 8 | - |
| ICMS a recolher | 2.600 | 1.309 |
| INSS retido a recolher | 295 | 73 |
| IRPJ a recolher | 388 | 588 |
| IRRF a recolher | 24 | 74 |
| ISS retido a recolher | 62 | 60 |
| PIS/COFINS/CSLL retido a recolher | 91 | 105 |
| PIS a recolher | 133 | 101 |
| COFINS diferido | - | - |
| Pro Desenvolve a recolher | 34 | 53 |
| IPI | 713 | 976 |
| | **5.141** | **3.950** |

**17. Arrendamentos**

**a) Ativos de direito de uso:** Movimentação dos ativos de direito de uso

| Consolidado | Edifícios | Terras | Total |
|---|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | **2.853** | **31.740** | **34.593** |
| Novos contratos | 2.327 | - | **2.327** |
| Atualizações | 71 | 1.320 | **1.390** |
| Depreciação no exercício (resultado) | (1.657) | (767) | **(2.424)** |
| Baixas de contrato | (1.233) | - | **(1.233)** |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2023** | **2.361** | **32.293** | **34.654** |

**b) Passivos de arrendamento:** Movimentação dos passivos de arrendamento

| Consolidado | Edifícios | Terras | Total |
|---|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | **2.793** | **31.110** | **33.903** |
| Novos contratos | - | - | **-** |
| Atualizações | 2.658 | 3.009 | **5.667** |
| Juros apropriados no (resultado) | (159) | (1.689) | **(1.848)** |
| Baixas por pagamento | (1.918) | (2.635) | **(4.553)** |
| Baixas de contrato | (1.284) | - | **(1.284)** |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2023** | **2.090** | **29.795** | **31.885** |
| Circulante | 861 | 2.362 | **3.223** |
| Não circulante | 1.229 | 27.433 | **28.662** |

Cronograma de vencimento dos passivos de arrendamento:

| **Fluxo de pagamento** | Consolidado |
|---|---|
| 2024 | 3.223 |
| | **3.223** |
| 2025 | 3.107 |
| 2026 | 2.947 |
| Acima de 2027 | 22.608 |
| | **28.662** |

**18. Adiantamentos de clientes**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Adiantamento de clientes | 13.345 | 15.856 |
| | **13.345** | **15.856** |

**19.Provisão para demandas judiciais:** A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para demandas judiciais. Em 31 de dezembro de 2023, está provisionado o montante de R$ 17.946 o qual, segundo a Administração, suportada nas opiniões de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos, relacionados a estas demandas judiciais:

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Contingências tributárias **(a)** | - | - | 17.879 | 17.879 |
| Contingências trabalhistas e previdenciárias | - | - | 67 | 67 |
| | **-** | **-** | **17.946** | **17.946** |

Em 2021, os assessores jurídicos da controlada Asperbras Tubos e Conexões Ltda., em função do desdobramento do Processo Administrativo nº 08700.003390/2016-60 revisitou a probabilidade de perda classificando como de provável tendo sido reconhecido como risco em decorrência desse assunto o montante de R$5.888. Este processo, que foi instaurado em 09 de maio de 2016 pela Superintendência Geral do CADE em face de 13 pessoas jurídicas e 29 pessoas físicas, tem como objetivo apurar suposta prática anticompetitiva no mercado nacional de fornecimento de tubos e conexões de policloreto de polivinila para obras de infraestrutura de saneamento (esgoto e água) e prediais/construção civil. A Asperbras Tubos (e Sr. Francisco que à época dos fatos era seu administrador) é investigada apenas em relação ao mercado de infraestrutura de saneamento. O caso encontra-se pendente de recurso pelo tribunal do CADE. **Perdas possíveis, não provisionadas no balanço patrimonial consolidado:** A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis (com base na avaliação de seus assessores legais) para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Perdas Possíveis | - | - | 679 | 650 |
| | **-** | **-** | **679** | **650** |

**20**. **Patrimônio líquido - 20.1. Capital social:** O capital social subscrito é de 696.410 representado por 777.600 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O capital social é composto como segue:

| | % 2023 | % 2022 | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Francisco Colnaghi Neto | 25,00 | 25,00 | 174.102 | 174.102 |
| Ana Paula de Campos Colnaghi | 25,00 | 25,00 | 174.103 | 174.103 |
| Fernanda de Campos Colnaghi | 25,00 | 25,00 | 174.102 | 174.102 |
| Flávia de Campos Colnaghi | 25,00 | 25,00 | 174.103 | 174.103 |
| | | | **696.410** | **696.410** |

**20.2. Reserva de lucros:** A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia e aprovado pelos acionistas. **20.3. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **20.4. Dividendos e destinação de resultados:** Durante 2023, a Companhia efetuou o montante de R$ 4.100 de distribuição de lucros aos acionistas. De acordo com o Estatuto Social, aos acionistas será distribuído um dividendo mínimo fixado anualmente em assembleia geral, observadas as prescrições da Lei das Sociedades Anônimas e os interesses da Companhia. **21. Eventos subsequentes:** Não ocorreram eventos subsequentes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

**Luiz Diogenes Leoni** - Diretor
**Maura Andréa Fatori da Silva** - Diretora
**Patricia Pansonato Garcia** - Contadora CRC 1SP230236/O-4

# ENGIBRAS ENGENHARIA S.A.

CNPJ/MF Nº 26.381.989/0001-14 - NIRE 35.300.496.540

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2024**

**Data e horário:** 11 de abril de 2024, às 10h00min. **Local**: Sede social da Companhia, na capital do estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1493, 6º andar, sala 03, Cidade Monções, CEP 04571-011. **Presença**: Acionista representando a totalidade do capital social e o Diretor Corporativo, o senhor Felippe Soares Verdi, nos termos do parágrafo primeiro do art. 134 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **Convocação**: Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença da única acionista, em conformidade com o artigo 124, § 4º da Lei das Sociedades por Ações. **Mesa**: Elaine Cristina Ferreira, como Presidente; e Felippe Soares Verdi, como Secretário. **Anúncios e Documentos**: Dispensada a publicação dos anúncios previstos no art. 133 da Lei das Sociedades por Ações, tendo em vista a presença da única acionista na Assembleia Geral Ordinária. **Ordem do Dia**: (i) deliberar sobre a falta de publicação dos anúncios; (ii) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras consolidadas, acompanhadas do Relatório da Administração e do parecer dos auditores independentes, nos termos do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, relativamente ao exercício social de 2023, findo em 31 de dezembro de 2023; e (iii) deliberar a destinação do resultado do exercício social de 2023. **Deliberações**: A única Acionista resolveu, atendendo às necessidades atuais da Companhia: 1. Tendo em vista a presença da única acionista na presente Assembleia Geral Ordinária, esta considera sanada a falta de publicação dos anúncios, nos termos do parágrafo 4º do art. 133 da Lei das Sociedades por Ações. 2. Prestados os esclarecimentos iniciais necessários, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração e do parecer dos auditores independentes, publicadas no Jornal O Dia em 03 de abril de 2024, foram examinadas e discutidas, resultando aprovadas pela única acionista, sem quaisquer ressalvas ou restrições. 3. Foi apurado lucro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no montante total de R$ 8.973.953,58 (oito milhões, novecentos e setenta e três mil, novecentos e cinquenta e três reais e cinquenta e oito centavos), sendo aprovada, conforme proposta da administração, a destinação de R$ 448.697,68 (quatrocentos e quarenta e oito mil, seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e oito centavos) para reserva legal e a destinação do saldo do lucro, no valor de R$ 8.525.255,90 (oito milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos), para a conta de reserva de retenção de lucros. **Encerramento e lavratura da ata**: Nada mais havendo a ser tratado, a Sra. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reaberta a sessão, esta Ata foi lida, conferida, aprovada e assinada pelo Secretário e pela Presidente. **Certificamos que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada em livro próprio.** São Paulo, 11 de abril de 2024. **Mesa: Elaine Cristina Ferreira -** Presidente, **Felippe Soares Verdi -** Secretário. **JUCESP** nº 153.378/24-4 em 16/04/2024.

# ENEPLAN ENGENHARIA S.A.

CNPJ/MF nº 31.689.171/0001-01 - NIRE: 35.300.522.583

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2024**

**Data e horário:** 11 de abril de 2024, às 11h00min. **Local**: Sede social da Companhia, na capital do estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, 1470, 6º andar, sala 06, Cidade Monções, CEP: 04571-011. **Presença**: Acionista representando a totalidade do capital social, e o Diretor Corporativo, o senhor Felippe Soares Verdi, nos termos do parágrafo primeiro do art. 134 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **Convocação**: Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença da única acionista, em conformidade com o artigo 124, § 4º da Lei das Sociedades por Ações. **Mesa**: Elaine Cristina Ferreira, como Presidente; e Felippe Soares Verdi, como Secretário. **Anúncios e Documentos**: Dispensada a publicação dos anúncios previstos no art. 133 da Lei das Sociedades por Ações, tendo em vista a presença da única acionista na Assembleia Geral Ordinária. **Ordem do Dia**: (i) deliberar sobre a falta de publicação dos anúncios; (ii) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras consolidadas, acompanhadas do Relatório da Administração e do parecer dos auditores independentes, nos termos do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, relativamente ao exercício social de 2023, findo em 31 de dezembro de 2023; e (iii) deliberar a destinação do resultado do exercício social de 2023. **Deliberações**: A única Acionista resolveu, atendendo às necessidades atuais da Companhia: 1. Tendo em vista a presença da única acionista na presente Assembleia Geral Ordinária, esta considera sanada a falta de publicação dos anúncios, nos termos do parágrafo 4º do art. 133 da Lei das Sociedades por Ações. 2. Prestados os esclarecimentos iniciais necessários, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração e do parecer dos auditores independentes, publicadas no Jornal O Dia em 04 de abril de 2024, foram examinadas e discutidas, resultando aprovadas pela única acionista, sem quaisquer ressalvas ou restrições. 3. Foi apurado prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$ 136.198,95 (cento e trinta e seis mil, cento e noventa e oito reais e noventa e cinco centavos), sendo aprovada, conforme proposta da administração, a destinação do resultado do exercício à conta de prejuízos acumulados. **Encerramento e lavratura da ata**: Nada mais havendo a ser tratado, a Sra. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reaberta a sessão, esta Ata foi lida, conferida, aprovada e assinada pelo Secretário e pela Presidente. **Certificamos que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada em livro próprio.** São Paulo, 11 de abril de 2024. **Mesa: Elaine Cristina Ferreira -** Presidente, **Felippe Soares Verdi -** Secretário. **JUCESP** nº 153.377/24-0 em 16/04/2024.

# DREEN ENGENHARIA S.A.

CNPJ/MF nº 43.822.995/0001-89 - NIRE: 35.300.578.511

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2024**

**Data e horário**: 11 de abril de 2024, às 9h00min. **Local**: Sede social da Companhia, na capital do estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, 1470, 6º andar, sala 05, Cidade Monções, CEP: 04571-011. **Presença**: Acionista representando a totalidade do capital social, e o Diretor Corporativo, o senhor Felippe Soares Verdi, nos termos do parágrafo primeiro do art. 134 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **Convocação**: Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença da única acionista, em conformidade com o artigo 124, § 4º da Lei das Sociedades por Ações. **Mesa**: Elaine Cristina Ferreira, como Presidente; e Felippe Soares Verdi, como Secretário. **Anúncios e Documentos**: Dispensada a publicação dos anúncios previstos no art. 133 da Lei das Sociedades por Ações, tendo em vista a presença da única acionista na Assembleia Geral Ordinária. **Ordem do Dia**: (i) deliberar sobre a falta de publicação dos anúncios; (ii) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras consolidadas, acompanhadas do Relatório da Administração e do parecer dos auditores independentes, nos termos do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, relativamente ao exercício social de 2023, findo em 31 de dezembro de 2023; e (iii) deliberar a destinação do resultado do exercício social de 2023. **Deliberações**: A única Acionista resolveu, atendendo às necessidades atuais da Companhia: 1. Tendo em vista a presença da única acionista na presente Assembleia Geral Ordinária, esta considera sanada a falta de publicação dos anúncios, nos termos do parágrafo 4º do art. 133 da Lei das Sociedades por Ações; 2. Prestados os esclarecimentos iniciais necessários, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração e do parecer dos auditores independentes, publicadas no Jornal O Dia em 03 de abril de 2024, foram examinadas e discutidas, resultando aprovadas pela única acionista, sem quaisquer ressalvas ou restrições; 3. Foi apurado o prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$ 118.245,72 (cento e dezoito mil, duzentos e quarenta e cinco reais e setenta e dois centavos), sendo aprovada, conforme proposta da administração, a destinação do resultado do exercício à conta de prejuízos acumulados. **Encerramento e lavratura da ata:** Nada mais havendo a ser tratado, a Sra. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reaberta a sessão, esta Ata foi lida, conferida, aprovada e assinada pelo Secretário e pela Presidente. **Certificamos que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada em livro próprio.** São Paulo, 11 de abril de 2024. **Mesa: Elaine Cristina Ferreira -** Presidente, **Felippe Soares Verdi -** Secretário. **JUCESP** nº 152.975/24-0 em 15/04/2024.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1042329-38.2022.8.26.0002**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Serviços Hospitalares. Requerente: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein. Requerido: Ana Paula Rios Pinto. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1042329-38.2022.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 14ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Fábio Henrique Prado de Toledo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ANA PAULA RIOS PINTO, Brasileira, CPF 20535463871, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, postulando em síntese: o pagamento de quantia decorrente de tratamento nas dependências hospitalares da Requerente. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de abril de 2024. 20 e 23 / 04 / 2024

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1019476-09.2020.8.26.0001**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços. Requerente: Sociedade Beneficente São Camilo. Requerido: Janaina Capraro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1019476-09.2020.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernanda de Carvalho Queiroz, na forma da Lei. FAZ SABER a(o) JANAINA CAPRARO, (CPF. 293.843.528- 29), que Hospital São Camilo – Santana lhe ajuizou ação de Cobrança pelo Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 7.786,92 (outubro de 2020), decorrente dos Recibos Provisórios de Serviços n°s 233239; 234595, 234595, 189235 e 193058 acerca de serviços médicos prestados que restaram inadimplidos. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de Abril de 2024.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1068761-57.2023.8.26.0100. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Títulos de Crédito. Exequente: BANCO DAYCOVAL S.A. Executado: Comercial de Gas Zangalli Eireli e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1068761-57.2023.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 16ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Mario Chiuvite Júnior, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Comercial de Gás Zangalli Eireli (CNPJ. 05.810.615/0001-05), que Banco Daycoval S/A lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 115.047,40 (setembro de 2023), representada pela Cédula de Crédito Bancário – Fundo Garantidor para Investimentos nº 20220- 05625. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de abril de 2024. 19 e 22/04/2024

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1129202-38.2022.8.26.0100. Classe: Assunto: Restauração de Autos Cível - Condomínio. Requerente: Associação Ecoville. Requerido: Leandra Aparecida Fernandes Chiu. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1129202-38.2022.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 15ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). FABIANA MARINI, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Leandra Aparecida Fernandes Chiu, CPF: 09114234866, RG: 155905544, que lhe foi proposta Restauração de Autos Cível por parte de Associação Ecoville, CNPJ: 01794367000197, objetivando que a requerida conteste ou manifeste sua concordância para dar início à restauração dos autos, lavrando-se o respectivo termo nos autos que será assinado pelas partes e homologado pelo d. juízo, suprindo o processo desaparecido, concordando com a restauração, apresente a cópia e documentos que instruíram a peça de defesa, o que possibilitará seja de imediato julgado definitivamente a restauração prosseguindo-se os autos nos seus termos. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, cabendo-lhe exibir as cópias, contra-fé e mais reproduções dos atos e documentos que estiverem em seu poder, nos termos do artigo 714 do Código de Processo Civil. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de abril de 2024. 19 e 22/04/2024

## ARAINVEST PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 06.139.408/0001-25 - NIRE 35.300.314.051

**Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária**

Ficam convocados os senhores acionistas da **Arainvest Participações S.A.** para comparecer à sede social da Companhia, estabelecida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Manoel da Nóbrega, 1280, 10º andar, Ed. Kyoei, Paraíso, CEP 04001-004, a fim de se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, de modo presencial, **a realizar-se em 26 de abril de 2024**, em primeira convocação, às 10h30; e, em segunda convocação, às 11h, a fim de **1)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023; e **2)** fixar a remuneração global anual dos Administradores da Sociedade. São Paulo, 17 de abril de 2023. Edson Maioli - *Diretor*, Dionysios Emmanuil Inglesis - *Diretor*

## TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº: 26.609.050/0001-64 - NIRE: 35.300.498.119

**Retificação do Edital de Convocação para Assembleia Especial de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 14ª Emissão da Travessia Securitizadora S.A.**

No Edital de Convocação publicado no jornal "O Dia SP" na edição de 09, 10 e 11/04/2024 e "Diário Oficial do Estado" na edição de 10, 11 e 12/04/2024 houve um erro na grafia de webmail do Agente Fiduciário. Onde se lê: para ri@grupotravessia.com, agentefiduciario@vortx.com.br, fsp@vortx.com.br e nxa@vortx.com.br. Leia-se **ri@grupotravessia.com, af.controles@oliveiratrust.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br.** São Paulo, 18 de abril de 2024. **Travessia Securitizadora S.A -** Nome: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Cargo: Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores - Nome: Thais de Castro Monteiro - Cargo: Diretora de Compliance

**EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0039903-33.2023.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). RENATA BARROS SOUTO MAIOR BAIAO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a MARIA AMÉLIA BATISTA ALMEIDA, CPF 331.526.405-87, que Antonio Abi Jaudi ajuizou Ação de Procedimento Comum para Cobrança de Encargos Locatícios, sendo julgada procedente e condenando-a ao pagamento da quantia de R$ 12.082,41 (Agosto/2023), ora em fase de Cumprimento de Sentença. Encontrando-se a executada em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado ou apresente bens à penhora, sob pena de ser acrescido de multa de 10% e honorários sucumbenciais de 10% (Art. 523 § 1º e 3º do NCPC), quando serão penhorados bens para garantia da execução, podendo no prazo de 15 dias, oferecer impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de janeiro de 2024.**

vivo — LEILÕES ON LINE — FRAZÃO Leilões

**Data: 25 de abril de 2024 às 14h00**

**APARELHOS CELULARES DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS**

**CADASTRE-SE ANTECIPADAMENTE PARA PARTICIPAR DO LEILÃO**

OBS: TODOS OS LOTES SÃO DE CELULARES/MODEMS/ACESSÓRIOS USADOS E SUCATA, SEM GARANTIA DE TROCA/FUNCIONAMENTO.

**Informações pelo telefone: 11- 3550-4066, 94173-1982, ou pelo e-mail eduardo@frazaoleiloes.com.br, ou www.FrazaoLeiloes.com.br**

**Carlos Eduardo Luis Campos Frazão JUCESP n° 751**

## CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ/MF Nº. 29.938.085/0001-35 - NIRE Nº. 35300514611 - COMPANHIA FECHADA

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2024**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Em 29 de março de 2024, às 10h00, na sede social da Companhia, localizada na Estrada de Itapecerica, 4157, bairro Capão Redondo, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da totalidade dos acionistas, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. MESA:** Presidente: Marcio Magalhães Hannas. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a celebração de contrato com terceiro. **6. DELIBERAÇÕES:** As acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e discussões, deliberaram aprovar: **(i)** A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA; **(ii)** Conforme atribuição prevista no artigo 6º, alínea (xvii), do Estatuto Social da Companhia, a contratação da Systra Engenharia e Consultoria Ltda., para elaboração do projeto executivo para extensão metroviária da Linha 5 - Lilás do Metrô de São Paulo, conforme termos e condições apresentadas nesta assembleia. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no §1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 29 de março de 2024. **Assinaturas**: Marcio Magalhães Hannas, Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. Acionistas: **(1) CCR S.A.**, por Marcio Magalhães Hannas; e **(2) RUASINVEST S.A.**, por Paulo José Dinis Ruas e por Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Marcio Magalhães Hannas - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 151.822/24-4 em 12.04.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

## Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A.

CNPJ nº 58.229.246/0001-10 – NIRE 35.300.138.767

**Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária**
**Edital de Convocação**

Convidamos os senhores acionistas desta Sociedade a reunirem-se em Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária a serem realizadas cumulativamente no dia 30 de abril de 2024, às 9h30, na sede social, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 6º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04543-011, para: **Assembleia Geral Extraordinária:** ✓ Examinar propostas da Diretoria para: I) aumentar o capital social em R$36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais), elevando-o de R$240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) para R$276.000.000,00 (duzentos e setenta e seis milhões de reais), sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal", de acordo com o disposto no parágrafo primeiro do artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do "caput" do artigo 6º do estatuto social; II) alterar parcialmente o estatuto social, no "caput" do artigo 7º, reduzido de 3 (três) para 2 (dois) o número mínimo e de 12 (doze) para 11 (onze) o número máximo de membros da Diretoria, eliminando o cargo de Diretor Gerente, e por consequência aprimorando as redações do parágrafo segundo do artigo 8º e do artigo 10, e excluindo o parágrafo único do artigo 7º que trata do limite de idade para os administradores da sociedade. **Assembleia Geral Ordinária:** I) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2023; II) deliberar sobre proposta da Diretoria para destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e distribuição de dividendos; III) registrar alterações administrativas na sociedade; IV) fixar a remuneração dos Administradores. **Documentos à Disposição dos Acionistas:** Este Edital de Convocação e as Propostas da Diretoria encontram-se à disposição dos acionistas na Sede da Sociedade e no Banco Bradesco S.A., Instituição Financeira Depositária das Ações da Sociedade, no Núcleo Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Osasco, SP. São Paulo, SP, 18 de abril de 2024. Bruno D'Avila Melo Boetger - Diretor Gerente.

## BALDAN IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS S.A.

CNPJ/MF N.º 52.311.347/0001-59 - NIRE 3530002825-2

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - EDITAL CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem no dia **26/04/2024**, às **9h00**, em sua sede localizada Avenida Baldan, nº 1500 – Nova Matão/SP, na modalidade presencial, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Sede de Ordinária: a.)** Exame, discussão e votação do balanço, Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31/12/2023; **b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos; **c)** eleição dos membros do Conselho de Administração. **Em Sede de Extraordinária: a.)** Modificação do artigo 9º do Estatuto Social, para alterar o número de membros do Conselho de Administração conforme nova redação: *"Artigo 9º: A Companhia será administrada por um **Conselho de Administração** composto de 5 membros, acionistas ou não, residentes no País, e por uma **Diretoria Executiva** composta de no **mínimo 2** e no **máximo 7** membros, acionistas ou não, igualmente residentes no País, sendo comum aos membros de ambos os órgãos as normas legais relativas à requisitos, impedimentos, deveres e responsabilidades. **§único** Os membros do **Conselho de Administração** serão eleitos pela Assembleia Geral e os membros da **Diretoria Executiva** serão eleitos pelo **Conselho de Administração**, em observâncias ao presente Estatuto e aos Acordos de Acionistas que forem arquivados na forma do art. 118 da Lei nº 6.404/76."* **b.)** Modificação do artigo 36º *caput* do Estatuto Social, para alterar o número de membros do Conselho Consultivo, conforme nova redação do Artigo 36º, mantendo-se os parágrafos: *"**Artigo 36.º**: A Companhia, por solicitação de qualquer membro do **Conselho de Administração**, poderá instalar um **Conselho Consultivo**, de funcionamento não permanente, composto de 06 membros, residentes no Brasil, acionistas ou não da Companhia, eleitos pelo **Conselho de Administração**, e com mandatos de 01 ano, sendo possível a reeleição.* **c.)** Referendar a abertura de 02 filiais da Companhia, sendo 01 no município de Goiânia, Estado de Goiás, situada na Avenida Castelo Branco, nº5021, QD.29º,LT.18 - Rodoviário Goiânia GO - CEP:74.430-130 e 01 no município de Maringá/PR, situada na Rodovia PR-317, 370, Parque Industrial Bandeirantes - CEP: 87.070-020, ambas tendo como objeto social o comércio atacadista de partes e peças para uso agrícola; **d.)** Referendar a extinção de 05 filiais ativas da Companhia referente aos seguintes CNPJs: CNPJ 52.311.347/0004-00, CNPJ 52.311.347/0005-82, CNPJ 52.311.347/0006-63; CNPJ 52.311.347/0007-44 e CNPJ 52.311.347/0010-40; **e.)** Referendar a contratação de financiamento junto à FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - Finep, inscrita no CNPJ n.º 33.749.086/0001-09 pela Companhia, bem como assinatura do contrato de financiamento no valor de até R$ 56.783.769,00; **f.)** Referendar o pagamento de uma remuneração adicional ao Conselho de Administração referente ao ano de 2023; **g.)** Reajuste da remuneração global do Conselho de Administração; **h.)** Ratificação da contratação dos auditores independentes; **i.)** Consolidar o estatuto social da Cia, de modo a refletir as alterações aprovadas nesta AGOE; Matão/SP, 18/04/2024. Walter Baldan Filho - Presidente do Conselho de Administração. (18,19,20)

# Quem preserva biomas defende direitos humanos, diz relatora da ONU

O que marca o Brasil é uma "impunidade endêmica". E, apesar de serem "criminalizados" e "destruídos por autoridades", defensores de direitos humanos são quem preserva biomas no país e também quem cobra a atuação da Justiça em casos de violência do Estado e oferece uma alternativa de "dignidade, solidariedade e respeito a todos".

Essas foram algumas das colocações feitas na sexta-feira (19), por Mary Lawlor, relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a situação das pessoas defensoras de direitos humanos, apresentadas em coletiva de imprensa. A porta-voz da ONU chegou ao Brasil em 8 de abril de 2024 e se encontrou com autoridades do governo brasileiro, da Esplanada dos Ministérios, e nomes do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública da União e do Conselho Nacional de Justiça. O ponto central de sua agenda, porém, como é de praxe em visitas oficiais de representantes da entidade, são as reuniões com líderes que articulam reações às violações de direitos socioambientais e, como consequência disso, ficam em evidência e sofrem perseguições.

Mary Lawlor também esteve na Bahia, no Pará, em São Paulo e no Mato Grosso, estados que identificou como sendo "particularmente graves", em relação aos perigos que se impõem diante daqueles que lutam em defesa dos direitos humanos e de biomas. A especialista da ONU disse que, por todo o país, há pessoas que protegem a vida, a terra e a natureza sob cerco ou mesmo sendo mortas e que acabam tendo do que enfrentar um sistema que reforça injustiças.

O cenário, acrescentou ela, é de desigualdades e abandono por parte das instituições que deveriam protegê-las. Ao ler seus apontamentos, Mary Lawlor explicou que muitas lideranças têm medo de retaliação após denunciarem os casos de violações que chegam ao seu conhecimento e que muitas delas, além de serem criminalizadas pelo papel que exercem, lidam, com frequência, "com ameaças de morte na porta de casa".

### Povos originários

"Líderes indígenas repetidamente disseram que tiveram que deixar seus territórios, com medo de serem mortos", ressaltou ela, em sua fala aos jornalistas, afirmando, em alusão ao Dia dos Povos Indígenas, comemorado hoje, que os povos originários "devem ser celebrados e protegidos", e citando o caso de uma guarani kaiowá que teve que deixar tudo para trás, depois de um familiar ser executado e ela receber um aviso de que seria a próxima a ser assassinada.

Para a porta-voz da ONU, o Supremo Tribunal Federal (STF) deve ser questionado quanto à discussão em torno do marco temporal, tese jurídica que restringia o direito às terras indígenas aos seus respectivos povos originários àqueles que as ocupassem em outubro de 1988, na promulgação da Constituição Federal. No entendimento de Mary Lawlor, a corte deveria ter se empenhado mais em assegurar o direito aos indígenas, acelerando a derrubada da tese.

### Política nacional de proteção a defensores

Um dos ministros com quem esteve foi Silvio Almeida, da pasta de Direitos Humanos e da Cidadania, que teria explicitado a ela as ações já implementadas ou em vias de aplicação, no âmbito do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH), que, em 2024, completa 20 anos, sob a batuta do ministério. No que concerne a esse aspecto, a crítica foi em relação ao orçamento e à falta de efetividade.

"Raramente as políticas que estão sendo desenvolvidas pelo governo federal foram levantadas comigo pelos defensores dos direitos humanos. A principal exceção a isso foi o trabalho realizado no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania através do Grupo de Trabalho (GT) Sales Pimenta. O estabelecimento do Grupo de Trabalho é positivo e necessário. No entanto, ouvi repetidamente preocupações de defensores de direitos humanos sobre sua falta de progresso e a falta de investimento por parte do governo federal. O GT precisa ter um orçamento adequado para que consiga desenvolver aquilo que foi encarregado de fazer e deve contar com a participação genuína de todos os ministérios relevantes, bem como dos próprios defensores dos direitos humanos que estão em risco. Em suma, precisa ser politicamente priorizado e devidamente financiado", resumiu Mary.

### Sanções ao empresariado que viola direitos

Um dos aspectos abordados no relatório que produziu foi a cota de responsabilidade pela qual devem responder o empresariado, em seus diversos segmentos, e o governo brasileiro, no que diz respeito à manutenção da atmosfera de "violências extremas". Nesse sentido, seu argumento é de que o governo federal precisa barrar companhias que devastam os territórios e cometem violações de direitos vários.

"As pessoas defensoras de direitos humanos não estão contra o desenvolvimento, mas não pode haver desenvolvimento sustentável sem respeito pelos direitos humanos e pelo meio ambiente. Os direitos que dizem respeito à conduta de empresas não se tornarão a norma sem uma regulamentação efetiva por parte do governo, inclusive em respeito a OIT 169 [Convenção n° 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais]. Como tal, faço um forte apelo ao governo federal e aos governos estaduais", afirmou.

A **Agência Brasil** procurou os ministérios da Justiça e Segurança Pública e dos Direitos Humanos e da Cidadania para comentar os apontamentos e recomendações feitos no relatório e aguarda retorno. A reportagem também pediu posicionamento ao STF e, caso seja enviado, esta matéria será atualizada. (Agência Brasil)

## ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

## TRANSBIA TRANSPORTES BALDAN S/A

CNPJ/MF N.º 55.539.555/0001-06 - NIRE 35.300.111.095

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem no dia **26/04/2024**, às **10h30**, na modalidade exclusivamente presencial, em sua sede localizada na Avenida Tiradentes, nº 848, Centro, Matão/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Sede de Ordinária (AGO): a.)** Exame, Discussão e Votação do Balanço Geral, Demonstrações Financeiras referente ao exercício de 2023; **b.)** Eleição de Diretoria para o biênio 2024/2025; **c.)** Fixação dos honorários da Diretoria. Matão/SP, 18/04/2024. - Walter Baldan Filho - Diretor. (18,19,20)

## EMBRAMACO - EMPRESA BRASILEIRA DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO S.A.

CNPJ/MF: 56.883.820/0001-23 - NIRE: 35.300.550.935

**Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária**

Convocamos os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, dia 29 de abril de 2024, às 10 horas, na sede social da empresa **EMBRAMACO - EMPRESA BRASILEIRA DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO S.A.**, na Avenida Conde Guilherme Prates, nº 382, sala 03, Bairro Santa Catarina na cidade de Santa Gertrudes - SP, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Tomar as contas dos administradores; b) Deliberar sobre o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31.12.2023; c) Publicação das Demonstrações Financeiras; e d) Destinação do resultado do exercício. (18-19-20)

## Companhia Copale de Administração, Comércio e Indústria

CNPJ/MF nº 61.146.502/0001-10 – NIRE: 35.300.057.007

**Edital de Convocação – Assembléia Geral Ordinária**

Convocamos os acionistas para A.G.O. em 30/04/2024, 8:00 hs, na sede social, para deliberarem: **a)** Demonstrações Financeiras de 2023; **b)** Destinação do Lucro do exercício. São Paulo, 18 de abril de 2024. **A Diretoria. (19,20 e 23/04/2024)**

**VI Leilão Arte & Antiguidades, Osvaldo Aparecido Costi, Leiloeiro Oficial JUCESP 1323, comunica que será realizado o 6º Leilão de Arte & Antiguidades, catálogo 42353 nos dias 23, 27 e 30 de abril. no site** www.gmleiloes.com.br. Informações (11) 94435-0642 ou diretoriagmleiloes@gmail.com

## AGRO REUNIDAS S.A.

CNPJ/MF N.º 28.539.255/0001-46 - NIRE 35.300.508.114

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem no dia **26/04/2024**, **às 14h00min.,** em sua sede localizada Avenida Tiradentes, nº 858- SL3 – Centro/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Sede de Ordinária: a.)** Exame, discussão e votação das Contas dos Administradores, balanço e Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31/12/2023, e cujos documentos de que trata o artigo 133 da Lei 6.404/76 foram disponibilizados aos acionistas; **b.)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos; **c.)** Fixação da remuneração global dos administradores; **Em Sede de Extraordinária: a)** Ratificar a contratação em favor da Baldan Agropecuária Eireli, de limite guarda-chuva no valor de R$ 20.100.000,00, via CCB com Sicoob Credicitrus, com constituição de garantia de alienação fiduciária de 100% de dois imóveis rurais, sendo Fazenda Boa Vista matrícula 42.602, e Fazenda São João matrícula 43.015; **b)** Ratificar a decisão do Conselho de Administração de alteração do capital social da controlada Baldan Agropecuária Ltda; Matão/SP, 18/04/2024. **Cleber Baldan – Presidente do Conselho de Administração.** (18,19,20)

## CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.

CNPJ/MF nº 42.206.269/0001-79 - NIRE nº 35300570286 - COMPANHIA FECHADA

**CARTA DE RENÚNCIA**

São Paulo/SP, 05 de abril de 2024. À **CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.** ("Companhia"). Aos cuidados do Conselho de Administração, Rua Pais Leme, 524, 4º Andar, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05.424-904. **Ref.:** Renúncia ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. Prezados Senhores: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, **WALDO EDWIN PÉREZ LESKOVAR**, norte-americano, casado, engenheiro elétrico, portador da Cédula de Identidade RG nº. W616562-V/CGPI/DIREX/DPF e inscrito no CPF/MF sob o nº. 170.070.048-06, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º Andar, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04.551-065, apresento minha **RENÚNCIA**, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de **membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia**, para o qual fui eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 14/04/2023 às 09h00, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, **WALDO EDWIN PÉREZ LESKOVAR** - *Assinado com Certificado Digital ICP-Brasil* - Ciente em: 05/04/2024, **CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.,** Fábio Russo Corrêa - Diretor Presidente - *Assinado com Certificado Digital ICP-Brasil.* JUCESP nº 152.126/24-7 em 12.04.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

## UP.P Holding S.A.

CNPJ/MF nº 43.562.306/0001-44 - NIRE 35.300.577.167

**Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária**

Ficam os senhores acionistas da **UP.P HOLDING S.A.** ("Companhia") convocados a comparecem à assembleia geral ordinária ("AGO"), a ser realizada, em primeira convocação, às 18h00min do dia 21 de maio de 2024, exclusivamente de forma presencial, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira Ferraz, 250, 11º andar, conjunto 1.106, Edifício F.L. Office, Vila Olímpia, CEP 04552-040, fora da sede da Companhia, em razão da ausência de espaço e capacidade física na sede social para recepção dos acionistas, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomar as contas dos administradores dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2023; (ii) Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2023; (iii) Deliberar sobre a destinação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2023; e (iv) Deliberar sobre a fixação da remuneração global anual dos diretores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. Para participação na AGO, os acionistas deverão apresentar à Companhia o documento de identidade e, caso o acionista se faça representar por procurador, além do documento de identidade, será necessário apresentar o instrumento de mandato, observado o disposto no parágrafo 1º do art. 126 da LSA. Os documentos relativos à ordem do dia foram disponibilizados pela Companhia na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital em 17 de abril de 2024. São Paulo, 17 de abril de 2024. **Gabriel Campos Pérgola -** Diretor e **Roger Keiti Sasazaki -** Diretor.

## FOUR TRILHOS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 47.014.367/0001-28 - NIRE nº 35300595670 - COMPANHIA FECHADA

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2024**

**1. DATA, HORA E LOCAL**: Em 21 de março de 2024, às 10h00, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B Andar 4 Sala 8, bairro Vila Olímpia, CEP 04.551-065, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA**: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. MESA**: Presidente: Marcio Magalhães Hannas. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre **(i)** manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria, bem como as demonstrações financeiras anuais da Companhia, acompanhadas do relatório emitido pelos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **(ii)** examinar e opinar sobre a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31/12/2023; e **(iii)** convocar a Assembleia Geral Ordinária da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES:** Os Senhores Conselheiros, após debates e discussões, por unanimidade de votos, conforme previsto no Artigo 10, (xii), do Estatuto Social da Companhia **(i)** manifestaram- se favoravelmente: (a) ao relatório da administração e às contas apresentadas pela Diretoria, bem como às demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, assim como à sua submissão à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas; e (b) à proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31/12/2023; e **(ii)** aprovaram a convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia; tudo conforme termos e condições apresentados nesta reunião. **6. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 21 de março de 2024. **Assinaturas**: Marcio Magalhães Hannas, Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. **Conselheiros**: **(1)** Marcio Magalhães Hannas; **(2)** Pedro Paulo Archer Sutter; **(3)** Roberto Vollmer Labarthe; **(4)** Stephan Joinovici Cadier; **(5)** Sérgio Luiz Pereira de Macedo; e **(6)** Roberto Penna Chaves Neto. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Marcio Magalhães Hannas - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 151.817/24-8 em 12.04.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

BRAZILIAN SECURITIES — Uma Empresa do Grupo PAN

## BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

**Edital de 2ª Convocação - Sexta Assembleia Especial de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Imobiliários das 156ª e 157ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização**

Ficam convocados os Senhores Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 156ª e 157ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("CRI", "Emissão" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Cláusula Onze do Termo de Securitização de Direitos Creditórios Imobiliários das 156ª e 157ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Securitizadora ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em 2ª convocação para a Sexta Assembleia Geral dos Investidores dos CRI ("Assembleia"), a se realizar no dia 13 de maio de 2024, às 16:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Microsoft Teams", coordenada pela Securitizadora, com sede na Avenida Paulista, nº 1.374, 17º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar sobre (i) o cancelamento da manutenção do rating dos CRI; e (ii) as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado dos CRI, apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes registrados na CVM, referente ao exercício social findo em dezembro de 2023, nos termos da Resolução CVM 60. Os titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade, descritos a seguir, em até 2 (dois) dias úteis da realização da Assembleia, para que recebam o link de acesso à Assembleia (que será pela plataforma Teams e deve ter acesso com câmera), para a Securitizadora e para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os documentos necessários para o investidor pessoa física são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração: (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade do titular do CRI e do outorgado. Os documentos necessários para os participantes pessoa jurídica são: a) cópia autenticada e digitalizada do Estatuto, Contrato Social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular do CRI e; b) cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração e do outorgado.

São Paulo, 17 de abril de 2024

**Brazilian Securities Companhia de Securitização**

# Rendimento domiciliar do brasileiro chegou a R$ 1.848 em 2023

O rendimento médio mensal domiciliar *per capita* do Brasil chegou a R$ 1.848 em 2023. Esse é o maior valor já apurado no país e representa um crescimento de 11,5% ante o valor de 2022, R$ 1.658. O recorde anterior tinha sido em 2019 (R$ 1.744), ano que precedeu a pandemia da covid-19.

Os dados fazem parte de uma edição especial da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)*, divulgada na sexta-feira (19) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A pesquisa *Rendimento de todas as fontes 2023* apura todas as formas de renda dos brasileiros, o que inclui dinheiro obtido com trabalho, aposentadoria, pensão, programas sociais, rendimento de aplicações financeiras, aluguéis e bolsas de estudo, por exemplo.

O IBGE aponta que em 2023, o Brasil tinha 215,6 milhões de habitantes. Desses, 140 milhões tinham algum tipo de rendimento. Isso representa 64,9% da população, a maior proporção registrada pela pesquisa iniciada em 2012.

Em 2022, eram 62,6%. O nível mais baixo foi atingido em 2021, no auge da pandemia. Eram 59,8%, mesmo patamar de 2012.

O levantamento calcula que 99,2 milhões de pessoas (46% da população) tinham no ano passado rendimentos obtidos por meio de formas de trabalho; e 56 milhões (26% da população), por meio de outras fontes.

O rendimento médio mensal recebido de todos os trabalhos foi estimado em R$ 2.979 em 2023, o que representa uma expansão de 7,2% em relação a 2022 (R$ 2.780). O maior resultado já calculado pelo IBGE foi em 2020, primeiro ano da pandemia, quando alcançou R$ 3.028.

"Esse valor máximo não se refere a um dinamismo do mercado de trabalho", adverte o analista da pesquisa, Gustavo Geaquinto.

Ele explica que na ocasião, empregos informais, de menores remunerações, foram os mais cortados, fazendo com que a média de rendimentos contasse apenas com os trabalhos com maiores remunerações. "A população na informalidade foi muito mais afetada, alterando a composição da população ocupada".

O rendimento de todas as fontes, considerando a população residente com renda, aumentou 7,5% em relação a 2022, atingindo R$ 2.846 e, com isso, se aproximando do valor máximo da série histórica (R$ 2.850), registrado em 2014.

Já o rendimento médio de outras fontes diferentes do trabalho cresceu 6,1%, chegando a R$ 1.837, um recorde da série histórica.

Ao observar como vários tipos de renda compõem o rendimento total dos brasileiros, o IBGE identificou que o dinheiro obtido por meio do trabalho representava 74,2% do total.

Dos 25,8% restantes, figuram 17,5% de aposentadoria e pensão, 2,2% de aluguel e arrendamento, 0,9% de pensão alimentícia, doação e mesada de não morador e 5,2% de outros rendimentos, o que incluem os programas sociais como Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC -equivalente a um salário-mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade). (Agência Brasil)

autojornal
o dia a dia motorizado

EDIÇÃO: 666

20 A 26 DE ABRIL DE 2024

## Truck

# Pré-venda da Nova Chevrolet S10

A Nova Chevrolet S10 chegou. A picape média nacional de maior sucesso é apresentada com inovações que surpreendem todo o mercado com mais tecnologia, mais conectividade e mais conforto.

As mudanças começam pelo design e se estendem ao conjunto mecânico, bem como ao pacote tecnológico e de conectividade. O interior foi revisado, com a inclusão do novíssimo sistema multimídia Chevrolet MyLink combinado com o painel de instrumentos digital.

Para celebrar este lançamento tão aguardado, a Chevrolet inicia a pré-venda na rede de concessionárias da marca. Os primeiros consumidores levam dois acessórios especialmente desenvolvidos para a picape: um inédito protetor de caçamba e a divisória Multi-board, que permite melhor acomodação da carga.

Além das tradicionais configurações de trabalho, incluindo as de cabine simples e chassis cab, são as versões mais completas com cabine dupla que chegam primeiro. A Z71, de estilo aventureiro, a LTZ, historicamente a mais vendida, e a High Country, projetada para quem exige alto nível de sofisticação.

Toda a linha 2025 vem equipada com o novo motor Duramax 2.8 turbodiesel de 207 cavalos e pacote off-road. Outra novidade é a oferta da transmissão automática de oito marchas, sucessora da AT6.

A estreia da Nova S10 completa a renovação do portfólio de picapes da Chevrolet, composto pela Nova Montana (médio-compacta) e a Nova Silverado (full-size premium).

A Nova S10 é caracterizada pelo design sofisticado e moderno, em linha com a atual identidade global da Chevrolet. Os mais atentos vão notar que há detalhes de estilo alusivos à modelos icônicos da marca e a outras gerações do produto, prestes a completar 30 anos de Brasil.

Outra novidade da linha 2025 está na maior diferenciação visual entre as versões, principalmente na dianteira. Tudo é inédito, incluindo capô e para-lamas. As peças foram esculpidas para harmonizar com os novos faróis, grade e para-choque.

Dentro dessa proposta, as linhas de superfície evidenciam a robustez da Nova S10. Apliques e o conjunto ótico - agora em Full LED - fazem o veículo ainda mais imponente.

Na lateral, além dos para-lamas posteriores, muda o acabamento inferior das portas, o desenho das rodas e os emblemas. Na traseira, destaque para as lanternas com led e a tampa da caçamba que evidencia o nome Chevrolet gravado em baixo relevo.

No caso da Z71, a grade, retrovisores e maçanetas são pretos; há lanternas escurecidas, estribo e santantônio tubulares e pneus de uso misto. Na LTZ, o acabamento é mais sóbrio, com elementos na mesma cor da carroceria e rodas com acabamento exclusivo. Já a High Country diferencia-se pelo santantônio esportivo e cromados bem ao estilo norte-americano.

Com uma linha completa de acessórios, a Nova S10 também pode ser personalizada para ganhar aspecto único, permitindo que o cliente escolha a aparência que mais se conecta com seu estilo ou necessidade.

**Macia e tecnológica**

A cabine da Nova S10 foi alçada a um patamar superior de sofisticação, trazendo o nível de requinte de SUVs de luxo, sem perder a sensação de robustez.

Para o motorista, as novidades começam pelo volante, da mesma família da Silverado. Além da tradicional regulagem de altura, agora a coluna de direção tem ajuste de profundidade.

A nova S10 herda também o conceito de cockpit virtual, entretanto, o conjunto traz recursos exclusivos para a caminhonete.

Outro benefício de quem viaja na primeira fileira são os novos bancos, que estão ligeiramente mais largos e macios. A parte do assento, do encosto e dos suportes laterais ganham espuma de diferentes densidades.

O nível de conforto dos passageiros da Nova S10 aumenta brutalmente por meio de outras soluções de engenharia, como: Recalibração da suspensão; Novos amortecedores; Nova coluna de direção telescópica; Aumento das bitolas; Novo conjunto de pneus e rodas.

A redução do nível de ruído e de vibração é marcante. Mérito das placas acústicas adicionais nas portas, nas colunas, no teto e até na parede corta-fogo. Contribui igualmente para isso o motor turbodiesel mais silencioso.

Por fim, as bitolas mais largas completam a equação que torna a Nova S10 imbatível em conforto e estabilidade. Tudo isso sem perder a valentia: capacidade de carga superior a uma tonelada, motor com torque elevado, tração 4x4 e reduzida.

A picape da Chevrolet chega equipada com a nova geração do motor Duramax 2.8 turbodiesel, considerado um dos melhores do mundo. Pela primeira vez um propulsor nacional é gerenciado por inteligência artificial (IA). Esta tecnologia potencializa o desempenho do veículo em um patamar nunca visto no segmento.

A nova geração do motor de quatro cilindros traz avanços de hardware e software, levando a Nova S10 a um desempenho surpreendente: vai da inércia aos 100 km/h em meros 9,4 s – um segundo a menos que a anterior.

Tudo isso com um diferencial, que é o baixo consumo de combustível. De acordo com o Inmetro, a Nova S10 automática a diesel percorre 11,4 km/l na estrada e 9,5 km/l na cidade, médias até 13% melhores.

O motor, que agora entrega 207 cavalos e 52 kgfm, trabalha em conjunto com uma transmissão automática sequencial de oito marchas. A sintonia entre os dois garante melhor aproveitamento do torque e menor atrito de seus componentes internos. Na prática, isso se traduz em acelerações lineares, fortes retomadas e trocas de marcha mais suaves.

O novo câmbio AT8 de última geração é o mesmo que equipa a Colorado norte-americana, porém, com calibração customizada para o uso que o brasileiro faz deste tipo de picape.

**Conectada e brasileira**

A S10 está em constante evolução, antecipando tendências e conectando o consumidor àquilo que mais importa. O sistema OnStar é um exemplo disso, pois transforma a experiência do usuário com o veículo.

É o OnStar que amplifica a conectividade da picape, seja pelo Wi-Fi nativo com sinal até 12 vezes mais estável, seja por meio da atualização remota de sistemas eletrônicos, seja através do app que comanda funções do automóvel de forma remota. O OnStar também oferece serviços customizados de proteção e segurança, como o de resposta automática em caso de acidente.

E a Nova S10 chega com novidades em tecnologias, como o Chevrolet MyLink de 11 polegadas integrado ao painel digital de 8 polegadas, carregador por indução e entradas USB tipo A e C na dianteira e na traseira.

A lista fica completa com a chegada de: Alerta de tráfego cruzado traseiro; Alerta de ponto cego; Farol alto automático; Iluminação Full LED; Volante com coluna de direção telescópica; Chave presencial com partida por botão; Tampa traseira com trava elétrica e sistema de alívio de peso.

Esses itens se somam aos equipamentos já disponibilizados para a linha S10, como partida remota, acendimento automático dos faróis, câmera de ré de alta definição, controle eletrônico de oscilação de reboque, ar-condicionado digital, banco do motorista com ajuste elétrico, sensor de chuva, alerta de colisão com frenagem automática de emergência e alerta de saída de faixa.

Outra novidade é a garantia de cinco anos, que reitera a confiança da marca na durabilidade e confiabilidade da Nova S10.

# Ford Ranger Raptor chega em nova versão

A Ford Ranger Raptor inaugurou o segmento de picapes de alta performance no Brasil. Ela foi lançada em novembro último e vendeu no mesmo dia todas as 400 unidades disponíveis. Agora, quem adquirir vai levar uma versão mais equipada.

A nova Ranger Raptor adiciona preparação para reboque de série, aproveitando sua capacidade de tracionar até 2.240 kg. Além de engate, soquete de sete pinos para ligação elétrica e iluminação, o conjunto inclui o assistente inteligente de manobras Pro Trailer.

O engate de reboque aumenta a versatilidade da Ranger Raptor para o transporte de equipamentos nas trilhas. O seu assistente inteligente de manobras Pro Trailer, acionado pelo seletor de tração, é o mesmo da F-150 e permite que até motoristas sem experiência manobrem o reboque com facilidade, seguindo as orientações na tela.

A picape off-road também traz como novidade o alerta de ocupantes traseiros, ativado sempre que a ignição é desligada para evitar o esquecimento de crianças no veículo, e chega com preço de R$ 466.500.

A Ranger Raptor foi desenvolvida pela Ford Performance, divisão de esportivos de alto desempenho da marca, com chassi, motor, suspensão, rodas e pneus exclusivos. Inspirada nos veículos de competição do deserto, é a picape mais rápida do mercado, tanto na estrada como fora de estrada. Seu motor 3.0 V6 biturbo GTDI, com potência de 397 cv e torque de 59,45 kgfm, acelera de 0 a 100 km/h em 5,8 segundos.

Ela tem transmissão automática de dez velocidades com calibração exclusiva e paddle shifter, sete modos de condução e ajustes selecionáveis da direção e do som do escapamento. Outro destaque é a suspensão exclusiva com curso ampliado e amortecedores de competição Fox, de funcionamento ativo, que se adaptam às condições do terreno.

As rodas de 17" e pneus 285/70 R17AT Continental Grabber, com perfil alto e 33" de diâmetro, o diferencial dianteiro e traseiro blocante, os ganchos de reboque e os protetores inferiores de alta resistência fazem parte do seu arsenal off-road. Além dos ângulos de entrada, saída, transposição e inclinação superdimensionados, ela é a picape com a maior capacidade de imersão da categoria, de 850 mm.

A Ranger Raptor conta também com painel digital de 12,4", multimídia SYNC 4 com tela de 12,4", navegador off-road, som da B&O e iluminação externa de 360°. Suas tecnologias incluem os exclusivos faróis LED Matrix, com foco variável e direcional, controle de cruzeiro adaptativo com stop & go, frenagem autônoma com detecção de pedestres e ciclistas, monitoramento de ponto cego, reconhecimento de sinais de trânsito e assistentes de cruzamentos, manobras evasivas, permanência e centralização em faixa, entre outras.

## Auto Dicas

# Prometeon apresenta a Serie 02

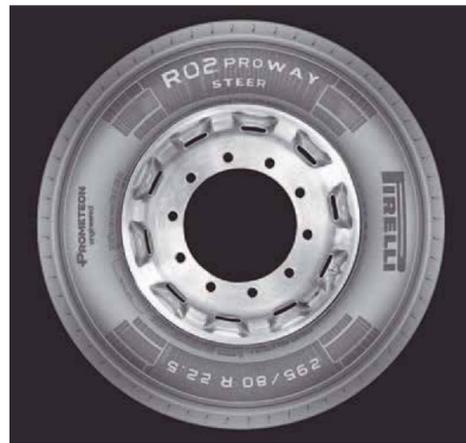
Nova linha de produtos chega para substituir as consagradas Serie 01, PHP:Series e PDR22

A Prometeon, a única fabricante do mundo focada no desenvolvimento e produção de pneus para os segmentos de Caminhões, Ônibus, Agro e OTR, apresenta a Serie 02, sua nova linha de pneus radiais que possui a inovação tecnológica como base. Esses novos produtos são fruto de anos de investimento em pesquisa e desenvolvimento e chegam ao mercado brasileiro, assim como no restante da América Latina, buscando revolucionar os setores de transporte de pessoas, mercadorias e do agronegócio, contando com pneus de alta performance, maior vida útil e desempenho superior.

A Serie 02 da Prometeon consolida o que há de melhor em pesquisa e desenvolvimento de pneus no mundo, pois possui um polo de P&D no Brasil, garantindo o atendimento às necessidades do mercado nacional, e um polo de P&D na sua matriz em Milão, que compartilha as mais avançadas tecnologias, compostos e materiais. Os pneus, que já estão disponíveis no mercado nacional, estão sendo fabricados em Gravataí (RS) e em Santo André (SP), nas duas fábricas da Prometeon no Brasil, e são resultado de um investimento de mais de R$ 25 milhões.

Todos os pneus da Serie 02 trarão a marca Prometeon Engineered, demonstrando ser a linha de produtos totalmente desenvolvida com o conhecimento técnico da engenharia da Prometeon. Ao todo, foram seis anos de trabalho diário em um processo que teve mais de 2.500 pneus avaliados e que foram constantemente melhorados em mais de 180 milhões de quilômetros de testes.

Sobre a nova Serie 02, Ricardo Susini, CEO da Prometeon para a América Latina, fala: “A Serie 02 chega ao mercado como uma evolução natural da já bem-sucedida Serie 01. Desde o seu lançamento, em 2013, a Serie 01 demonstrou grande sucesso e aceitação por parte do mercado. Desde então, trabalhamos de forma incessante no desenvolvimento de uma nova linha de produtos que, agora, já está disponível para todos. Essa mesma evolução está acontecendo também para a nossa linha agrícola, para substituir as conceituadas linhas PHP:Series e PDR22. A Serie 02 apresenta ainda mais desempenho e performance e toda a linha de pneus agrícolas radiais será atualizada em 2024”.

“Somos líderes absolutos no mercado de equipamento original, dentro das montadoras, como único fabricante de pneus com foco total em veículos comerciais e, estamos caminhando para evoluir ainda mais. Graças ao portfólio completo e um time dedicado a esse segmento, estamos homologados em 100% das montadoras que produzem caminhões e ônibus no Brasil, sendo polo exportador para todo o continente americano, inclusive os Estados Unidos. Temos certeza de que a Serie 02 será um grande sucesso”, encerra Ricardo Susini.

Em 2024, serão oito novos produtos disponíveis para o mercado nacional. São eles: o **R02 Proway Steer**, para eixos direcionais, livres e de tração moderada, com maior capacidade de carga e o **R02 Proway Drive**, para eixos trativos, com desenho de banda de rodagem que além de ser bidirecional, facilitando a montagem, também garante mais tração até o fim da vida.

O **G02 On-Off Pro Multiaxle** para eixos direcionais, livres e de tração moderada e para eixos trativos o **G02 On-Off Pro Drive**, com maior rendimento quilométrico, montagem bidirecional e mais tração até o fim da vida.

Para a linha agrícola, os produtos da Série 02 entregam elevado desempenho para todas as aplicações. O **AT02** com máxima tração e autolimpeza para uso em tratores e colheitadeiras, e o **H02** com alta capacidade de carga e baixa compactação para uso em colheitadeiras e o **D02**, desenvolvido especialmente para uso em tratores e colheitadeiras em solos alagados.

O maior destaque da Série 02 é a linha **SX02**, projetada para atender às necessidades dos mais modernos pulverizadores autopropelidos em todos os tipos de cultura.

O Grupo de Pneus Prometeon é o único fabricante de pneus que se concentra inteiramente nos setores Industrial, nomeadamente os transportes de mercadorias e pessoas, Agro e OTR. A Prometeon possui uma oferta multimarcas, com um portfólio de produtos que inclui PIRELLI, SESTANTE, FORMULA, PHAROS e ANTEO entre suas principais marcas. O Grupo possui quatro plantas produtivas (duas no Brasil, uma no Egito e uma na Turquia), três unidades de Pesquisa e Desenvolvimento (Itália, Brasil e Turquia) e um Centro de Desenvolvimento no Egito. Aproximadamente oito mil pessoas de mais de 40 nacionalidades trabalham dentro do Grupo, que está presente nos cinco continentes.

## Importados

# Condições especiais para BMW

O mês de abril chegou trazendo opções de aquisição vantajosas e flexíveis para aqueles que almejam ter um BMW novo na garagem. O destaque fica por conta do BMW iX1 xDrive30 M Sport, oferecido com taxa 0% ao mês com 60% de entrada e saldo em 24 meses. O modelo conta, ainda, com o Wallbox e Flex Charger e vêm com o programa BMW Service Inclusive (BSI) de forma gratuita por quatro anos, sem restrição de quilometragem. O BSI é um serviço abrangente que proporciona manutenção para veículos BMW, com suporte em concessionárias autorizadas ao redor do mundo, sem custo adicional para os serviços contemplados.

Além do modelo anunciado acima, o destaque para abril também fica por conta do BMW 320i M Sport, que é oferecido com taxa de 0,49% ao mês e taxa de 0% ao mês para as versões GP e Sport GP com entrada a partir de 60% com saldo em 24 meses para ambas as versões. Para os clientes que preferem uma parcela e entrada reduzidas, para as versões GP e Sport GP é também disponibilizado financiamento no plano Sign & Go através da BMW Serviços Financeiros, com parcelas a partir de R$ 2.399 mais entrada e parcela final.

O BMW X3 XDrive30e é oferecido com taxa de 0,99% ao mês com saldo em 24 meses, entrada a partir de 60%. O modelo é equipado com m avançado sistema híbrido plug-in, combinando eficientemente um motor a combustão interna e elétrico para reduzir emissões e aumentar a eficiência. Além da autonomia, o modelo conta com recursos avançados de assistência ao condutor para uma condução mais segura, complementado por um design premium, acabamentos de alta qualidade e opções de personalização para atender às preferências individuais dos clientes.

Para os que desejam adquirir o BMW Premium Selection (BPS), programa oficial de veículos seminovos da marca BMW que oferece aos clientes a garantia de fábrica por dois anos, sem limite de quilometragem, bem como assistência 24 horas em todo o território nacional, a oferta atual é de taxa de 0% ao mês, aplicável para os veículos elétricos, e 0,49% ao mês, para os demais modelos, com saldo em 24 meses e entrada a partir de 60% (válido também para os veículos eletrificados).